Universidade de São Paulo

Programa de Pós- Graduação em Ciência Ambiental (Procam)

**DO TERRITÓRIO COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES RURAIS**

Rogério Ribeiro Jorge

São Paulo, 2003

Universidade de São Paulo

Programa de Pós- Graduação em Ciência Ambiental (Procam)

**DO TERRITÓRIO COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES RURAIS**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Ciência Ambiental da Universidade
de São Paulo para obtenção do
título de mestre em Ciência
Ambiental.

Pesquisa financiada pela Capes

Candidato: Rogério Ribeiro Jorge

Orientador: Prof. Dr. José Eli da Veiga, FEA-USP

São Paulo, junho de 2003

DO TERRITÓRIO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES RURAIS

Rogério Ribeiro Jorge

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em ____/____/____

Para Verónica

Agradecimentos

Eu gostaria de agradecer em particular:

- à Maria José Garcia Ramos e ao Luciano de Souza, a atenção e as informações sempre atualizadas e precisas do Procam, inclusive durante a viagem;
- ao Professor Ignacy Sachs, a recepção na *Maison des Sciences d'Homme*, do *Centre des Recherches sur le Brésil Contemporain* e a ajuda no encaminhamento de minha pesquisa sobre os parques naturais regionais em Paris;
- à Sra. Krystyna Vinaver e à Sra. Solange Passaris, diretoras do *Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement* (CIRED), que cederam parte de seu tempo para me ajudar a organizar a pesquisa sobre os parques naturais regionais;
- ao Prof. Eduardo Felippi, a leitura crítica do prototexto e ao Prof. Carlos Mielitz a apresentação dos caminhos e das bibliotecas de Paris.
- ao Sr. Hélios Rech, a infra-estrutura em Campo Grande, a hospedagem, os contatos, a forma desinteressada com que me auxiliou;
- à Ciza Wey de Brito, os diversos contatos em Campo Grande;
- ao Sr. Jean-Philippe Delorme, ao Sr. Marcelo Folley Coelho e ao Sr. José Marque de Souza, as entrevistas e pelo fornecimento da grande quantidade de informações do, em formação, Parque Natural Regional do Pantanal;
- ao colega Arilson Favareto, a leitura crítica, superatenciosa do texto quase acabado;
- a Eduardo Ehlers, a leitura crítica do texto e à Karin Vecchiatti, as discussões relevantes nas estradas da região de Divinópolis;
- à banca de qualificação – professores Clayton Campanhola e Ricardo Abramovay, as opiniões e dicas relevantes, que ajudaram a reorganizar o texto;
- finalmente ao meu orientador, Prof. José Eli da Veiga, a atenção, a preocupação, as outras pesquisas, a paciência e a orientação, no sentido mais amplo da palavra.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	p. 10
INTRODUÇÃO	p. 12
1 – DEMARCANDO DOIS MITOS	p. 16
<i>Não somos tão urbanos</i>	p. 16
<i>Nem tudo no meio rural é roça e atraso</i>	p. 18
2 – O PARQUE DO FRANCÊS	p. 28
<i>A gênese do projeto de parque</i>	p. 30
<i>Afinal, que são parques naturais regionais?</i>	p. 33
Origens dos parques franceses	p. 34
A organização e o funcionamento	p. 36
As discussões	p. 38
Os moradores	p. 38
<i>A construção de uma estrutura administrativa para o Parque do Pantanal</i>	p. 40
<i>Projetos, ações e programas</i>	p. 41
<i>A construção do território Parque Natural Regional do Pantanal</i>	p. 45
3 – UM OUTRO OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES RURAIS	p. 50
<i>A dimensão local do desenvolvimento</i>	p. 55
4 – OS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO	p. 61
<i>Território</i>	p. 61
<i>Sentido e identidade</i>	p. 63
<i>Territorialidade</i>	p. 64
<i>Patrimônio</i>	p. 66
<i>A abordagem territorial do desenvolvimento</i>	p. 69

5 – O APARATO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS FRANCESES	p. 72
<i>A carta do território</i>	p. 72
<i>Intercomunalidade</i>	p. 76
As comunidades de comunas	p. 81
O contrato de aglomeração	p. 86
 6 – AS ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL OFERECIDAS PELO ESTADO FRANCÊS	 p. 88
<i>Os contratos de plan État-région</i>	p. 88
<i>Pôles d'économie du patrimoine</i>	p. 95
<i>Pays d'art et d'histoire</i>	p. 98
Do processo de certificação (<i>labellisation</i>)	p. 99
A convenção	p. 99
<i>Pays</i>	p. 100
 7 – O PARQUE NATURAL REGIONAL DO LUBERON	 p. 103
<i>A gênese do Parque</i>	p. 109
<i>A estrutura e a administração do Parque</i>	p. 111
<i>Projetos, ações e programas</i>	p. 113
<i>Caracterização demográfica</i>	p. 121
<i>Agricultura, serviços e indústria</i>	p. 132
<i>Pluriatividade</i>	p. 138
<i>Os deslocamentos dos jovens</i>	p. 139
<i>O território Parque Natural Regional do Luberon</i>	p. 140
 CONCLUSÕES	 p. 147
 BIBLIOGRAFIA	 p. 151

ÍNDICE DE TABELAS

1	População do departamento de Vaucluse nos últimos recenseamentos	p. 121
2	População do departamento de Alpes-de-Haute-Provence nos últimos recenseamentos	p. 121
3	População das comunas dos Alpes-de-Haute-Provence	p. 124
4	População das comunas de Vaucluse	p. 124/125
5	Evolução demográfica do perímetro do Parque	p. 129
6	Origem geográfica dos proprietários de residências secundárias nas comunas de Lacoste, Ménerbes e Bonnieux	p. 131
7	Nível de formação dos empreendedores do PNRL	p. 133
8	Vínculos locais anteriores do empreendedor com o território do PNRL	p. 134
9	Criações de empresas permanentes por setores, no Parque do Luberon	p. 135

ÍNDICE DE QUADROS

1	Caracterização física do território onde se constrói o Parque do Pantanal	p. 29
2	Organização política do Estado francês	p. 77
3	Organização administrativa local da França	p. 78
4	Caracterização física do Luberon	p. 106

ÍNDICE DE CARTAS E DO MAPA

1	Os diversos pantanais	p. 30
2	Localização das escolas pantaneiras	p. 45
3	Os municípios integrantes do PNR do Pantanal	p. 46
4	As comunidades de comunas no PNR do Luberon	p. 85
5	O Parque Natural Regional do Luberon e suas comunas	p. 105
Mapa 1	Região do PNR do Luberon e o restante do território do francês	p. 104

CONJUNTO DE FIGURAS

1	O território do Parque no contexto do movimento demográfico francês	p. 123
2	A estrutura etária da população do Parque e sua evolução	p. 127

RESUMO:

Esta dissertação tem por objetivo principal, a discussão acerca das estratégias territoriais para o desenvolvimento de regiões rurais, com base nas recentes discussões em torno das experiências francesas de ordenamento do território, cuja forma mais bem acabada são os parques naturais regionais. O recorte utilizado contempla, essencialmente, uma análise comparativa desses recentes arranjos territoriais franceses, encabeçados pelo Parque Natural Regional do Luberon, no sudoeste da França, e pela primeira experiência brasileira: o Parque Natural Regional do Pantanal, no estado do Mato Grosso do Sul.

RÉSUMÉ:

Ce mémoire prétend mettre en place une discussion autour des stratégies territoriales pour le développement des régions rurales ayant comme point de départ les récents débats sur les expériences françaises d'aménagement du territoire, dont le meilleur exemple seraient les parcs naturels régionaux. L'encadrement proposé contemple, essentiellement, une analyse comparative de ces aménagements français, représentés par le Parc Naturel Régional du Luberon, dans le sud-ouest de la France, et la première expérience brésilienne : le Parc Naturel Régional du Pantanal, dans l'état du Mato Grosso do Sul, centre-ouest du Brésil.

ABSTRACT:

This dissertation aims at discussing territorial strategies for rural regions development having the recent theories based on the French territorial planning, best represented by the natural regional parks, as a starting point. The herewith proposed frame comparatively contemplates such French planning proposals, by means of the Luberon Natural Regional Park, French south-west, as a successful example, and, on the other hand, the first Brazilian experience in this field: the Pantanal Natural Regional Park, in the state of Mato Grosso do Sul, Brazilian mid-west.

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação não é o resultado de um trabalho linear, sem complicações ou desvios em seu percurso, pois reflete as dificuldades encontradas e as decisões tomadas. Apesar da pesquisa ter-se baseado em um projeto estruturado, o seu desenvolvimento foi extremamente sinuoso, sem deixar de ser rico e apaixonante. Assim, buscando refletir ao máximo uma realidade que esteve presente em todo o processo de investigação, o texto que segue não se estrutura da forma mais tradicional encontrada na academia. Aqui, a seqüência dos capítulos não respeita a clássica: Introdução, Parte teórica, Análise dos dados empíricos I, Análise dos dados empíricos II, Parte comparativa e Conclusão. Mesmo assim, e apesar da ordem não-cartesiana, buscou-se estabelecer uma coesão interna ao texto, assim como a manutenção da objetividade de análise.

O modo particular de se encadear os capítulos é o reflexo da compreensão do próprio objeto central da pesquisa: o território e seu papel nas estratégias de desenvolvimento de regiões rurais. Este tipo de abordagem, apesar da ainda pouca difusão no Brasil, há décadas vem sendo utilizado na Europa, principalmente na França, onde já se observa um amplo leque de desdobramentos, resultando numa forte característica de suas políticas públicas. Aqui, o estado do Mato Grosso do Sul abriga a primeira experiência: o Parque Natural Regional do Pantanal.

Diante da novidade, e do desconhecimento em relação aos parques naturais regionais, e da abordagem territorial do desenvolvimento de regiões rurais, acredita-se que a forma mais eficiente de entender o que se faz no Mato Grosso do Sul é entender o que vem se fazendo no velho continente. Assim, apesar de ser uma importante fonte de dados primários e secundários, o Parque Natural Regional do Pantanal apresenta-se mais como uma espécie de artifício para entender a abordagem territorial do desenvolvimento em regiões

rurais, do que, especificamente, uma área escolhida para se efetuar o trabalho de campo e se estabelecer um sustentáculo empírico dessa dissertação. Em suma, um ponto de partida. Por fim, julgando que a seqüência natural do texto seria apresentar o caso pantaneiro ou, a nova forma de gestão de uma região rural, optou-se, na sucessão dos capítulos, por apresentar a origem e o que vem se fazendo na França em relação às estratégias territoriais de desenvolvimento rural.

Apesar do último capítulo do texto tratar de apresentar um parque natural francês já bem constituído, não se pode dizer que o objetivo deste trabalho seja fazer uma análise comparativa, nos moldes tradicionais. Esta empreitada ficaria impossibilitada, na medida em que o parque pantaneiro se configura como uma experiência muito recente, ainda longe de apresentar os resultados esperados, enquanto que o francês está constituído há mais de duas décadas. Contudo, o exemplo europeu demonstra a gama de possibilidades de dinamização e, mesmo de desenvolvimento, que este tipo de abordagem pode oferecer.

INTRODUÇÃO

O admirável crescimento vivido pelo Brasil entre 1940 e 1980, que dobrou seu PIB a cada 10 anos, não foi capaz de amenizar suas desigualdades sociais. Pelo contrário, este período ficou marcado por um crescimento socialmente perverso e pelo aprofundamento dos conflitos de ordem distributiva. A injustiça predominante nesses 40 anos foi uma das principais responsáveis na condução do país ao subdesenvolvimento, já que muito nos afastamos dos caminhos que nos levariam ao desenvolvimento humano. Este conceito supõe a abrangência de todos os direitos – inclusive os econômicos, sociais e culturais – ao conjunto dos cidadãos. O desenvolvimento implicaria então a cidadania universal efetiva, condição esta que não está presente hoje no país.

Os últimos 20 anos poderiam ter sido o momento de redenção em relação aos erros cometidos no passado. Contudo, não conseguimos enfrentar e reverter os problemas acumulados. Dentre eles, a quase paralisação do aumento da renda *per capita* acarretou um desemprego e, sobretudo, um subemprego crescentes, aumentando o número de pobres; estes, por sua vez, mais presentes no meio rural do que nas cidades (SACHS, 2001 e 2002).

Mais especificamente no meio rural, muito já se tentou para reverter o quadro de pobreza e suas conseqüências. Da melhoria genética de grãos ao incentivo à exportação, as políticas públicas muito contribuíram para aumentar a produtividade e a rentabilidade. Contudo, foram ineficazes no combate à pobreza, ocasionando concentração de renda e aumento da desigualdade social.

Este trabalho é uma tentativa de se pensar o desenvolvimento de regiões rurais, tendo o território como peça fundamental para sua estratégia de desenvolvimento. O título "Do Território como Estratégia de Desenvolvimento de Regiões Rurais" é o resultado de um processo de reflexão que envolveu

uma série de bifurcações em relação ao eixo central inicialmente previsto no projeto de pesquisa. Primeiramente, o objetivo era compreender as causas do crescimento populacional de duas microrregiões geográficas de características rurais, do nordeste do estado de São Paulo. Corroborando a suspeita de que o setor terciário parecia desempenhar importante papel em relação a esse crescimento demográfico, procedeu-se a uma revisão bibliográfica. Esta apontava fortes evidências que as regiões rurais com maiores probabilidades de dinamização eram as que mantinham fortes vínculos com os centros urbanos. Tais vínculos não se estabeleciam somente através da exportação de produtos primários ou da importação de produtos industrializados, mas também por meio da valorização de atributos que não estavam presentes nas cidades, como: ar puro, silêncio, água limpa, tranquilidade, paisagens com características rurais ou intocadas, etc. Desta maneira, aproveitando essas características peculiares, as atividades existentes em algumas regiões rurais em muito se distinguem das tradicionalmente vinculadas à agricultura ou à pecuária. Hoje, é cada vez mais notável o importante papel que fenômenos como: o incremento da pesca esportiva, da construção de residências de veraneio, dos esportes de aventura e do deslocamento de aposentados têm na dinamização de regiões rurais.

Em um segundo momento, tentou-se determinar se algumas das distinções especiais do território, que propiciavam o surgimento de alguns dos fenômenos descritos acima, eram capazes de dinamizar regiões rurais deprimidas. Contudo se de um lado estavam as regiões rurais que, mesmo dispondo dos atributos ou vantagens mencionadas, eram incapazes de reverter seu quadro de inércia ou passividade, de outro estavam as regiões que aproveitavam uma certa coesão local e colocavam todo o território como uma marca de qualidade a ser vendida.

No ainda pequeno grupo que apresenta o território como uma base para seus projetos de desenvolvimento, destaca-se o exemplo do novíssimo Parque Natural Regional do Pantanal, localizado no estado do Mato Grosso do Sul, onde são desenvolvidos diversos projetos que buscam erguer a combatida economia local. As características incomuns desse parque, que remetem à

história do ordenamento territorial feito na França, realizado a partir do pós-guerra, e às diversas estratégias utilizadas para o desenvolvimento de espaços rurais, determinaram a mudança de foco na pesquisa. Sendo assim, em vez de abordar exemplos dispersos no estado de São Paulo, optou-se por compreender a origem do ordenamento do território e o caminho percorrido pelos Parques Naturais Regionais, onde o aproveitamento de distinções especiais do território, há mais de trinta anos, tem favorecido a dinamização de economias rurais.

Por fim, o território, que se constitui no núcleo para onde convergem projetos como os parques naturais regionais e outros semelhantes, desponta como eixo teórico deste trabalho. Para aclarar o conceito foram essenciais a literatura do ordenamento do território e da geografia econômica, que procuram compreender tais tipos de arranjos.

O objetivo geral desta dissertação é, então, o de compreender o papel do território como estratégia de desenvolvimento de regiões rurais. Esta questão é perseguida através de uma análise comparativa de uma experiência francesa já bem estruturada – o Parque Natural Regional do Luberon – e uma experiência brasileira – o Parque Natural Regional do Pantanal.

O texto que segue apresenta, em seu capítulo inicial, duas questões fundamentais na estruturação do trabalho e em sua problematização. Em primeiro lugar, toma-se como ponto de partida o questionamento de Veiga (1999, 2000 e 2001) acerca da precariedade dos critérios utilizados pelo IBGE que concluem que o Brasil é um país quase que inteiramente urbanizado. Ao se constatar que o meio rural não vem se esvaziando como há muito se imaginava, analisam-se as diversas atividades nele desenvolvidas, capazes de manter e atrair trabalhadores, e que vão muito além das agropastoris. O segundo capítulo apresenta a organização do Parque Natural Regional do Pantanal, entendido como uma nova forma de dinamizar a economia local através do enfoque territorial, conciliando crescimento econômico com preservação do meio ambiente. O terceiro capítulo traça um breve histórico do ordenamento territorial feito na França, onde têm origem os parques naturais

regionais. O capítulo seguinte enfoca o território em sua compreensão teórica e busca entender como este tipo de abordagem se aproxima da noção de desenvolvimento. Na seqüência, o quinto capítulo trata dos aparatos públicos do Estado Francês, que proporcionam instrumentos às estratégias territoriais de desenvolvimento direcionadas aos espaços rurais. Posteriormente, descrevem-se as mais significativas estratégias territoriais de desenvolvimento rural, denominadas: contratos de *plan État-région*, *pays d'art et d'histoire*, *pôles d'économie du patrimoine* e os *pays*. Nesta seqüência de experiências francesas, o capítulo sétimo, e último, culmina no exemplo do Parque Natural Regional do Luberon, no sudeste daquele país, considerado como uma forma bem-acabada e bem-sucedida de estratégia de desenvolvimento rural baseada no território.

1 – DEMARCANDO DOIS MITOS

Alguns dos graves problemas existentes no meio rural brasileiro poderiam encontrar mais fácil solução se fossem analisados a partir de outros pontos de vista, o que permitiria um tratamento diferente de questões como êxodo rural, desemprego, depressão econômica, dilapidação dos recursos ambientais, etc. Dentre as questões de análise, destacam-se dois mitos, que terão a função organizar a problematização deste trabalho.

Não Somos tão Urbanos

Primeiramente, disseminaram-se análises demográficas que resultam na visão de que o Brasil é um país com uma evolução inquestionável de sua população urbana. De acordo com o Censo Demográfico de 2000 (www.ibge.gov.br), 81,2% da população do Brasil residiria em áreas urbanas. Esta ampla "vantagem" populacional urbana em relação à do campo não é recente; em 1991, este mesmo instituto de pesquisa apontava que 75,6% da população já residia nas cidades. A partir de progressões como essas, Veiga *et alii* (2001) afirmam já existirem projeções de uma população urbana em torno dos 90% em 2015, trajetória que, por volta de 2030, extingiria a população residente no meio rural. Sendo assim, e diante do possível "vazio demográfico", muitos dos problemas sociais das regiões rurais, apontados acima, seriam naturalmente sanados antes da metade do século XXI. Ainda neste sentido, a histórica contradição entre cidade e campo estaria fadada a desaparecer. Esta constatação, algumas vezes lamentada como perda e outras festejada como sinal de progresso, é raramente contestada. Contudo, contrasta com sinais de vitalidade dificilmente compatíveis com o estado moribundo que a opinião pública – leiga e especializada – habituou-se a atribuir às populações vivendo em áreas não densamente povoadas no Brasil (ABRAMOVAY, 2000).

Esta visão origina-se em análises que não levam em conta os diversos problemas de ordem metodológica em relação à forma de se contar, classificar, e mesmo divulgar as estatísticas demográficas da população brasileira. Veiga *et alii* (2001) apontam que a vigente definição de "cidade" como uma das principais causadoras desse problema. A definição em questão vem do Decreto-Lei 311 de 1938, durante o Estado Novo, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características funcionais ou estruturais. Desta forma, de um dia para o outro, minúsculos povoados ou simples vilarejos, viraram cidades por meio de uma norma que continua a vigorar em nossos dias.

Também é responsável por este equívoco o instrumento que define a área urbana do município, ou *Lei de Perímetro Urbano*, demarcação do limite oficial entre as áreas urbanas e rurais de um município (GUIMARÃES, 2002). De competência municipal, tem como finalidade auxiliar o planejamento urbano, assim como facilitar o zoneamento para arrecadação tributária. Assim, a área urbana é definida como interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, por sua vez definida por lei municipal, enquanto a área rural é externa ao perímetro urbano. A distinção entre as situações urbana e rural é definida pela lei municipal em vigor na data de referência do Censo Demográfico, mas, no caso de inexistência da lei, o próprio IBGE estabelece o perímetro urbano em comum acordo com a prefeitura.

Enfim, com o passar dos decênios e a "sedimentação" da lei, nota-se uma convenção acordando que toda sede de município é necessariamente espaço urbano, seja qual for sua função, dimensão ou situação. No entanto, a restritividade desta lei não causaria grandes transtornos se fossem poucos os casos de sedes municipais que exercem baixa pressão antrópica sobre ecossistemas pouco artificializados, às vezes quase intocados. Este não é o caso do Brasil, onde a grande maioria de municípios apresentam essas características (VEIGA *et alii*, 2001). Ou seja, em 70% dos municípios brasileiros as densidades demográficas são inferiores a 40 hab/km². Esta proporção chama ainda mais atenção quando o parâmetro adotado pela OCDE

para que uma localidade seja considerada urbana é de 150 hab/km². Assim, de acordo com este último critério (amplamente aceito entre os governos dos países membros), apenas 411 dos 5507 municípios brasileiros existentes em 2000 seriam considerados urbanos.

Segundo Veiga *et alii* (2001), a metodologia oficial de cálculo do “grau de urbanização” do Brasil seria anacrônica e obsoleta, e a evolução das abordagens de delimitação urbana no resto do mundo só confirma que o uso desse indicador deveria exigir extrema cautela. Para que a configuração territorial brasileira não permaneça tão obscura é imprescindível construir tipologias alternativas, capazes de apreender a imensa diversidade dos municípios.

Nem tudo no meio rural é roça e atraso

Destaca-se um segundo problema que afeta o pensamento em relação ao desenvolvimento dos espaços rurais brasileiros. Trata-se, aqui, da idéia de que o espaço rural abrigaria (e deveria abrigar), exclusivamente, atividades agrícolas. Esta, contudo, não é uma realidade presente no Brasil e tampouco em países como os EUA ou da Europa ocidental.

No caso dos Estados Unidos, Galston & Baehler (1995) diagnosticaram que uma dramática metamorfose, que coloca cada vez mais em segundo plano as atividades primárias nos espaços rurais, é uma tendência mundial que, por sua vez, afeta profundamente a economia dos países, principalmente os da OCDE. Haveria poucas chances de sucesso se se continuasse investindo esforços em estratégias rurais baseadas na expectativa de elevação sustentada dos preços das *commodities* agrícolas. Isso porque tais produtos têm participação cada vez menor nos *inputs* da produção. Conseqüentemente, os países tornam-se mais compelidos a aumentarem suas produtividades agrícolas e industriais, causando forte impacto nas economias nacionais e mundiais. Esse aumento da produção, contudo, não é acompanhado de um aumento do número de

empregos ou ocupações. Tanto nas atividades agropastoris, como na indústria ou na extração de produtos primários, o incremento da produção é seguido por uma redução dos postos de trabalho.

Mesmo diante de perspectivas pouco favoráveis ao crescimento do emprego na pecuária e na agricultura, os espaços rurais podem reservar algumas esperanças de desenvolvimento. O dinamismo de algumas regiões rurais dos países da OCDE pode ser interpretado como um destes possíveis caminhos. A transformação estrutural da produção e das ocupações, segundo Galston & Baehler (1995), trouxe consigo uma profunda heterogeneidade na distribuição espacial dos empregos. O fato das atividades primárias estarem, em função dos determinantes naturais, forçosamente, muito mais presentes nas zonas rurais não quer dizer que os setores secundário e terciário sejam obrigatoriamente muito mais recorrentes nas zonas urbanas.

Ainda nesse sentido, Veiga (2000) apontou que o emprego industrial é mais significativo nas regiões relativamente rurais do que nas essencialmente urbanas, chegando mesmo a ser muito mais rural que urbano em países nórdicos, como a Noruega e a Suécia. Já os serviços têm quase o mesmo peso em regiões essencialmente urbanas e relativamente rurais, sendo extraordinariamente importantes nas regiões essencialmente rurais da Bélgica.

No caso brasileiro, pesquisas já levantam suspeitas de que certas regiões rurais apresentam algumas características semelhantes às dos países do norte. Antes mesmo da divulgação do censo 2000, estudos já indicavam uma transformação na tradicional estrutura de emprego agropastoril. Ao contrário do que se imaginava, o espaço rural não é estruturado exclusivamente pelo trabalho agropastoril, constatando-se a presença de um grande número de atividades, além da agrícola e da pecuária. Provavelmente, isto se deve ao fato de que (...) *"segmentos rurais ocupados em outras atividades sempre têm uma renda média maior que a dos trabalhadores agrícolas."* (GRAZIANO DA SILVA, 1997: 85).

Além disso, a identificação de “constelações econômicas localizadas que venciam a recessão” em áreas relativamente rurais de alguns países da União Européia, levou pesquisadores ligados à OIT a investigarem se essa virtuosa combinação entre eficiência e altos níveis de emprego poderia se tornar um modelo para outras regiões (VEIGA, 1999). Não obstante, ainda parece ser prematuro considerar que tais exemplos manifestam a possibilidade de um desenvolvimento regional independente em relação a tendências dominantes, sem a concentração econômica e urbana geralmente associada ao processo de industrialização.

Yruela *et alii* (2000), analisando alguns exemplos de políticas de desenvolvimento rural da União Européia, especificamente implantadas em regiões deprimidas ou estagnadas da Espanha, e que têm como enfoque o desenvolvimento a partir das "virtudes" endógenas, apontam os futuros promissores dessa abordagem não-exclusivamente agrícola. Entretanto, não ocultam a difícil aplicação das mesmas porque:

- esta nova estratégia está baseada em atividades novas, distintas das tradicionais agropastoris que sempre foram o suporte principal destas regiões¹;
- há dificuldade para se fomentar atores inovadores e novos atores capazes de protagonizar os processos de desenvolvimento rural, dadas as características socioculturais da população e a presença cada vez mais importante dos atores passivos;
- a articulação social em torno do desenvolvimento é um processo complexo, que continua necessitando uma intervenção pública, que apresente um novo desenho institucional e de relações com a sociedade civil.

1 "Neste sentido, talvez convenha voltar a pensar sobre o equilíbrio que deve haver entre as atividades tradicionais e as novas atividades, no contexto dos planos e programas de apoio ao desenvolvimento rural, sem nos inclinarmos de maneira mais hipotética que real para estas últimas." p249

As novas atividades desenvolvidas no meio rural, assim como as antigas, desempenham em suas relações com as cidades um papel muito importante. Mas quais seriam os laços existentes entre os espaços urbanos e os rurais, e como os primeiros poderiam influenciar o desenvolvimento dos segundos? Para Jacobs (1985), as ligações entre as mais remotas áreas rurais e as áreas metropolitanas são muito claras; não seria coincidência que as mais prósperas áreas rurais tivessem fortes vínculos econômicos com outras partes do mundo e com os grandes centros urbanos. Esta tese é retomada por Galston & Baehler (1995), que apontam como principal desafio ao desenvolvimento rural norte-americano planejar e colocar em prática novos elos ou articulações entre áreas metropolitanas e comunidades remotas.

Todavia, estes laços somente se estreitarão na medida em que as trocas forem além dos produtos primários. Jacobs indicou cinco formas diferentes de favorecimento do dinamismo de regiões rurais a partir do estreitamento de seus vínculos com as áreas urbanas:

- expansão da participação nos mercados das cidades para importação de bens rurais ou inovações produzidas em outros centros urbanos;
- aumento do número e da variedade de empregos na cidade para moradores de zonas rurais;
- crescimento do número de empresas transplantadas das áreas urbanas para as não-urbanas;
- disponibilização de novas tecnologias de produção para o meio rural, historicamente desenvolvidas em regiões urbanas, e
- crescimento das transferências de renda, do meio urbano para o meio rural.

Por outro lado, as regiões rurais que sempre basearam suas economias na exportação de produtos agrícolas e pecuários são as que mantêm os mais tênues vínculos com os centros urbanos. Isso ocorre porque somente uma pequena gama de produtos é ofertada nesses mercados. Essa dependência, por sua vez, condenará essas regiões ao empobrecimento, vindo da degradação dos solos, da água, etc., resultante de super-exploração; do risco de seus produtos naturais serem substituídos por outros artificiais; da competição com mercados externos, e de ações políticas que afetam essas áreas rurais muito especializadas.

A relação com as cidades, e o desenvolvimento sustentável de regiões rurais, também pode ser comparada à estrutura dos ecossistemas. Essa forma ainda pouco usual de se perceberem estas relações, comparando-as a condutos por onde transitam matéria e energia, entre as cidades e as regiões rurais foi detalhadamente observada por Vecchiatti (2003), após a análise da obra de Jacobs.

Nesse sentido, resumidamente, a obra de Jacobs faz a seguinte analogia entre um ecossistema e as relações cidades-regiões rurais: um ecossistema tem como característica captar a energia do sol e transformá-la em outras formas de energia.

“Começa pelas plantas que fabricam seu alimento pela fotossíntese (produtores), e depois na cadeia alimentar, os consumidores adquirem a energia ao alimentarem-se das plantas e de outros animais. A cadeia ou teia alimentar, pode então ser considerada o “conduto” do ecossistema por onde passa a energia primeiramente vinda do sol” (JACOBS, 2001: 68).

As comunidades humanas também teriam a capacidade de se comportarem como um ecossistema, que poderia ser um “estéril” quando utiliza e transforma de maneira minguada ou pobre a energia recebida em seu conduto; quando pouco inova a partir de recursos que recebe. Segundo Jacobs (*apud* VECCHIATTI, 2003), isso se dá quando a comunidade praticamente exporta de imediato grande parte daquilo que importa e seu uso não gera outros produtos e serviços para os moradores locais. Os condutos dessas comunidades,

simples e diretos, não geram co-desenvolvimentos e permanecem em um baixo grau de complexidade. Estes grupos são, geralmente, movidos por operações singulares, como bases militares ou grandes instalações turísticas (como os *resorts*), ou dependem em grande parte dos recursos naturais (terras excepcionalmente férteis, jazidas minerais ou florestas com grandes estoques de madeira), ou ainda são cidades que dependem de um único empreendimento.

O inverso ocorreria nas comunidades em cujos condutos o trabalho e o capital humano transformam as importações – isolam-nas, recombina-nas, reciclam-nas e, por todos esses meios, esgotam completamente as importações recebidas. A partir da transformação das importações vão surgindo inovações, como por exemplo, lojas e estabelecimentos de diversão, locais de uso coletivo, serviços públicos, etc. Comunidades como essas acabam gerando economias mais ativas, embarcam em processos de diversificação e de mudança interna e tornam-se mais flexíveis a mudanças inesperadas (VECCHIATTI, 2003).

Jacobs, diante de uma situação favorável ao desenvolvimento do meio rural, sustenta que as economias ativas dos grandes centros geram crescimento nas áreas rurais através de processos de inovação e improvisação, sustentados pelo tamanho, diversidade e proximidade da população urbana. Essa economia dinâmica, caracterizada pela diversidade, não está presente somente em áreas contíguas aos centros urbanos. Uma região com pequenas e médias cidades, avizinhada por suas áreas rurais, que saiba estabelecer um eficiente meio de comunicação e transporte entre seus atores, pode desempenhar o mesmo papel das cidades grandes com relação aos cinco fatores já apresentados. Dessa maneira, pode-se resumir *grosso modo* o pensamento de Jacobs, em "*Cities and the Wealth of Nations*": o desenvolvimento das regiões rurais é impulsionado pelas cidades.

Galston & Baehler, por sua vez, entendem que o desenvolvimento rural não pode ser visto somente a partir de si mesmo ou de seus vínculos com os centros urbanos mais próximos. Para eles, tanto os governos estaduais, quanto

o governo federal, têm um importante papel a desempenhar na mobilização local para o desenvolvimento e para a cooperação regional.

De qualquer forma, com maior ou menor vínculo com os centros urbanos, algumas experiências européias e norte-americanas indicam que o espaço rural tende a ser, cada vez mais valorizado. Esta importância decorre das diferentes qualidades que o espaço rural apresenta em oposição aos espaços urbanos. Pode-se dar um sem-número de exemplos: o contato com a natureza intocada ou manejada, estilos de vida menos frenéticos que os urbanos, valorização das tradições culturais e folclóricas, etc. Segundo Galston & Baehler (1995), estas são algumas das características que contribuiriam a uma nova valorização do ambiente natural, em comparação com o desenvolvimento dos centros urbanos.

Observa-se, então, que o dinamismo de regiões rurais depende, cada vez mais, da captação de rendas urbanas. Isso se dá por meio da construção de residências de veraneio, pela presença sazonal de famílias em férias, pela construção de ranchos para pesca esportiva, pela migração crescente de aposentados, pelo desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo, esportes, congressos, etc. Neste contexto, tende a ser decisiva a valorização das “amenidades” que constituem o patrimônio natural ou cultural ainda presente nas zonas rurais. Galston e Baehler entendem por “amenidades” o conjunto de qualidades e condições (de clima, vegetação, belas paisagens etc.) que despertam prazer e bem-estar. A valorização destes atributos decorre da mudança da vantagem comparativa do meio rural que, neste momento, tende a enfatizar as “amenidades”, em vez da produção primária ou da transformação de produtos agropecuários.

Tal valorização se concentraria nas regiões rurais que já são (ou já foram) prósperas e que atrairiam “retornados” e “refugiados” das aglomerações urbanas (com maior capital humano), em vez de favorecer as zonas rurais com características mais periféricas ou que há muito deixaram de ser dinâmicas. Dentre as dificuldades para uma dinamização econômica destacam-se: a distância dos centros de decisão e das redes de informação; falta de redes de

transporte e de telecomunicações; raras oportunidades de valorização dos recursos humanos; dificuldade de estreitar relações que gerem parcerias, etc.; características, estas, inerentes à definição de ruralidade.

O problema do aproveitamento econômico destas “amenidades” rurais talvez possa ser comparado ao da exploração de “nichos de mercado”, embora não haja correspondência com os exemplos clássicos desse tipo de fenômeno. As duas situações envolvem processos de diferenciação de produto. Mas, nos casos dos nichos de mercado, essa diferenciação visa atingir (ou criar) um segmento de mercado que costuma ser pequeno, estreito e específico. Já no aproveitamento de “amenidades” rurais, a diferenciação baseada na identidade territorial não costuma estar voltada a um segmento de mercado tão restrito. Trata-se sempre de uma “simbiose”, na qual o território é usado para promover o produto e o produto promove o território, resultando em aumento do valor de muitos recursos locais, sejam eles produtos primários de qualidade, mercadorias de artesanato tradicional ou atrações turísticas (OCDE, 1995 *apud* VEIGA, 1999). O problema é que esse tipo de “simbiose” não chega a ser muito freqüente, já que as sociedades agrárias tendem a ser muito pouco propensas às práticas do *marketing*.

Ainda com referência ao dinamismo de algumas regiões rurais, nota-se que é freqüente a existência de centros irradiadores dessa virtude. Entretanto, estes têm características pouco urbanas, ao contrário da condição necessária destacada por Jacobs (1985). Sendo assim, os fortes laços existentes entre as cidades e as zonas rurais, que proporcionariam certo dinamismo econômico às últimas, podem, muitas vezes, ser relativizados; ou seja, nem sempre o centro irradiador de dinamismo é essencialmente urbano. Algumas experiências apontadas pela OCDE confirmam este atributo, apresentando “constelações econômicas localizadas que venciam a recessão”. Estas tinham como característica comum serem significativamente rurais, como: Toscana e Emilia-Romagna, na Itália; Baden-Württemberg, na Alemanha; Cambridge, na Inglaterra; Småland, na Suécia e até essencialmente rurais, como o oeste da Jutlândia, na Dinamarca (OCDE, 1995 *apud* VEIGA, 1999).

Os exemplos acima também se assemelham quanto a sua distribuição espacial. Em seus respectivos países, apresentam uma certa concentração geográfica e setorial de empresas, com virtuosas combinações de eficiência e altos níveis de emprego, e nunca ocorrem de forma homogênea entre regiões de uma mesma nação. Esta caracterização territorial, com forte concentração empreendedora, também apresentava concentração espacial e setorial de empresas, com significativa interdependência existente entre as firmas decorrente da proximidade geográfica e setorial (IGLIORI, 2000). Sua importância econômica estaria associada ao aumento de competitividade, através da redução de custos, diferenciação qualitativa ou capacidade das firmas de responderem de forma ágil às mudanças exigidas pelo mercado. Porém, ainda é precário o conhecimento sobre os mecanismos existentes na relação entre concorrência-cooperação e o dinamismo econômico da região.

Assim como nesses exemplos, as publicações que tratam da questão apontam um amplo leque de arranjos com atividades, funcionamentos e gestão semelhantes, além da forte presença de economias baseadas na indústria (MARKUSEN, 2000; BENKO, 2001b; GOUTTEBEL, 2001; COROLLEUR, 2001; COURLET, 2001a e 2001b e VEIGA, 2002). Entretanto, outros tipos de arranjos, com suas atividades mais voltadas à prestação de serviços, ainda não foram muito estudados.

Por fim, uma vez que se entende que os espaços rurais brasileiros não necessariamente caminham em direção ao completo esvaziamento e seguem abrigando a maior parcela da população pobre do país, continuam sendo muito pertinentes os estudos que buscam compreender os mecanismos que favorecem a dinamização destes espaços. Neste sentido, e com base em observações feitas nos EUA e em alguns países da OCDE, outras atividades, além da agropecuária, podem reservar boas perspectivas no que diz respeito à dinamização ou até mesmo ao desenvolvimento do Brasil rural.

Desprende-se, ainda, que as regiões rurais mais prósperas desses países tendem a apresentar uma economia não mais unicamente baseada em atividades primárias. É cada vez mais comum se encontrarem estruturas

institucionais que, em regiões rurais frágeis e de patrimônio natural e cultural mais notáveis, põem em funcionamento políticas de dinamismo econômico e social sustentáveis, apoiando-se principalmente, em recursos patrimoniais. Objetiva-se assim a proteção do patrimônio, o desenvolvimento fundado na preservação do meio ambiente e na valorização do patrimônio, a experimentação de métodos de ação que poderão ser reproduzidos em outros territórios, etc. Todavia, ainda há que se avaliar se essas novas estratégias de dinamização dos territórios, em detrimento das de enfoque setorial, que optam preferencialmente pela agricultura ou pela pecuária, podem ter sucesso em nosso país.

2 - O PARQUE DO FRANCÊS

O panorama de depressão econômica, êxodo populacional, dilapidação do patrimônio ambiental ou cultural tem levado as populações de algumas regiões rurais a desenvolverem estratégias que buscam reverter este quadro. No Brasil, dentre as já diversas experiências, chama a atenção a iniciativa tomada para contornar a grave situação econômica vivida pelos fazendeiros pecuaristas da região do Pantanal sul-mato-grossense. Ali, em vez de se focalizarem os problemas da criação extensiva de gado bovino, através da obtenção de linhas de crédito, melhoria genética dos rebanhos ou abertura de novos mercados, preferiu-se "atacar" o Pantanal como um todo. Ou seja, de uma abordagem setorial, a mais comum no Brasil, optou-se por uma abordagem territorial do problema.

Esta iniciativa abraça uma série de outras e foi denominada "Parque Natural Regional do Pantanal". Apesar de sua "juventude" é visto como uma grande esperança de renascimento da economia dessa região do Mato Grosso do Sul. De inspiração francesa, ali são desenvolvidos uma série de projetos que visam, além da reorganização da bovinocultura, a ampliação das possibilidades econômicas dos fazendeiros, bem como a melhoria da qualidade de vida de sua população em geral. Dentre as suas principais virtudes, objetiva-se a exploração sustentável, de seu potencial ambiental para o uso da pecuária e do turismo.

As características físicas, ou naturais, do Pantanal descritas a seguir são muito peculiares e contribuíram, assim como as atividades humanas, na formação da fisionomia daquela região.

Quadro 1

Caracterização física do território onde se constrói o Parque do Pantanal

Estruturalmente, a região do Pantanal tem sua maior porção localizada na bacia sedimentar (Fanerozóica²) do Paraná e, em seu extremo sul, uma pequena faixa de antigos dobramentos, denominada cinturão orogênico Paraguai-Araguaia, de origem Pré-cambriana³. Sob o ponto de vista das unidades do relevo, segundo Ross (1996), a região apresenta:

Serras residuais do Alto Paraguai – apresentam dois setores, denominados serra da Bodoquena ao sul e Província Serrana ao norte. As duas são formas residuais de dobramentos muito antigos, cujos processos erosivos geraram formas de relevo em conjuntos de serras assimétricas e grosseiramente paralelas que atingem até 800 m. de altitude. Essas serras são constituídas por rochas sedimentares antigas, dobradas por processos orogenéticos e posteriormente trabalhadas por vários ciclos erosivos.

Depressão do Miranda – localizada ao sul do Pantanal e drenada pelo rio homônimo, é uma superfície baixa e extremamente aplainada, cujas variações altimétricas estão entre 100 e 150 m.

Planície e Pantanal do rio Paraguai ou mato-grossense – trata-se da maior unidade de relevo da região e corresponde a uma extensa área de deposição de sedimentos aluviais recentes, que avança em direção à Bolívia e ao Paraguai, com altitudes que oscilam entre 100 e 150 m.

Apesar da monotonia do relevo regional, seu complexo sistema de drenagem confere-lhe notoriedade. O Pantanal recebe contribuições para o seu regime de inundações dos rios São Lourenço, Cuiabá, Miranda Taquari, Aquidauana, Nabileque, Apa, Negro, etc. Assim, conforme a área da bacia, seu nome regional pode variar entre Pantanal de Paiaguás, de Nhecolândia, do Abobral, de Miranda, de Porto Murtinho, do Paraguai, de Cáceres, de Poconé e de Barão de Melgaço (carta nº 1).

2 Fanerozóico é a divisão do tempo que reúne as eras Paleozóica, Mesozóica e Cenozóica, ou seja, abrange de aproximadamente 590 milhões de anos atrás, até o presente (Strahler & Strahler, 1997).

3 O Pré-cambriano é um termo informal para todo o período geológico antes do início do período Cambriano (aproximadamente 590 milhões de anos atrás) (Strahler & Strahler, 1997)

Carta nº 1: **Os diversos pantanais**

Fonte: <http://pnrp.uniderp.br/pnrp> (colhido em maio de 2003)

O clima da região é o tropical, com temperaturas elevadas e estação seca prolongada. Este, somado à composição dos solos, ao relevo aplainado e ao regime de inundações forma um complexo mosaico de paisagens vegetais, onde florestas, campinas higrófilas e cerrados dão abrigo à mais rica avifauna do planeta. Apesar disso, segundo Conti e Furlan (*in* ROSS, 1996), muitas são as ameaças que o vêm destruindo rapidamente. O extrativismo mineral, sobretudo o garimpo, tem dilapidado o ambiente aquático, principal responsável pela biodiversidade da região. A sobrepastagem, a pecuária extensiva e as monoculturas praticadas nas regiões planálticas de sua periferia e nas altas bacias hidrográficas, utilizando grandes quantidades de agrotóxicos, também são fatores importantes de destruição.

A gênese do projeto de parque

Sensibilizado pela grave crise econômica que os pecuaristas da região viviam na metade da década de 1980, o então Presidente da Superintendência para o

Desenvolvimento do Centro-oeste (SUDECO), Senador Antônio Mendes Canal passou a buscar projetos e iniciativas que pudessem reverter o quadro desta região. Estes projetos deveriam ter como características principais o desenvolvimento do Pantanal, sem deixar de levar em conta a proteção do meio ambiente. Dentre as iniciativas que poderiam conciliar as duas necessidades, chegou-se ao modelo dos já bem estabelecidos Parques Naturais Regionais franceses.

De uma série de contatos entre o Governo do Mato Grosso do Sul, a embaixada brasileira na França e a embaixada francesa no Brasil surgiu a idéia de se conhecerem as atividades da Federação dos Parques Naturais Regionais da França (FPNRF). Assim, entre 1986 e 1995 ocorreram uma série de encontros para trocas de experiências e negociações entre a Fundação Pantanal⁴ e a FPNRF. Paralelamente, um longo trabalho de animação junto aos fazendeiros, às associações e aos sindicatos foi realizado por um técnico enviado pela Federação dos Parques Franceses, Jean-Philippe Delorme, e por um músico e morador da região, Guilherme Rondon, grande conhecedor da população dessa região.

Desde o início, a construção do Parque do Pantanal enfrentou muitos problemas. Havia resistências de toda ordem, mas uma das principais estava nos próprios fazendeiros, que muito se assustavam com a idéia de se criar um parque na região. Para eles, isso significava a delimitação de uma nova unidade de conservação⁵, nos moldes de uso extremamente restritivos do SNUC⁶. Contudo, pouco a pouco o trabalho de animação, vai desfazendo o mal-entendido. Hoje, ao contrário da expressão “Parque do Francês”, uma centena e meia de fazendeiros simpáticos à idéia se referem ao processo como o “Nosso Parque”.

Não é somente diante dos fazendeiros pantaneiros que o termo “parque” tem causado problemas. O Ibama de Mato Grosso do Sul ofereceu muita

4 A Fundação Pantanal é o órgão executivo da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul.

5 Os seis municípios do Parque do Pantanal possuem ao todo 8 unidades de conservação, todas de abrangência municipal, sendo 3 delas em Aquidauana, 4 em Corguinho e 1 em Corumbá.

6 SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, administrado pelo Ibama.

resistência à criação do PNRP, alegando que, diante dessa necessidade, o modelo das APA (Área de preservação ambiental em nível estadual ou federal) cumpriria os mesmos objetivos dos PNR, sem ter que se chocar com a lei concernente às unidades de conservação brasileiras. Entretanto, entendendo que o processo de construção do Parque, apesar das discordâncias, não cessou, e em sinal de flexibilidade, o Ibama vem preparando um convênio com a Federação Francesa dos PNR para troca de experiências e futura expansão do modelo no norte Pantanal.

Em nível estadual também houve resistência, desta vez por parte do Governo do Estado que alegava que o projeto de criação do Parque tinha como único objetivo o interesse dos latifundiários. Mesmo assim, houve um longo processo de distensão e, no dia 12 de agosto de 2002, o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul decretou a criação do Parque Natural Regional do Pantanal.

Outro problema apontado para a implementação do PNRP tem sido a falta de uma cultura política de descentralização administrativa. Um dos sintomas, de acordo com os técnicos do IPP, é que, ainda hoje, uma grande parte dos fazendeiros envolvidos no projeto espera receber “ajuda” financeira da França ou do próprio Instituto Parque do Pantanal: “Muitos ainda não compreenderam que o processo participativo é uma das grandes virtudes desse tipo de construção territorial”⁷.

Apesar de todas as resistências, finalmente, em 1996 um acordo de cooperação técnica foi firmado entre o Governo do Mato Grosso do Sul, através da Fundação Pantanal, e a FPNRF. As duas partes se comprometeram a obter financiamentos para criar o futuro parque (FPNRF e FEMAP, 2002).

O primeiro resultado concreto desse processo de cooperação técnica foi o projeto intitulado “*Projet d’appui à la création du Parc naturel régional du Pantanal*”. A execução do mesmo teve orçamento calculado em € 1.022.550,00 e foi apresentado à *Commission des Communautés Européenes* que, em 1998,

7 Entrevista concedida por Jean-Philippe Delorme, coordenador técnico do Instituto Parque do Pantanal, em 04 de setembro de 2002, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.)

se comprometeu a financiar 80% desse montante. Assim, em linhas gerais, o projeto apresentou os seguintes objetivos: apoiar a organização de uma política de proteção/valorização sustentável do Pantanal (especificamente na Bacia do Rio Negro) e organizar as condições para desenvolver esta abordagem em outros lugares do Brasil.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se aqueles que buscam criar infraestrutura para o funcionamento do Parque e mesmo para outros que poderão surgir no futuro, como: definir um projeto de gestão global e integrado para o território, ou seja, redigir a "Carta do Parque"; delimitar um território para a execução do projeto; criar uma estrutura de gestão para organizar este projeto; definir o estatuto jurídico dessa estrutura e definir os meios financeiros e humanos para fazê-lo funcionar; definir um estatuto jurídico em nível federal para estes tipos de unidades de gestão e criar no Brasil *know-how* capaz de fazer funcionar e executar no futuro, de forma autônoma, este tipo de projeto.

Afinal, que são Parques Naturais Regionais ?

O Parque do Pantanal possui uma estruturação administrativa muito particular e ainda inédita no Brasil. Contudo, esta não é o resultado de seus idealizadores sul-mato-grossenses e sim de seus similares franceses, para os quais, um dos principais objetivos dos PNR, assim como no Pantanal, foi dinamizar espaços rurais deprimidos.

Apesar de muito recente no Brasil, a estrutura dos Parques Naturais Regionais (PNR) já possui uma longa trajetória na França, onde se originaram. Ali, além deste tipo de estratégia para a dinamização dos territórios rurais, há uma grande variedade de instrumentos legais para gerir e conservar o meio natural, com distintos objetivos, limitações e formas de execução. Neste amplo leque de possibilidades de gestão de espaços rurais, estão os chamados Parques Naturais Regionais, conhecidos como áreas do patrimônio natural, ricas e ameaçadas, transformadas em objeto de um projeto de desenvolvimento que

visa sua preservação e valorização. Além de ter um objetivo preservacionista, os PNR também representam um importante exercício de valorização do território. Portier (2001), aponta os PNR como a mais antiga experiência do gênero, existente na França.

Segundo Chiappero:

“O parque natural regional é uma estrutura institucional que, em zonas rurais frágeis, com patrimônio natural notável, realiza uma política de desenvolvimento econômico e social sustentável, baseando-se no conjunto de seus recursos patrimoniais⁸.”
(CHIAPPERO, 1999: 2)

É notável como o entendimento de PNR, desenvolvido por Chiappero, antes de tudo, tem no patrimônio uma das "chaves" de sua compreensão. O patrimônio também será um elemento importantíssimo para outros arranjos territoriais, que posteriormente compuseram o leque de possibilidades oferecido pelo Estado francês.

Origens dos Parques Franceses

As idéias que fundamentaram o nascimento dos PNR franceses datam de 1966, quando Olivier Guichard, o então Delegado do *Aménagement du Territoire*, chamou a atenção para a urgência de se criar um instrumento de promoção das políticas econômicas, ecologicamente viáveis em meio rural e para a busca de maior eficácia dos atores. Pesquisando modelos que inspirariam essa nova forma de gestão integrada, responsáveis pelo ordenamento do território francês estabeleceram parcerias para troca de conhecimentos com os parques Haute Veluwe, na Holanda, Luneburger Heide, na Alemanha e com o museu a céu aberto de Bokrijk, na Bélgica (FPNRF, 1997). O que se buscou nestes modelos foi a associação entre a conservação do meio ambiente e a promoção da cultura regional. Contudo, a idéia de um museu a céu aberto foi paulatinamente descartada, uma vez considerado seu caráter estático e pouco adequado ao acompanhamento das dinâmicas sociais.

⁸ Tradução do autor, assim como as demais.

Seis meses mais tarde, já em 1967, decreta-se a criação dos Parques Naturais Regionais. Rapidamente, percebeu-se que estes parques carregavam uma “infeliz” denominação, causando uma série de equívocos e mal-entendidos. Essas confusões originavam-se no desacordo entre o nome atribuído e o espírito para o qual foram criados; uma vez que não se tratava da idéia tradicional de “parques” (no modelo dos grandes parques nacionais de origem norte-americana), nem à de “naturais” (os PNR estão localizados em territórios que vêm sendo manejados há séculos), muito menos à de “regionais” (posto que seus limites não respeitam as fronteiras regionais, departamentais francesas). Ao contrário da idéia restritiva dos parques nacionais, os PNR são espaços abertos que buscam proteger, desenvolver, organizar e ordenar espaços determinados. (VINAVER & PASSARIS, 1994). Além disso, pairavam fortes desconfianças em relação ao sucesso em torno deste novo modelo de gestão. Dentre as muitas conjecturas, questionava-se como seria possível conduzir uma política que, ao mesmo tempo, era direcionada: à agricultura; ao artesanato (ou até ao desenvolvimento de pequenas indústrias); ao turismo; à gestão dos recursos naturais, humanos e culturais; além da sensibilização em relação ao meio ambiente, sem reduzi-la à uma abordagem setorial com um eventual “tempero” de preocupação ambiental.

Apesar do conturbado nascimento, no transcorrer dos anos os Parques Naturais Regionais converteram-se numa estrutura institucional que, nas regiões rurais frágeis e de patrimônio natural e cultural mais notáveis, coloca em funcionamento políticas de desenvolvimento sustentável que se apóiam, principalmente, em seus recursos patrimoniais. Os objetivos desses parques são: a proteção do patrimônio; a dinamização da economia fundada na preservação do meio ambiente e na valorização do patrimônio (especialmente o desenvolvimento de um turismo de qualidade); a recepção, a informação e a educação do público, e a experimentação de métodos de ação que possam ser reproduzidos em outros territórios (CHIAPPERO & POURCHER, 1999).

Contudo, conciliar crescimento econômico com a preservação do meio ambiente não é um objetivo que remonta às origens dos parques naturais regionais. Este só começou a se firmar a partir de 1971, quando do colóquio

sobre meio ambiente e desenvolvimento, preparatório da Conferência de Estocolmo, na cidade de Founex, Suíça. Apesar das muitas divergências entre as idéias do grupo que pregava o crescimento zero e as idéias dos que viam no crescimento rápido a única urgência, o grande mérito deste colóquio foi indicar a necessidade e a possibilidade de se criar uma “via” intermediária. Esta seria baseada na idéia de um ecodesenvolvimento sustentado por um crescimento econômico subordinado aos objetivos sociais e ao respeito das limitações impostas pelo meio ambiente, que resultariam em soluções triplamente vencedoras⁹. Assim, de acordo com Sachs (1997) a filosofia subjacente ao conceito de PNR foi reinventada e projetada em a uma escala planetária. Este direcionamento foi reafirmado em 1992, na Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro. Ali a abordagem foi solenemente rebatizada de desenvolvimento sustentável, e todos os países foram convidados a formularem suas Agendas 21 de âmbito local, buscando-se generalizar o enfoque de concertação e de contratualização adotado pelos Parques Naturais Regionais.

De sua origem até os tempos atuais, os 40¹⁰ PNR passaram a ocupar mais de 10% do território francês, mais de 4 milhões de hectares, em mais de 2 mil comunas, que possuem por volta de 2,3 milhões de habitantes. Este modelo de gestão compartilhada também está presente em países como a Costa do Marfim, Rússia, Polônia, Portugal, Bélgica, Chile, Vietnã e outros, além do Brasil.

A organização e o funcionamento

Os limites fronteiriços dos PNR não se sobrepõem aos demais recortes administrativos regionais. Na verdade, segundo Vinaver & Passaris (1994) uma das razões que inspiraram a idéia de criação dos PNR foi a inadequação entre o recorte administrativo e as entidades ecológicas. Sendo assim, a iniciativa de

9O verdadeiro desenvolvimento, segundo Sachs, não pode deixar de levar em conta o crescimento econômico, a preservação do meio ambiente e a eliminação das desigualdades sociais.

10 São eles: Armorique, Avesnois, Ballon des Vosges, Brenne, Brière, Boucles de la Seine normande, Camargue, Corse, Caps et Marais d'Opale, Chartreuse, Causses du Quercy, Forêt D'Orient, Gâtinais Français, Grands Causses, Guyane, Haut-Jura, Haut-Languedoc, Haute-Vallée de Chevreuse, Landes de Gascogne, Livradois-Forez, Loire-Anjou-Touraine, Lorraine, Luberon, Marais du Cotentin et du Bessin, Monts d'Ardèche, Martinique, Massif des Bauges, Montagne de Reims, Morvan, Normandie-Maine, Perche, Périgord Limousin, Pilat, Plaine de la Scarpe et de

criação de um PNR pertence à Região, que a sugere em acordo com as coletividades locais¹¹ (como as comunas e seus agrupamentos).

A vocação regional dos PNR é, assim, mais fortemente marcada pelo seu procedimento de criação do que pelo decreto propriamente dito. Tal procedimento resulta de uma conjunção entre a vontade local, renovada e confirmada pelas autoridades regionais e pela Política Nacional de Equipamentos em PNR - que está sob a competência da Região e do Ministro do Meio Ambiente - após a consulta de uma comissão interministerial que confirma ou não a aceitação da Carta do Território constitutiva do PNR. (VINAVER & PASSARIS, 1994)

Por último, os parques se organizam em torno de um comitê sindical, também conhecido como Sindicato Misto. O mesmo reúne os *élus*¹², conselheiros gerais, representantes das associações, formando um colegiado titular e um suplente. Seu papel consiste, entre outras funções, em fixar grandes direcionamentos e acompanhar os trabalhos das equipes técnicas. Em síntese, o sindicato é o responsável pelo cumprimento das resoluções firmadas na Carta do Território.

A associação responsável pelos programas de parceria, troca de experiência, desenvolvimento de *savoir-faire*, etc. é a *Fédération des Parcs Naturels Régionaux de France*. Criada em novembro de 1971, é porta-voz da rede de Parques Naturais Regionais e caracteriza-se por funções específicas:

“Ferramenta privilegiada de suas reflexões e de suas ações comuns, a Federação é encarregada de representar os interesses dos Parques Naturais Regionais junto às administrações, às assembleias parlamentares e aos organismos institucionais. Seu papel também está relacionado à elaboração de textos e de políticas que lhes concernem. Esta é uma estrutura de harmonia entre os outros espaços protegidos franceses e internacionais e com os parceiros, que, de uma forma ou de outra, se relacionam às suas ações. Ela é igualmente o centro dos recursos dos Parques Naturais Regionais,

l'Escaut, Queyras, Vercors, Verdon, Vexin français, Volcans D'Auvergne, Vosges du Nord. O Marais Poitevin Val de Sèvres e Vendée, e Nord-Pas-de-Calais perderam o selo.

¹¹ De acordo com Moulin *et alii* (2002) coletividades locais é o nome genérico que se dá aos departamentos, EPCI, agglomérations, etc

¹² *Élus* podem ser definidos como os representantes locais, eleitos através de sufrágio universal.

facilitando a troca de experiências, iniciando os trabalhos de reflexão comuns, colocando à disposição as ferramentas específicas para ajudar a conduzir suas missões ou objetivos”. (www.parcs-naturels-regionaux.tm.fr)

As discussões

Os PNR são muito pertinentes ao universo cultural rural francês, de acordo com os depoimentos das diretoras do *Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement* (CIRED), Krystyna Vinaver e Solange Passaris. Para que um PNR nasça é necessário uma “maratona” de reuniões e debates que se faz desde a idéia inicial de sua criação, passando pela redação da Carta do Território e segue uma rotina de manutenção, no dia-a-dia. As pesquisadoras da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* afirmam que esse processo de reuniões e discussões, onde se faz necessária a presença de pessoas dispostas a debater, redigir documentos, animar as discussões, etc., não é um processo a se construir, já que culturalmente, a França já possui esta tradição de discussão popular (no seio das comunas, das associações, dos sindicatos, etc.). Como resultado deste processo de debate, estima-se que 5 anos em média é o tempo gasto para a redação da Carta do Território e a obtenção da certificação (LE MONDE, 12 de junho, 1997).

Os moradores

Na primeira metade do ano 2000, o Instituto Louis Harris realizou uma sondagem junto aos habitantes de 30 PNR¹³ franceses. O objetivo desta enquete – a primeira feita nesta escala – era avaliar a percepção de seus habitantes quanto à contribuição que os parques proporcionam a sua qualidade de vida, ao grau de informação sobre as ações de seu parque e às expectativas quanto ao futuro. Como resposta, 81% se declararam “suficientemente satisfeitos” ou “muito satisfeitos” em viver em um PNR. Estes acreditam que os pontos fortes dos parques são: a beleza das paisagens

13 Questionário auto-administrado, difundido em 15 000 exemplares (para 2700000 habitantes) com uma margem de erro de 7%. 3581 respostas foram consideradas, a saber: 120 por Parque.

(80%); a boa qualidade do ar (51%) e as atrações turísticas (33%). Por outro lado, apontam como pontos fracos: a integração de novas edificações (24%); o acesso aos meios de transporte (38%) e a economia e o emprego (50%).

Ainda, 56% consideram que o parque onde residem contribui “muito bem” ou “suficientemente bem” com a sua qualidade de vida, 31% acreditam que ele contribui “pouco”; 75% atribuem aos parques uma forte contribuição à qualidade da imagem de sua região no exterior, à preservação das paisagens (73%) e ao desenvolvimento do turismo (69%). Segundo 78% deles, a existência de um parque beneficia em primeiro lugar os visitantes, os *élus* (69%), os seus habitantes (52%), os atores econômicos (50%), os habitantes dos municípios próximos, todas as pessoas (48%), os jovens (27%).

Esta sondagem ainda quantificou que 90% dos habitantes sabem que sua comuna aderiu ao parque e 67% sabem o seu nome exato. Entretanto, 63% se consideram “pouco informados” e 82% desejam ser “melhor informados” sobre: os objetivos de um parque (88%), suas atividades (62%) e seu funcionamento (36%) (PARCS NATURELS RÉGIONAUX DE FRANCE, n° 40, octobre 2000).

Segundo Lajarge, a grande virtude dos PNR reside no fato dos mesmos se basearem unicamente na “força do contrato”, sobre a qual as comunas, os departamentos e as regiões concernentes se comprometem a cumprir as determinações e finalmente assinam a carta. A falta de uma jurisprudência revela, ao mesmo tempo, a eficácia do engajamento moral e a originalidade da natureza da mesma (da carta), ou desta ferramenta que é o PNR, tanto em matéria de gestão do meio ambiente como de desenvolvimento territorial (LAJARGE, 1997). Isso acontece porque, mesmo sem um meio regulamentar, existe uma obrigação de resultado. Além disso, após dez anos de certificação, o Parque deve mostrar os resultados obtidos a fim de que seu “selo” seja renovado.

A construção de uma estrutura administrativa para o Parque do Pantanal

Apesar do Parque do Pantanal estar inserido em um universo político-administrativo muito centralizado, podem-se traçar alguns paralelos com a organização de seus similares franceses.

Primeiramente, infere-se que a criação do Instituto Parque do Pantanal (IPP) teve como objetivo cumprir as obrigações do que, no modelo francês, é chamado de Sindicato Misto. Dessa forma, o IPP, como responsável pelo cumprimento das resoluções firmadas na Carta do Território, é constituído por representantes da Federação Francesa de Parques, por fazendeiros, por donos de pousadas, pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, etc. O IPP possui o *status* jurídico de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público¹⁴, ou seja, busca mesclar características de instituição pública e privada. Sendo assim, possui uma equipe técnica (responsável pela redação da carta e dos projetos), um conselho administrativo e um conselho executivo¹⁵.

Esta equipe técnica finalizou, em outubro de 2002, a redação da carta do território, documento com valor de contrato. Nela concretiza-se o projeto de proteção e de desenvolvimento elaborado para o território, além de conter as declarações de interesse em integrar, no caso brasileiro, a rede de fazendas signatárias e o projeto de desenvolvimento a ser aplicado em longo prazo (vide capítulo "O APARATO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS FRANCESES"). Neste caso estudado o contrato firmado terá uma duração de cinco anos, e não de dez anos como na França, e sua aprovação ficará a cargo da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul e da Federação dos Parques Naturais Regionais da França.

¹⁴ O IPP foi reconhecido como Sociedade Civil de Interesse Público em setembro de 2001.

¹⁵ O IPP também já possui um conselho técnico-científico. O mesmo hoje em dia parece estar dissolvido, o que causa certo descontentamento e incredulidade no grupo quanto ao futuro do Parque (entrevista concedida por Jean-Philippe Delorme, coordenador técnico do Instituto Parque do Pantanal, em 04 de setembro de 2002, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.)

Outra semelhança que chama a atenção está no objetivo administrativo a ser alcançado, que é a gestão compartilhada, significando ter o IPP como parceiro do Estado na gestão do Parque. A similitude desta gestão compartilhada com a administração de seus congêneres franceses pode ser encontrada no contrato firmado entre os departamentos e as regiões concernentes, no qual todas as partes se comprometeram a cumprir as diretrizes contidas na carta. Desta forma, no caso sul-mato-grossense, assinarão o documento os fazendeiros, o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e os Governos Municipais envolvidos. Futuramente estas responsabilidades também devem recair sobre a execução da política definida na Carta do Território e avaliação da política territorial que terá sido feita até então.

Por fim, com relação às dimensões territoriais, hoje a área do PNRP envolve 180 fazendas, cada uma possuindo em média 10.000 ha. Nesses 1,5 milhão de hectares, vivem 525.000 habitantes, resultando na baixíssima densidade de 0,35 hab/km². Números de tais dimensões, além de auxiliarem a criar uma “imagem” da área onde se organiza este novo tipo de arranjo territorial brasileiro, também colocam lado a lado o tamanho de seus congêneres franceses, de proporções infinitamente menores.

Projetos, ações e programas

Um parque ainda em fase de construção como o do Pantanal, com frequência, apresenta uma pequena variedade de projetos, sendo que muitos deles ainda se encontram em estágio embrionário. Neste momento, o mais importante é a redação da Carta, que envolve um longo processo de discussão e a execução de suas diretrizes. Contudo, os projetos já existentes abrangem um grande leque de ações, em diferentes níveis e com distintas abordagens, a saber:

Vitelo Pantaneiro (Vitipan)

A gênese do Parque do Pantanal está vinculada à decadência da atividade pecuária bovina dessa região. Nesse sentido, a criação PNRP tem como um de seus principais objetivos, deter esse processo para que se possa ali manter a presença dessa atividade tradicional. Segundo o documento “*Projet d’appui à la création du Parc naturel régional du Pantanal: état d’avancement du projet*” (FPNRF e FEMAP, 2002) a bicentenária atividade é fundamental para a manutenção do equilíbrio ecológico da região.

Devido às condições naturais (quadro 1), o Pantanal é tradicionalmente um criadouro de animais jovens. O gado é engordado até os 12 meses e depois é vendido para outros engordadores do Mato Grosso do Sul ou de estados vizinhos. Dessa forma, considera-se o novilho como um produto intermediário na cadeia produtiva da carne, o que impossibilita uma valorização local dos produtos derivados do boi, porque não existe qualquer controle sobre a sua comercialização. A principal valorização do produto dá-se fora do Pantanal que, por sua vez, não aproveita em nada esse acréscimo. Além disso, no momento da venda dos novilhos, as fêmeas são fortemente desvalorizadas em relação aos machos, chegando a valer de 30 a 40% menos.

O objetivo do Vitipan é valorizar o produto “novilho do Pantanal”, fazendo desses jovens animais um produto final, diferenciado por uma marca de qualidade que reúne: a certificação de origem geográfica; a certificação biológica e o aval do PNRP quanto às condições ambientais de produção, e a participação do produto no manejo do equilíbrio ecológico do Pantanal.

Fisicamente, este animal é criado de modo super-extensivo (com mais de 3 ha/cabeça), abatido entre os 10/14 meses, com peso médio de 150 kg e com preço 45% mais elevado que o de um bezerro comum e o certificado é conferido pela empresa ECOCERT do Brasil. Por outro lado a adoção da produção orgânica implica em se criar uma completa cadeia produtiva pantaneira com uma marca vinculada, colocando em evidência o local e o modo de se produzir. Implica, também, na adoção de agricultura orgânica no mesmo estabelecimento onde se produz o Vitelo, além de se evitar a artificialização das pastagens e a alteração da paisagem do Pantanal.

Atualmente são 22 as fazendas envolvidas na criação destes animais e o projeto recebe o apoio científico da Embrapa e da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Programa de ações para a valorização da biodiversidade do Pantanal do Rio Negro (PAVB)

Financiado pelo Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM) e tendo como parceiros o CIRAD (*Centre international de recherche en agriculture pour le développement*), a Embrapa e a Equipe Técnica do IPP, este projeto tem como objetivo desenvolver ações que seguem três eixos: criação de animais silvestres, turismo verde e difusão do território.

Em relação à criação de animais silvestres, estuda-se atualmente a biologia do Cateto¹⁶ (*Tayassu tajacu*). O plano é fazer um ensaio em computador sobre os efeitos do abate de catetos em ambiente natural. Para tanto, o convênio com a Federação Francesa de Parques Naturais possibilitou a vinda de um técnico do CIRAD, que auxiliará os ensaios. Assim, pretendem retirar alguns indivíduos sem que a falta dos mesmos cause dano ao patrimônio genético do grupo, experiência que já foi testada com sucesso nos EUA e na Venezuela. Este projeto visa, ainda, agregar valor aos produtos que se originam no Parque. Assim, futuramente, a carne desses animais seria processada e transformada em produtos de charcutaria. Em um segundo momento do projeto pensa-se em “extrair” porcos monteiros¹⁷.

¹⁶ Animal diurno e florestal, encontrado dos E.U.A. ao Norte da Argentina, com cerca de 90 cm de comprimento e pelagem cinza-escura com uma faixa branca no pescoço, em forma de colar. Também é conhecido como porco do mato ou caítitu.

¹⁷ De acordo com depoimentos colhidos no trabalho de campo, a origem desses porcos remonta à guerra do Paraguai, quando as fazendas eram invadidas pelos soldados ou mesmo pelas batalhas. Naquela ocasião, os fazendeiros, para não entregarem seus rebanhos aos soldados, soltavam os animais na natureza. No dia 22 de fevereiro de 2003, após o encerramento dos debates entre os 25 governadores e o presidente da república, sobre as reformas do sistema previdenciário e tributário, foi servido churrasco de javonteiro, um cruzamento de javali com porco monteiro. A iguaria foi muito apreciada pelo presidente e diversos governadores.

Escolas Pantaneiras

São escolas construídas dentro das fazendas e com um novo calendário escolar, que obedece ao regime fluvial e pluvial da região, uma vez que durante o período de cheias o deslocamento das crianças por via terrestre fica impossibilitado. O currículo escolar também é diferenciado das instituições de ensino comuns, mas atende às exigências do MEC. Apesar de não ser o mentor, tampouco o principal gestor do projeto, o IPP ajudou a organizar a Associação dos Pais, Professores e Proprietários de Escolas Pantaneiras.

Nascidas há cinco anos e com 9 núcleos funcionando em Aquidauana (carta nº 2), as Escolas Pantaneiras já contam com mais de 300 crianças matriculadas, atendendo, no momento, somente o ensino fundamental. Segundo depoimento de seu idealizador, o fazendeiro João Ildefonso, como resultado dessa ação já se percebeu uma diminuição no êxodo de crianças para os centros regionais como Campo Grande, Aquidauana, Miranda ou Corumbá, uma vez que quando a criança tem que migrar para ir à escola, sua mãe acaba acompanhando-a. Para o futuro, pensa-se em disseminar as escolas e nelas criar oficinas para formação profissionalizante de 2º grau.

Turismo

Neste setor o IPP teve o importante papel de auxiliar a organização da Associação das Pousadas Pantaneiras (Appan), que reúne 16 pousadas associadas. Estuda-se a criação de uma referência padronizada de qualidade, de serviços oferecidos e de conforto para classificá-las. As pousadas oferecem a seus clientes, basicamente, o turismo rural e ambiental. Todas as associadas são pequenas pousadas com 20/30 leitos e o público é composto, essencialmente, pela classe A. O período médio de estadia varia entre 2 e 3 dias e as diárias custam em média R\$ 180,00 por pessoa (valor referente ao ano de 2002). Os visitantes vêm principalmente de São Paulo e da França, o que denota a, ainda, tímida disseminação da iniciativa em território brasileiro ou mesmo fora dele.

Enfim, como gestor do Parque, o IPP auxiliou na criação de 7 associações regionais: a União dos Pantaneiros de Nhecolândia (Unipan); a Associação da Margem esquerda do rio Aquidauana; a Sociedade de Defesa do Pantanal (SODEPAN); a Associação dos Pantaneiros do rio Negro; a Associação das Pousadas Pantaneiras (Appan); a Associação dos Pais, Professores e Proprietários de Escolas Pantaneiras e a Associação da Margem Direita do rio Aquidauana (em fase de constituição).

Carta nº 2 - Localização das escolas pantaneiras

Fonte: <http://pnrp.uniderp.br/pnnp> (colhido em maio de 2003)

A construção do território Parque Natural Regional do Pantanal

O atual perímetro do PNRP está localizado no nordeste do Estado de Mato Grosso do Sul, envolvendo os municípios de Corumbá, Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro, Corguinho, Aquidauana e uma pequena faixa de Miranda (carta nº 3). Em relação ao conjunto pantaneiro, além de uma faixa planáltica a

leste, o PNRP abarca todo o Pantanal de Nhecolândia, o Pantanal de Abobral e o Pantanal de Aquidauana.

Carta nº 3: Os municípios integrantes do PNR do Pantanal

Fonte: <http://pnrp.uniderp.br/pnrp> (colhido em maio de 2003)

Apesar de estar se organizando uma circunscrição de aproximadamente 1,5 milhão de km², o Parque do Pantanal não parece formar uma unidade contígua. Existem centenas de vazios referentes às fazendas cujos proprietários, até o momento, não assinalaram a intenção de aderir ou mesmo assinar a futura Carta do Território, o que anuncia que a descontinuidade será uma das marcas muito evidentes desse território em construção.

Este fato chama atenção, porque no caso pantaneiro, as fazendas substituem as comunas¹⁸, ou seja, os proprietários desses imóveis rurais são os responsáveis pela assinatura e cumprimento dos objetivos e resoluções fixados na Carta do Território. Por outro lado, o município, o substituto mais aproximado das comunas francesas têm um papel bastante secundário nesse processo. As fazendas foram tomadas como núcleos administrativos (passíveis de adesão ao Parque) porque os municípios da região possuem um perímetro gigantesco. Dessa forma, os técnicos do IPP alegam que se estes últimos fossem usados como núcleos passíveis de adesão, suas prefeituras ficariam extremamente sobrecarregadas e impossibilitadas de cumprir as determinações e objetivos da Carta do Território.

Mesmo diante dos problemas apontados acima, pode-se inferir que há um crescente engajamento por parte dos fazendeiros da região, característica que não se repete quando se observam os funcionários das fazendas, que, visivelmente, não “vestiram a camisa” em relação à causa do Parque. Atualmente, de acordo com diversos depoimentos colhidos em Campo Grande, os peões, funcionários de pousadas e outros empregados não participam das discussões sobre a criação do Parque do Pantanal. A equipe técnica do IPP acredita que, com a melhoria da qualidade de vida e da educação dessa parte dos moradores da região, naturalmente, os mesmos e seus filhos passarão a atentar às ações do Parque, integrando suas discussões. Alegam os técnicos que a indiferença se dá porque as relações patrão–empregado naquela região são muito amistosas e de grande confiança mútua. Assim, os trabalhadores entregam nas mãos de seus patrões as decisões importantes, que dizem respeito aos seus próprios interesses¹⁹. Representando ou não a realidade, há que se distinguir nestes depoimentos, que neste universo de confiança, há um

18 Comunas são as menores subdivisões administrativas existentes na França. O dicionário Houaiss (2001), aponta a palavra *comuna* (do francês *commune*) como a menor subdivisão administrativa do território.

19 Esta perspectiva otimista dos membros do IPP não pode ser compartilhada por este pesquisador, uma vez que o mesmo não conseguiu organizar qualquer tipo de entrevista junto a esta importante parcela da população. Apesar do curto período de tempo despendido em campo (somente nove dias), o pesquisador foi diversas vezes dissuadido ou mesmo impedido de colher dados primários junto a esta parcela da comunidade. Portanto, as afirmações dos membros do Instituto Parque do Pantanal não puderam ser confirmadas.

claro processo de alijamento de uma significativa parcela da população do Parque, no que diz respeito às decisões e ao futuro do mesmo.

Outro problema apontado pelo IPP, para a consolidação do PNRP, decorre da completa ausência de uma legislação brasileira concernente ao seu funcionamento. Assim, entendem que o Parque se mantém, de certa forma, alheio à movimentação ambientalista e rural praticada no Brasil. Uma dessas conseqüências é a completa inexistência de qualquer tipo de relação com a administração da reserva da biosfera do Pantanal, programa MAB da UNESCO que, segundo eles, "é uma utopia."

A dificuldade para a elaboração e a criação de um parque natural regional (PNR) no Brasil, além da incompleta participação de seus atores, da falta de *know-how* e da inexistência de um aparato institucional público, esbarra na carência de descentralização por parte do Estado. São evidentes as facilidades que o histórico processo de descentralização que a França vem vivendo há mais de 30 anos propiciou aos parques e a outras estratégias para o desenvolvimento de suas regiões rurais. Ali, nação onde irromperam os primeiros PNR, a descentralização das decisões políticas (principalmente as voltadas ao ordenamento do território), dentre outros desdobramentos, em muito tem colaborado para o sucesso destes parques em relação ao desenvolvimento e à redinamização da economia de regiões rurais com históricos problemas de êxodo populacional e de fraca atividade econômica.

Os resultados alcançados com a criação do PNR do Pantanal, por conta de sua ainda breve história, são de difícil avaliação. Ainda está longe o momento em que se poderá afirmar, com algum grau de precisão, se o sucesso da experiência. Contudo, apesar do tempo, da insignificante participação de seus moradores, da desconfiança dos fazendeiros e dos empecilhos causados pelos governos federal e estadual, os PNR parecem constituir uma estratégia muito diferenciada de abordagem dos problemas do mundo rural, principalmente se inserido no contexto brasileiro. Assim, para uma melhor compreensão destas distinções, um rápido panorama histórico pretende mostrar o nascimento dos

PNR no seio do Ordenamento Territorial francês e que por fim, se contrapõe à própria noção original de *aménagement du territoire*.

3 - UM OUTRO OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES RURAIS

Após a década de 1950, o ordenamento do território, na França, adquiriu um sentido mais preciso em relação àquele que vinha sendo empregado até então. Sua incumbência mais categórica passou a ser a de organizar a economia no conjunto do território em contraposição às simples oscilações do mercado de trabalho, que continuamente forçam os moradores e trabalhadores das regiões mais desfavorecidas a se mudarem de seus locais de origem à procura de trabalho.

Esse momento de pós-guerra é marcado pela extrema polarização das atividades econômicas e pelo intenso êxodo populacional em direção à *Île de France*. A gravidade do problema, e a perspectiva muito provável da existência da polaridade entre a capital e todo o restante do país, foi alertada por Gravier em 1947, em seu livro *“Paris et le désert français”*. O problema ali colocado serviu como norte para o ordenamento territorial ainda incipiente. Segundo Guigou e Parthenay (2001), a partir daquele momento vários dos problemas originados da extrema concentração em torno de Paris vêm sendo amenizados.

A definição mais simples de ordenamento do território pode ser a de “justiça espacial” ou “justiça geográfica”, como sugere o geógrafo Georges Benko (2001a). Dar as mesmas condições de vida a todos os cidadãos (acesso ao trabalho, à moradia, à cultura, à educação, aos transportes, etc.), independentemente de sua localização, pode ser definido como o seu objetivo. Quanto ao centralismo das tomadas de decisão, que durante muito tempo foi o principal atributo do ordenamento, pode-se dizer que era uma política típica do período do pós-guerra, este caracterizado por um crescimento econômico muito intenso acompanhado de perto pela política econômica keynesiana.

O modelo de ordenamento do território francês, com suas decisões sendo, invariavelmente, tomadas em Paris, apresentou seus primeiros sinais de desgaste no princípio da década de 1970. Naquele momento, a crise do sistema produtivo fordista e taylorista também marcava profundamente os territórios. A urbanização crescente e seu conseqüente inchaço fizeram crescer os desequilíbrios territoriais e engendrando um grande aumento dos custos sociais. Por outro lado, a globalização esvaeceu tanto as fronteiras das empresas como as dos Estados, estes últimos não puderam se impor, senão através de sua impotência diante deste fenômeno de amplitudes sem precedentes.

Todavia, as raízes das novas abordagens do ordenamento são mais antigas, datando dos movimentos sociais do fim dos anos sessenta. A crítica da sociedade de consumo nas sociedades ocidentais se desenvolve na onda de maio de 1968 e Benko (2001b) mostra que o bordão "*vivre et travailler au pays*" é um dos precursores da nova concepção do desenvolvimento. O retorno ao *pays*, tema do passado, se encontra naquele momento vestido de um novo conteúdo; o primeiro passo em direção ao desenvolvimento local, segundo ele, é bordejado.

É diante desta ideologia que a crise de um modelo de desenvolvimento ligado à grande escala (produção e consumo em massa), às grandes organizações (empresas multinacionais verticalmente integradas), à multiespacialização dos fenômenos econômicos e às negligências em relação às questões ambientais enraizaria desdobramentos mais concretos. Esta crise econômica força os atores sociais a repensarem e reconfigurarem o sistema produtivo. Assim sendo, o sistema de montagem em grande escala desloca-se diante de uma produção segmentada em rede. As pequenas empresas – freqüentemente fruto de iniciativas locais – começam a conhecer um maior sucesso, mesmo se as multinacionais continuaram dominando a economia em um cenário reorganizado.

Neste contexto de reestruturação da produção e seus desdobramentos, assim

como na administração pública notou-se que os *déficits* públicos também conheceram um agravamento nas décadas de 1970 e 1980. Os Estados foram incitados a promover uma descentralização e uma regionalização da gestão de bens coletivos locais, tais como educação, formação, infra-estruturas dos transportes, ajudas sociais, etc. Descobre-se, naquele então que a densidade das relações entre os atores locais (tomadores de decisão locais, empresas, universidades, coletividades territoriais, sindicatos, associações, etc.) poderia ter um papel determinante na competitividade das atividades econômicas. Benko (2001b) observa que ordenamento do território, a cargo do poder central até a década de 1980, agora passa a ser delegado às coletividades territoriais, contexto que, paralelamente, leva os distritos industriais marshallianos a retornarem ao campo das análises acadêmicas. Segundo ele, um novo paradigma do desenvolvimento nasceu: o desenvolvimento *par le bas* (o desenvolvimento pela base ou por baixo), que substitui o desenvolvimento *par le haut* (o desenvolvimento pelo topo ou pelo alto), gerido unicamente pelo Estado.

Na França, essa situação econômica é intensificada por uma nova postura, que diz respeito à repartição de responsabilidades e cujas competências são partilhadas pela descentralização administrativa de 1982. Tal reorganização de poderes sobre o território permite às coletividades territoriais uma ação mais abrangente, que inclui o ordenamento do território. Assim, a questão do desenvolvimento passa, a se tornar cada vez mais **local**. Neste movimento de reorganização do território nacional, o termo **pays**, que já vinha sendo fortemente lembrado e reconduzido ao centro das discussões, encontrou uma existência legal após a publicação da lei de diretrizes para o ordenamento e o desenvolvimento do território, de fevereiro de 1995. Dominique Voynet, Ministra do Ordenamento do Território, reforçou esta tendência em sua lei de 25 de junho de 1999: a LOADDT (lei de diretrizes para o ordenamento e o desenvolvimento sustentável do território). Os **pays** exprimem os interesses econômicos e sociais da comunidade, assim como reconhecem seus processos de solidariedade recíproca entre a cidade e o espaço rural, enquanto pode-se entender que um território apresente uma coesão geográfica e cultural.

Dessa forma, o desenvolvimento local tornou-se um conceito incontornável, tanto para a economia (regional), como para a política. Levar em conta fatores locais, no centro das dinâmicas econômicas aparece, hoje, como uma evidência e uma imperiosa necessidade.

Já o princípio do milênio vê nascer uma nova problemática para o desenvolvimento territorial, marcada pela abreviação dos circuitos entre os tomadores de decisão e os territórios e uma evolução das estratégias de desenvolvimento. Entende-se, então, que a redução dos circuitos é a concretização da vontade do "local" de se afirmar como criador/organizador e ator do desenvolvimento de seu território. Nesse sentido, se, por um lado, a União Européia é um peso pesado do global, o "local" parece não ter muitas dificuldades de se estabelecer e tende a se comunicar diretamente com ele.

O impacto causado pelo Relatório Brundtland ou “Nosso futuro comum” (CMED, 1987) atingiu em cheio as incumbências do ordenamento do território. Desde então, o mesmo recebe uma nova competência, evocada pelo título da nova lei de orientação para o *aménagement durable du territoire*. A noção de “desenvolvimento sustentável²⁰”, que por sua vez influenciou a nova lei do ordenamento sustentável do território, tem como objetivo satisfazer as necessidades das atuais gerações sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas. Entende-se que o termo sustentabilidade apela, de um lado, a uma grande endogeneização da acepção do desenvolvimento local e, de outro lado, a uma maior preocupação com a preservação, com o meio ambiente não somente em nível local, como global.

Lipietz (2001) ainda julga que, apesar das transformações na abordagem, nos últimos anos ocorreram vários momentos de hesitação entre Paris – *Province*. Ou seja, ainda que o processo de descentralização esteja vivendo um instante de grande arrebatamento, as tomadas de decisão continuam sendo feitas em Paris - mesmo parecendo “fora de moda” – conduzidas, por sua vez, pelas ondas de crise ou de crescimento da economia francesa. Sendo assim, ao

20 Empregou-se o termo “desenvolvimento sustentável” como tradução para a expressão francesa “*développement durable*”.

contrário do que aponta Abramovay (2002) em relação ao contexto francês, o planejamento, que carrega consigo o fardo da centralização, não estaria tão “morto e enterrado”.

O economista e deputado verde europeu verifica que, ao contrário do mais desejável, (...) *“os anos 1990 não impõem de forma disseminada o modelo dos distritos industriais (Vale do Silício, Emilia-Romagna, ou o distrito de Guamarra em Lima). O modelo da grande empresa multinacional que amplia seus ramos pelas zonas francas do mundo subdesenvolvido permanecerá bem vivo”*. (LIPIETZ, 2001:117)

Não obstante a preponderância do modelo das grandes empresas multinacionais, o novo ordenamento territorial, com ênfase no modelo francês, tem entendido que o papel do território se tornou decisivo nas questões relativas ao equilíbrio econômico e populacional entre os grandes centros urbanos e as regiões rurais.

“Por todos os lados onde as condições locais têm permitido um desenvolvimento endógeno, modelo que se revela mais competitivo que o modelo neo-fordista flexível, fundamentado na deslocalização. Em outras palavras, trata-se de um desenvolvimento endógeno, quer dizer, fundado na qualificação, na reciprocidade e na mobilização do tecido social local. Ele permite criar mais empregos e mais riquezas para a população local, em nível igual de salários e outros encargos para os empregadores e para um mesmo nível de equilíbrio comercial entre a área considerada e o resto do mundo, em relação ao desenvolvimento que visa «atrair os empregos» pelos baixos salários e pela maior flexibilidade dos contratos.” (LIPIETZ, 2001: 119)

Este novo ordenamento, que favorece as tomadas de decisão nos próprios territórios, nada mais seria do que uma resposta à globalização, uma vez que esta gera desequilíbrios espaciais, além de efeitos sociais perversos. Ainda segundo o professor de estratégias de desenvolvimento territorial da Faculdade de Direito e de Ciências Políticas de Clermont-Ferrand, Jean-Yves Gouttebel (2001), o território não é somente uma resposta à globalização, mas uma resposta aos seus efeitos e, em particular, aos da exclusão. A idéia, neste

caso, é que o impulso dado por uma dinâmica de investimentos, de possibilidades de inserção profissional e de promoção social atingiria os grupos de excluídos. Todavia, os efeitos dessa abordagem não acontecem de forma automática, nem tampouco garantida e dependem, sim, da existência de uma vontade forte de se fomentarem a integração e a promoção social. Trata-se de uma política de desenvolvimento local que, a cada momento, reflete as possibilidades e os limites da integração, encontrando em si mesma os meios de fazer com que esses mesmos limites retrocedam.

A dimensão local do desenvolvimento

Por diversas vezes foram expostos dois termos que parecem similares. Quando se mencionou o **local**, não se fazia utilização de um equivocado sinônimo de **território**, uma vez que estes dois não são equivalentes. A necessidade de tal distinção denota os desdobramentos que a dimensão territorial proporcionou ao desenvolvimento de regiões rurais na França, e em que medida esta experiência pode colaborar para o desenvolvimento destas mesmas regiões no Brasil.

A crise do modelo de desenvolvimento ligado à produção e consumo em grande escala, às grandes empresas multinacionais verticalmente integradas e à multiespacialização dos fenômenos econômicos propiciou a emergência de novas abordagens em relação à compreensão do desenvolvimento. Uma dessas abordagens tem o nível local como frente de oposição aos efeitos perniciosos da globalização. O local, aponta Gouttebel (2001), nada mais é do que uma resposta à globalização, uma vez que esta gera assimetrias espaciais, assim como resulta em problemas sociais de diversas ordens. Neste sentido, pode-se também afirmar que a globalização, além de tudo, promove um redescobrimento da corporeidade. Segundo Santos (2002), o mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes,

revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo de difícil apreensão. Assim, os lugares poderiam ser vistos como um meio-termo entre o mundo e o indivíduo.

A realidade do local é tensa, feita de um dinamismo que se recria a cada momento, uma relação permanentemente instável e na qual globalização e localização, globalização e fragmentação, são termos de uma dialética que se refaz com frequência. As próprias necessidades do novo regime de acumulação levam a uma maior dissociação dos respectivos processos e subprocessos, essa multiplicidade de ações fazem do espaço um campo multicomplexo, graças à individualização e especialização minuciosa dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que aprofunda a relação de cada qual com o sistema do mundo (SANTOS, 2002). O autor também compreende que cada local é, à sua maneira, o mundo mas, também, posto que irrecusavelmente imerso na comunhão com o mundo, se torna exponencialmente diferente dos demais. Assim, uma maior globalidade corresponde a uma maior individualidade.

A abordagem sobre a participação local nasceu nos EUA, a partir de trabalhos sociológicos, desenvolvidos na década de 1950, que enfatizavam o papel das redes de informação, principalmente aquelas voltadas às tomadas de decisão. D'Aquino (2002) sustenta que esta abordagem, também conhecida como comunitarista, nasce da vontade de se criar um contra-poder local e popular, de base territorial. Ligado à idéia de uma mudança social a assumir e a orientar, o modelo das *communities*, segundo ele, é profundamente anti-político e anti-institucional. Ou seja, ele é a antítese do Estado, uma vez que a sutileza das dinâmicas sociais se opõe à apatia das formas institucionais. O ator-cidadão, hostil ao intervencionismo do Estado, se investe da vida associativa, do *self-help* e das redes de influência. Diante dessas transformações, o Estado, e todo o seu aparato administrativo, devem, para poder provar sua legitimidade e sua competência, levar em conta estes *mandants* ou *accountability*²¹.

21 Idéia segundo a qual aqueles que exercem poder, seja ele em qual nível for, têm a obrigação de prestar conta de seus atos aos seus representados e de lhes fornecer prova da conformidade de suas ações em relação às normas morais e jurídicas.

Mas qual seria a importância do local no entendimento sobre implicações causadas pelas relações de proximidade no desenvolvimento? Neste sentido, Milton Santos (2002), em seu último trabalho, alertou para o fato de que essa proximidade não se limitaria a uma mera definição das distâncias. Na realidade, ela se relaciona à contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Ali, o cotidiano passa a ser compartilhado entre as mais diversas pessoas, entre as firmas e entre as instituições. A cooperação e o conflito, por sua vez, são a base da vida em comum, porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora da comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. *"O local é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade."* (SANTOS, 2002: 322)

O que se entende por desenvolvimento local conta, ainda, com quatro outras definições que contribuem para uma melhor organização destas análises:

1. (...) *"é a expressão da solidariedade local, criadora de novas relações sociais e manifesta a vontade dos habitantes de uma microrregião de valorizarem as riquezas locais,"* (...) (GUIGOU, 1983: 3)
2. (...) *"é a execução na maioria das vezes, mas não exclusivamente, em um ambiente de cooperação comunal, de um projeto global, associando os aspectos econômicos, sociais e culturais do desenvolvimento. Geralmente, iniciado pelos políticos locais, trata-se de um processo de desenvolvimento local que se elabora a partir de uma concertação ampla de conjuntos de cidadãos e de parceiros concernentes e encontra sua tradução numa execução comum."* (DATAR, 1982, apud: GUIGOU, 1983: 3)

3. (...) *"é um processo de diversificação e de enriquecimento das atividades econômicas e sociais em um território, a partir da mobilização e da coordenação de seus recursos e de suas energias. Ele será então o produto dos esforços de sua população. Ele causará a existência de um projeto de desenvolvimento, integrando seus componentes econômicos, sociais e culturais. Ele fará de um espaço de contigüidade, um espaço de solidariedade ativa."* (GREFFE, 1984: 146)
4. (...) *"é um enfoque de desenvolvimento territorial global. Quer dizer, que inclui os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos, favorecendo o desenvolvimento endógeno, mobilizando o conjunto dos meios humanos e financeiros que concorrem e garantem sua convergência."* (CES, 1998, *apud*: GOUTTEBEL, 2001: 96)

Observou-se, nesta última, que a noção foi acrescida do conceito de território. Não obstante as definições apresentadas acima se estenderem cronologicamente, do princípio da década de 1980 ao final da década de 1990, nota-se que as mesmas apresentam alguns traços comuns. Primeiramente, o desenvolvimento local não se reduz, unicamente, ao caráter econômico, uma vez que outras matrizes também se mostram presentes. Também é uma característica comum a idéia de mobilização da população local, em torno de um ou diversos projetos. Finalmente, emerge também a noção da importância dos recursos locais.

As quatro definições parecem entender o desenvolvimento local como um conjunto de estratégias de desenvolvimento. Gouttebel (2001) argumenta que a ênfase nas estratégias de desenvolvimento leva, naturalmente, à observação do fenômeno como um conjunto de **estratégias locais de desenvolvimento territorial**. Segundo ele, da mesma maneira que não se pode ver a França estabelecendo uma única estratégia nacional de desenvolvimento territorial, nota-se a existência de diversas estratégias locais para o desenvolvimento do território.

Assim, fica cada vez mais clara a insatisfação no uso restrito do termo **local** e sua fusão ao **território**, nas explicações de Gouttebel. No entanto, este autor, assim como outros (LANG, 2000), têm empregado o **desenvolvimento local** em um mesmo conjunto no qual figura o **desenvolvimento territorial**, ou o segundo servindo como complemento ao primeiro.

É difícil, portanto, estabelecer uma clara distinção entre as duas noções. Muitas vezes, como sugere a proliferação de definições, as duas idéias acabam sendo utilizadas como sinônimos, levando a um uso indiscriminado e pouco preciso do termo **local**. Brunet (1993) infere que o local trata de tudo aquilo que se refere ao lugar. Mais precisamente, é aquele que carrega consigo as dimensões sociais, políticas e econômicas do lugar, que parece vincular a origem da noção de **desenvolvimento local** à ideologia do localismo.

"O localismo é uma ideologia que combina as virtudes eminentes da gestão da vida local, aos seus próprios habitantes, da maneira mais autônoma possível. Ele caminha, freqüentemente, lado a lado, com o anti-estatismo e com ainda mais freqüência com o isolamento, com o repúdio à cooperação com as comunas vizinhas, com a participação em despesas e ações comunais. Ela foi muito ativa no final da década de 1960 e, volta e meia retorna à cena." (BRUNET, 1993: 304)

Mesmo não reafirmando o caráter isolacionista, os utilizadores das idéias de **desenvolvimento local**, não parecem se importar muito com o rigor do conceito, mas, sim, com a idéia de um desenvolvimento restrito às localidades.

A passagem progressiva, no curso dos últimos 15 anos, do **local** ao **território** traduz mais que uma simples substituição de um termo pelo outro. O fracasso do local, notadamente em matéria de desenvolvimento - ou ao menos no limite desse tipo de desenvolvimento -, se acompanha da emergência progressiva do **território** (GUMUCHIAN, 2000). Entretanto, é necessário questionar se este conceito seria mais aberto que o precedente, se seria ainda mais polissêmico e, portanto, mais suscetível de um consenso.

O conceito de território tem, efetivamente, uma dupla acepção: refere-se seja a uma realidade jurídico-administrativa (como é o caso na expressão *aménagement du territoire*), seja ao conceito de territorialidade, muito presente no conjunto das ciências sociais há 20 anos. O conceito é migrante, pois ele nasceu na etnologia, transitou pela antropologia, pela psicologia, pela sociologia, antes de chegar à geografia. Hoje, sua presença no campo do ordenamento seria fortuita, ou exprimiria verdadeiramente um novo tipo de questionamento e, por conseqüência, de resposta?

4 – OS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

Objeto muito precioso da geografia política, o território passou também a ser visto como peça fundamental no entendimento do desenvolvimento dos espaços rurais. Neste sentido, e buscando dimensionar sua importância em relação ao desenvolvimento, é necessário distinguir o território como um processo social que proporciona a individualização dos atores envolvidos em sua construção através, principalmente, da valorização de seu patrimônio.

Território

A pertinência do objeto *espaço rural* volta a ser discutida na França, depois de um longo período de esquecimento, tanto no plano teórico, quanto no plano etimológico. Hoje, é possível, sem se entrar no atual debate, reconhecer neste objeto uma forte característica: sua fragmentação em subconjuntos, cada qual com suas especificidades. Esta fragmentação em curso talvez possa ser lida e interpretada como uma transcrição dos processos sociais.

O professor da Universidade Joseph-Fourier de Lyon, Hervé Gumuchian (2000), entende que esta fragmentação do espaço rural conduz à identificação de espaços rurais múltiplos: o periurbano, o espaço rural intermediário, o espaço rural periférico, entre outros. Cada um deles responde às lógicas de localização, de organização e de funcionamento diferentes e também de desafios específicos. Eles inscrevem-se na análise do modelo do tipo centro/periferia, para a qual o centro corresponderia às áreas metropolitanas. Desta leitura, pode-se reconhecer o viés que privilegia o território como conceito central, e os processos em curso como manifestação de outras dinâmicas emergentes.

O dicionário de geografia, "*Les mots de la géographie*" (BRUNET, 1993) define o território como uma noção por vezes jurídica, social, cultural ou mesmo afetiva. O território é hoje em dia entendido como uma apropriação do espaço, não sendo outra coisa senão o próprio espaço e reduzindo-se a uma entidade jurídica. Contudo, Brunet alerta que alguns autores não consideram inato ao território o sentimento de identidade coletiva, apesar da noção de posse ou de apropriação lhe ser intrínseca. Corrêa (1996), em seu estudo de caso sobre a Cia. Santa Cruz de cigarros, afirma que, em relação à sua etimologia, o território deriva do latim *terra* e *toriun*, que significa terra pertencente a alguém. Este "pertencente", alerta o professor, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Ou seja: se por um lado o território se associa ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado por parte das instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte dos grupos distintos, definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. É a partir desse sentido que o conceito de território se vincula a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares. Assim, a apropriação passa a se associar à identidade de grupos e à afetividade espacial.

Conclui-se, então, que o território deriva de um outro conceito muito mais abrangente, fundamental na ciência geográfica, que é o espaço, podendo ser entendido como o espaço envolvido pela dimensão política e afetiva. Porém, apesar dos esforços, nem todos entendem que o território já disponha do estatuto de conceito, que permite uma formalização e/ou uma quantificação mais precisa do que o estatuto de noção. Raffestin em 1980 afirmou que é essencial compreender que o **espaço** é anterior ao **território**, que por sua vez se forma a partir do espaço, este resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço.

Alguns anos mais tarde, de maneira muito clara e sucinta, o professor do

departamento de geografia da Universidade de Genebra, assegurou entender que o território nada mais é que a reordenação do espaço. Ou seja, é um macro-instrumento que resulta da capacidade que os homens têm de transformar, pela ação do trabalho, a natureza que os rodeia e suas próprias relações sociais. (RAFFESTIN, 1986)

Enfim, entende-se que o território é um processo social. Moraes (2000) afirma que este não pode existir sem uma sociedade que o crie e que o qualifique. Assim sendo, ao contrário do território pensado pelos zoologistas, este não pode existir como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e na transformação dos meios criados pela natureza. O território é produto socialmente produzido, resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga, sendo antes de qualquer coisa, dinâmico.

Sentido e identidade

Um dos mais relevantes aspectos relacionados às estratégias de desenvolvimento territorial, proposto por seus atores²², é a questão da identidade. No amplo movimento de composição espacial, no que diz respeito aos conjuntos de escalas²³, as formas espaciais em emergência não mais se satisfazem em seus limites administrativos fixos e nas definições oficiais estatísticas. Elas se constroem pelo sentido que os diversos atores lhe concedem e se legitimam, pouco a pouco, por intermédio deste sentido.

Com referência aos atores políticos, evocam-se os processos de produção de sentido em matéria de criação de identidade territorial. De acordo com Gumuchian (2000), os discursos de legitimação, a coordenação e a divulgação das políticas têm ali um papel maior. Ao definirem novas identidades, ao instaurarem novas diferenciações, conferem substância e conteúdo ao

22 Entenda-se, aqui, como o conjunto dos representantes das comunidades (líderes sindicais, clérigos, prefeitos, secretários municipais, presidentes de associações, etc.) e as pessoas dispostas a discutir os problemas concernentes àquela região.

23 No nível local um exemplo seriam os *pays*, e no supranacional seria a nova definição de grandes regiões européias transnacionais.

contentor do espaço das ações de ordenamento, e participam então de sua construção enquanto território.

Este sentido de espaço encontra uma tradução no processo de identificação ao território dos seus diversos atores, processos estes que apresentam uma dupla dimensão: geográfica e sociológica. Esta identidade local repousa sobre uma individualização (entendida como a consciência de uma identidade própria) e uma diferenciação que coloca em jogo a relação com o outro. A identidade territorial em construção possui um meio de expressão privilegiado: a imagem. Desta proliferação de imagens espaciais, veiculadas pela mídia, intenta-se assegurar a promoção e a comercialização de uma região, de um vale, de uma cidade, de um maciço rochoso, etc. Paralelamente, estas imagens têm uma finalidade interna ao espaço que deve ser levada em conta: a criação da própria identidade. Esta não é somente a parte visível da identidade territorial, mas alimenta-se das representações dos atores, ao mesmo tempo em que se nutre de suas práticas espaciais. Isto é tão verdadeiro que identificar a nuance entre os dois não se faz naturalmente, nem é facilmente perceptível: representações e práticas guiam as opções de ordenamento efetuadas pelos atores.

O tema identidade, assim como para o território, alcança algum valor em geografia a partir do conceito de territorialidade. Este último é entendido, segundo Cara (1996), como categoria relacional espaço-sociedade; ou seja, a sociedade produz um espaço e, ao tomar consciência dele, o transforma em território e nele dá forma tanto a espacialidade quanto a temporalidade da ação social.

Territorialidade

A noção de territorialidade foi importada dos naturalistas que, por sua vez, se preocupavam com a territorialidade animal e não com a humana. Naquele

universo, era definida como a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie. Já na tradição americana, a territorialidade é entendida como um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência, ou em territórios nitidamente diferenciados considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por aqueles que os definem (RAFFESTIN, 1980).

Caras (1996) considera que tanto a territorialidade quanto a identidade podem ser aplicadas ao indivíduo ou ao conjunto social e são, portanto, suscetíveis de análise em diferentes escalas: nacional, regional, local, etc. Podem ser analisadas, ainda, em termos de continuidade ou descontinuidade espacial e também pode-se considerar sua existência ou inexistência para um conjunto social determinado, neste último caso, de construção voluntária. Dessa forma, o sentido de pertencimento, de identidade, de tomada de consciência e de ação passa a definir a territorialidade.

Em relação à questão do desenvolvimento, a ser retomada adiante, pode-se inferir que os símbolos e imagens que materializam a identidade só adquirem valor quando incorporados a processos voluntários a partir de uma perspectiva endógena. Isso tende a se expressar numa tomada de consciência política, que confere ao conceito de identidade um sentido territorial.

A territorialidade poderia ser discriminada em três elementos: a acuidade em relação à exclusividade, a acuidade em relação à identidade espacial e a compartimentação da interação humana no espaço. No entanto, não se pode desconsiderar que a análise da territorialidade só se torna possível se apreendido o universo das relações, devidamente colocadas em seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal.

Patrimônio

Durante um longo período o patrimônio foi considerado pelos governantes como um item orçamentário de custeio, isto é, de despesas, como um consumo improdutivo, quase sempre exigidas por razões patrióticas, educacionais, memoriais ou estéticas (VEIGA, 2002). A proteção deste patrimônio era incumbência exclusiva do Estado, que, mesmo responsável por essa obrigação, recebia todas as ordens de queixas dirigidas ao poder central ou às autoridades locais, acusando-o de não ser capaz de gerir o patrimônio ou de negligenciá-lo; de muitas vezes ser cúmplice de sua destruição; de deixar à iniciativa privada, imobiliária e fundiária a sua gestão de acordo com seus interesses.

No entanto, este quadro vem sofrendo uma profunda transformação. Rallet (2001) observa uma nova realidade na qual se de um lado, o patrimônio passa a ser tratado como uma vantagem, um fator de produção, um bem de consumo, de outro lado, as coletividades locais tornaram-se fervorosas protagonistas da valorização do patrimônio ao lado do Estado, que continua a desempenhar esta tarefa. O patrimônio vê-se assim responsável por um papel ativo no desenvolvimento local, tendo passado de uma estratégia centralizada de conservação, a uma estratégia descentralizada de mobilização, e de uma lógica de despesa para uma lógica de investimento. Esta transformação do patrimônio em elemento ativo do desenvolvimento local se desdobra em três formas:

a) O patrimônio como fator de criação de riqueza.

O patrimônio não compreende somente os elementos físicos (obras arquitetônicas, paisagens, bens mobiliários, bens imobiliários, etc.), mas também os elementos imateriais (*savoir faire* artesanal, tradições locais, imagem do território, etc). O conjunto desses recursos patrimoniais é hoje o suporte de atividades econômicas importantes, cujo exemplo mais comum é o turismo, mas também o artesanato e todas as produções ligadas à exploração dos recursos locais específicos (viticultura, produtos agro-alimentares, cutelaria, etc). Estas atividades tornaram-se a principal fonte de renda de um

certo número de zonas ameaçadas pela desertificação agrícola e/ou pela decadência de suas velhas indústrias. De qualquer maneira, as atividades não agrícolas, e quase sempre não industriais, representam um fator importante para o dinamismo local, na agregação de valor, na fixação de população e no aumento do grau de qualificação - principalmente quando isso implica no desenvolvimento de serviços mais elaborados.

Esta compreensão do patrimônio, como um importante fator de criação de riquezas, corresponde a uma tendência de fundo econômico. Ela implica, antes de tudo, a diminuição do tempo de trabalho e o aumento tendencial do tempo dedicado ao lazer, este, que proporciona a criação de todo um aparato social, e de mercado, ligado ao consumo do tempo livre. Além disso, devem ser levadas em conta a elevação do nível de vida e a evolução dos orçamentos de consumo daí resultantes. A demanda também passa a estar voltada para os bens e os serviços diferenciados, com maior valor agregado. Sendo assim, a valorização do patrimônio torna-se um elemento importante na diferenciação dos bens e dos serviços como um todo: na oferta de produtos agroalimentares, na oferta de produtos artesanais e em todas as formas de turismo. Ao lado do turismo de massa, desenvolve-se um turismo de “descoberta, com conotação cultural ou mesmo ambiental”, ao passo que a oferta de produtos agroalimentares se diversifica e o mais alto valor agregado encontra-se na aquisição ou gestão de uma qualidade patrimonial.

Rallet (2001) ainda entende que este processo de diferenciação da demanda, sobre os produtos ou os serviços, cuja qualidade se encontra na valorização do patrimônio, apresenta diversas virtudes. Antes de qualquer coisa, este processo de diferenciação permite compensar as perdas das atividades tradicionais, graças ao desenvolvimento de atividades que, por natureza, repousam sobre fatores imóveis. O território vê-se, assim, menos exposto à volatilidade espacial das atividades econômicas, e a valorização do patrimônio favorece, além de tudo, uma difusão espacial mais equilibrada do desenvolvimento.

Esta última questão pode parecer paradoxal do ponto de vista da vantagem precedente, pois o desenvolvimento local, ao repousar sobre fatores imóveis, é em princípio desigual, dependendo dos dotes naturais, culturais, etc. de um território, exemplo clássico das regiões ricas ou pobres em energia no século XIX. Contudo, o patrimônio não existe senão através de sua valorização, do que se pode concluir que todos os territórios possuem um patrimônio a ser valorizado, mesmo que não apresentem importância equivalente²⁴.

b) O patrimônio passa a ser determinante nos comportamentos residenciais.

Cada vez mais, a procura por fixação de residências está relacionada à procura de vantagens que os grandes centros urbanos não podem oferecer, ou seja: silêncio, ar puro, água limpa, tranquilidade, beleza cênica rural, convivência social menos anônima, etc. Sendo assim, a valorização do patrimônio natural e mesmo cultural aparecem como fatores importantes de localização residencial. O aumento das distâncias entre as residências e o trabalho, a concentração crescente da população litorânea ou o declínio de algumas cidades mais centrais, além do dinamismo de certas zonas rurais são resultados deste tipo de manifestação.

O caráter seletivo das escolhas residenciais deverá se acentuar com o uso das tecnologias de informação e de comunicação, que permitem a alguns profissionais (no momento um número ainda restrito) a concretização da procura por tais vantagens. A capacidade das comunas de se valorizarem torna-se, por consequência, um instrumento da concorrência, que as habilita a atrair empresas cada vez mais sensíveis à qualidade dos lugares, exercendo, por sua vez, forte atração populacional.

c) O patrimônio como instrumento de diferenciação dos territórios.

A valorização do patrimônio é um meio de se construírem recursos específicos e de se angariarem os atores locais em torno de uma causa. Esta valorização permite, ainda, uma especificação de identificação do território, da mesma

24 Como exemplo pode-se citar as inscrições rupestre da Serra da Capivara – PI *versus* um belvedere de reputação apenas local.

maneira como uma empresa elabora uma marca para criar laços de fidelidade com o cliente e construir, no interior da concorrência, um segmento que se avizinha ao monopólio. Dessa maneira, a valorização do patrimônio deve ser entendida como um processo de construção e não apenas como um legado da história.

Do ponto de vista estritamente econômico, o patrimônio contribui para a construção de uma imagem territorial forte à qual os atores se identificam. Por sua vez, esta identificação, tecnicamente, é mais simples, porque também provoca uma valorização dos atores. Sendo assim, ou sentindo-se assim valorizadas, a fixação destas pessoas torna-se mais simples, uma vez que seu custo de saída ou de êxodo é incrementado. Para o êxito deste processo é essencial que o maior número de atores seja implicado nesta valorização. Todavia, não somente as pessoas devem estar associadas, mas também as empresas, que devem ser forçadas a investir nesta valorização, ainda que somente no plano simbólico, de maneira a acrescentar vantagem ao território.

A abordagem territorial do desenvolvimento

A crise do modelo de desenvolvimento ligado à produção em grande escala, às organizações transnacionais e à multiespacialização dos fenômenos econômicos, apresentada nos capítulos anteriores, além de estimular todo um processo de descentralização das decisões políticas, também incentiva um certo tipo de transformação na estrutura produtiva das empresas, em seus produtos e mesmo nos serviços ofertados no setor terciário. Hoje, tornam-se cada vez mais evidentes novas formas de organização das empresas, que transformam as relações tradicionais inter-empresas e abalam algumas velhas lógicas da localização dos estabelecimentos de produção ou mesmo dos serviços.

O relativo esgotamento desse modelo de produção coloca em questão o interesse econômico da desqualificação taylorista dos trabalhadores. Aqueles

produtos standardizados, de qualidade medíocre, fabricados pelas diferentes unidades, encontram cada vez menos clientes nos mercados, que, por sua vez, estão cada vez mais saturados e exigentes. A nova fisionomia do mercado, paulatinamente, demanda produtos diferenciados, de maior qualidade, produzidos em pequenas séries, personalizados, entregues com o menor tempo de atraso e beneficiados com um sério e atencioso serviço de atendimento ao consumidor.

A grande necessidade desse "esquema" impor uma nova lógica na produção é enfatizada pelo professor de geografia da universidade de Bordéus, Guy Di Méo (2000). Esta nova lógica seria muito mais flexível, apresentando como principal característica a subcontratação, que não se manifestaria somente através da contratação de força de trabalho, mas também de etapas específicas da produção.

Deste modo, afirma ele, a empresa contratante (ou a maior da cadeia) passa a ocupar o topo da nova hierarquia de subcontratados. Ela detém o monopólio do diálogo tecnológico, financeiro e econômico, que se estabelece entre os grandes *donneurs d'ordres* e o conjunto de seus fornecedores de produtos fabricados ou de serviços comerciais. Trata-se de uma subcontratação de função, no sentido em que se constitui num dos elos indispensáveis, bem como autônomos, da atividade ordinária da grande empresa.

A passagem de uma economia de massa para uma economia de variedade e fluidez contribui consideravelmente para explicar o desenvolvimento espetacular das atividades terciárias no centro de uma verdadeira "sociedade industrial de serviços". O desenvolvimento do terciário resulta do fato das organizações produtivas, agora reestruturadas, se inscreverem em redes cada vez mais complexas, cada vez mais internacionalizadas, nas quais se combinam sempre mais conhecimento e mais informação.

Em relação a estas empresas contratantes, a externalização de suas funções e a terceirização de suas atividades se acompanha de um alargamento e de um

aprofundamento de sua área geográfica. Isto se dá devido à globalização dos mercados, dos preços, da concorrência, das técnicas e dos diversos fatores de produção que lhes dizem respeito. Além disso, a localização dos estabelecimentos industriais se libera, progressivamente, das restrições espaciais do passado.

Fora da esfera industrial, outras atividades também edificam a estrutura econômica de formações sócioespaciais de escalas diversas, papel que poderia ser desempenhado, entre outros, pela agricultura e pecuária (DI MÉO, 2000). Não se pode ignorar, no entanto, que certas denominações territoriais se referem a uma atividade turística dominante, como ocorre no litoral francês, com a identificação da *Côte d'Azur*, *d'Argent*, *d'Opale*, e outras. Portanto, parece haver mais do que indústria...

Criam-se, assim, verdadeiros produtos territoriais, já que o turismo moderno contribui para a criação de imagens, mas também para o estabelecimento de redes de infra-estrutura e, finalmente, fluxos que, por sua vez, produzem ou reproduzem o território. Assim, os guias turísticos, as revistas, os programas de TV propõem circuitos turísticos, organizados em redes de lugares para se ver mas também em redes econômicas de hospedagens e de serviços. O Luberon, mas também os Lençóis Maranhenses, o Massai ou Brotas são promovidos pela publicidade turística e se constituem, repentinamente, em sistemas territoriais cujas infra-estruturas de recepção, produtos da iniciativa pública ou privada, gerados pelas operadoras de turismo, se beneficiam das transformações impulsionadas em antigos territórios decadentes. Desse modo, não importa qual outra atividade econômica se faça, o turismo é produtor e co-produtor de infra-estruturas (instâncias geográficas e econômicas) e de imagens (superestruturas) tanto mais eficazes e rentáveis que se baseiam nas sólidas realidades sócio-culturais, sobre uma base pitoresca.

5 – O APARATO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS FRANCESES

O aparato público da França tem favorecido a criação e a consolidação de estratégias territoriais de desenvolvimento, principalmente voltadas ao espaço rural. No universo de estratégias de cunho territorial, que proporcionam o desenvolvimento de regiões rurais francesas, o aparato público é de extrema relevância. Este provê os territórios com instrumentos legais e *know-how* que, por sua vez, proporcionam maior coesão e maior capacidade de captação de recursos como linhas de financiamento, etc. Dentre estes, os que mais se destacam são a Carta do Território e o aparato que mantém os diversos tipos de associações entre as comunas, chamado de Intercomunalidade.

A Carta do Território

A Carta do Território (*Charte du territoire*) é um documento que tem valor de contrato. Nela se concretiza o projeto de proteção e de desenvolvimento elaborado para o território, no qual estão contidas as declarações de interesse em integrar a rede de territórios concernentes e o projeto de desenvolvimento a ser aplicado em longo prazo. Parques Naturais Regionais (PNR), *Pays*, *Pôles d'Économie du Patrimoine* (PEP) e *Pays d'Art et d'Histoire* (PAH), são alguns exemplos dos arranjos territoriais franceses que, de uma forma ou de outra, se utilizam da Carta do Território como instrumento para discussões, e como norte das ações a serem tomadas dali por diante.

A Carta afilia todos os grupos, associações, sindicatos, comunas, etc. Sendo assim, obrigatoriamente, os diversos grupos representativos devem chegar a um acordo para as várias questões concernentes àquela região e para a redação da mesma. Em alguns dos casos supra citados, somente depois desse

acordo, cujo resultado final é a redação da própria Carta, poder-se-á dar continuidade ao processo de criação dos PNR, PEP, *Pays* e PAH.

A Carta fixa os objetivos esperados, as orientações de proteção, de valorização e de desenvolvimento dos territórios. Ela assegura a coerência e a coordenação das ações conduzidas sobre o território pelas diversas coletividades públicas. Depois de aprovada, a criação dos arranjos territoriais é consumada e, em alguns casos, um selo²⁵ ou certificação é concedido por um período determinado. Após esse período, a avaliação é refeita, condicionando a renovação do selo (Le Monde, 1997).

O conteúdo da Carta é elaborado a partir de um diagnóstico do território, que concerne um projeto de proteção e de desenvolvimento deste território para os anos seguintes e as “regras do jogo” dadas pelos signatários para a execução do mesmo; um plano que traduzirá as vocações das diferentes zonas do território, o *status* dos organismos de gestão territorial e um programa preciso de ação, em alguns casos descrito em números, para um período determinado.

O enfoque para a elaboração de uma carta do território, segundo Gorgeu e Jenkins (1997), deve levar em conta diversos parâmetros, podendo ser aplicada em todo território que deseje adotá-la, e se organizar sobre uma base territorial. Os autores ainda recomendam que a Carta siga 5 princípios: reconhecer as diversidades existentes no território; construir um projeto em longo prazo; conceder um amplo espaço à participação, organizar alianças com o exterior desses territórios e adaptar a organização dos territórios.

A redação da carta, pode ser justificada de três maneiras. Na primeira delas, argumenta-se que há uma falta de coerência entre as diversas políticas de ordenamento ou de desenvolvimento rural. Tem-se a impressão de que se está diante de uma “colcha de retalhos” quando se observa o resultado das diversas

²⁵ Leia-se aqui como tradução para o termo *label*, que pode ser de garantia de qualidade e de origem.

ações direcionadas aos territórios, vindas das instâncias superiores da administração pública.

Ainda, diante da dupla pressão entre a luta contra o desemprego e a valorização do universo empresarial, a questão do ordenamento territorial está ausente. A organização interna dos territórios, o reconhecimento de suas vocações e de suas particularidades, a reflexão sobre seu futuro através das escolhas de tipos de ordenamento, a valorização de seus espaços, a valorização de lugares, etc., não são abordadas de maneira global e transversal, mas através de abordagens temáticas ou setoriais. A necessidade da Carta se veria justificada por sua capacidade de dar conta desse novo ordenamento.

Finalmente, a lei ATR²⁶ de 1992 propõe aos representantes das comunas que se organizem livremente e voluntariamente em estruturas próprias de fiscalização (como nas comunidades de comunas ou nos distritos), desde que se munam de projeto comum de desenvolvimento, que deve comportar obrigatoriamente o ordenamento do espaço e a dinamização econômica, construído sobre um território de solidariedade. Segundo Gorgeu e Jenkins, essa lei corresponde a uma antiga vontade dos representantes comunais. Já a LOADT²⁷, de 4 de fevereiro de 1995, que pela primeira vez coloca em evidência uma noção de *pays* (mesmo com demarcação ou contornos imprecisos), corresponde sem dúvida alguma para os representantes desses territórios, à evolução territorial inelutável da organização das decisões públicas locais. A Carta seria, então, o projeto e o contrato, que abarcaria as possibilidades de desenvolvimento territorial dispostas nessas novas leis.

A idéia de Carta do Território é uma maneira de responder a dois desafios, resultantes das preocupações atuais com o desenvolvimento territorial. O primeiro desafio consiste em colocar a questão do projeto, e de seu reconhecimento, antes da questão da escala territorial a ser utilizada. Esta não é prévia ao projeto, mas uma de suas conseqüências, sobretudo se esta carta

26 ATR – Lei de Administração Territorial da República (lei de 6 de fevereiro de 1992).

27 Lei de orientação para o ordenamento e o desenvolvimento do território.

for um projeto de longo prazo para um desenvolvimento durável. Gorgeu e Jenkins entendem que um verdadeiro território é aquele que perdura, que apresenta alternativas políticas, já que dotado de uma força política proporcionada por seus habitantes. Dessa forma, existem duas maneiras de se alcançar um território duradouro: uma tributação própria, ou seja, que evite excessiva transferência de recursos, e um projeto de longo prazo, sustentado por todos os atores e cidadãos do território e reconhecido pelos parceiros exteriores (este projeto é a própria Carta do Território).

Um segundo desafio em favor da Carta refere-se à questão do ordenamento territorial e ao exercício de uma dupla missão de desenvolvimento e de ordenamento. Na acepção francesa, o ordenamento dos territórios é uma das missões fundamentais do Estado, das regiões daquele país e de seus departamentos. Contudo, ele também deve ser exercido em nível territorial, munindo-se de um projeto de longo prazo, para, neste nível, começar a corrigir os desequilíbrios e as desigualdades. Deste modo, no enfoque dado pela Carta do Território, a ênfase recai sobre o reconhecimento das diferenças e da diversidade de situações, das especificidades, dos trunfos e dos diferentes problemas conforme os diferentes lugares. Estas distinções dizem respeito ao capital econômico, humano, tecnológico, arquitetônico, cultural, natural, histórico e das situações específicas de cada local. Assim, cada problema, cada dificuldade, cada diferença que afeta a comunidade e seu território, como também o reconhecimento de suas riquezas e pontos fortes que eles encerram, constituem o fundamento do enfoque para uma Carta do Território. A Carta leva, portanto, a considerar o território como um indivíduo, que se desenvolve graças à diferenciação de seus órgãos e a sua complementaridade.

A elaboração de um projeto de território e de sua gestão consiste, então, em reconhecer esta diferenciação e fazê-la funcionar da forma mais solidária possível. Ao criar as comunidades de comunas, em 1992, a lei incorporou a noção de interesse comunitário. Esta nova lei visa agir pela soma do conjunto do território, de sua população e de seu desenvolvimento, tal é o objetivo de uma tributação territorial. A solidariedade espacial é o centro desta lógica, porque se uma parte do território não é a mais propícia, ou seja não tem a

vocação para receber os benefícios concedidos à um local notável, talvez possa ser uma zona turística, residencial (ou de 2^{as} residências), que se dedica à preservação da natureza, etc. Esta relação, por sua vez, provoca desdobramentos de funções complementares sobre a organização de redes de serviços e de equipamentos, sobre a valorização das riquezas, sobre as ações de educação, de inserção, de animação, de comunicação, etc. Pode-se assim, reagrupar as diferentes partes de um território entre elas; fazê-las participar de um projeto comum; assegurar uma repartição equilibrada da vida sobre o território; dar uma resposta às situações difíceis; fazer do projeto de território um grande projeto que se inscreve no espaço.

Observa-se que esta lógica espacial repousa sobre regras de aliança voluntária, que se organizam no reconhecimento das vocações e das estratégias retidas, na parceria de riqueza sobre o território e nas regras de compensação de disparidades existentes. Tais regras permitem reunir o conjunto de atores e parceiros em torno de uma visão e de um futuro comuns, de seu vínculo voluntário e de sua responsabilização em um mesmo espírito de território.

A Carta tem valor de contrato social, firmado entre as coletividades locais e os atores da sociedade civil. A dupla missão do desenvolvimento - ordenamento funde, de um lado, o projeto de território sobre as riquezas ligadas ao espaço e, de outro, a redescoberta dos trunfos patrimoniais, propícia à mobilização e à participação dos atores.

Intercomunalidade

Antes de ingressar nos aparatos que sustentam diversos tipos de associação entre as comunas francesas, faz-se necessária uma breve estruturação da organização político-administrativa desse Estado (quadros 2 e 3).

Quadro 2

A organização política do Estado francês

- A Presidência da República - o presidente da República, é o chefe do Estado, eleito através de sufrágio universal por um período de 5 anos e responsável pela nomeação do Primeiro Ministro.
- O Governo - o Primeiro Ministro é o chefe do governo. Os ministros, membros do governo, são nomeados pelo presidente da república depois da indicação do primeiro ministro. O governo determina e conduz a política da nação. Nos departamentos e regiões eles são representados pelos prefeitos, nomeados por decreto do presidente da república, aconselhado pelos ministros, indicado pelo primeiro ministro e pelo ministro do interior. O prefeito do departamento onde se encontra a capital (*chef-lieu*) da região é igualmente prefeito da região. O prefeito representa o Estado e é o chefe dos serviços descentralizados do Estado no território o qual está encarregado. Ele é assistido por subprefeito dos distritos (*arrondissements*).
- O Parlamento - detém o poder legislativo e se compõe de duas câmaras: a assembléia nacional, com 577 deputados eleitos pelos cidadãos, por 5 anos, com escrutínio uninominal de 2 turnos. O senado é composto por 321 senadores eleitos por 9 anos (com a renovação de um terço a cada 3 anos) através de sufrágio indireto dos grandes eleitores, ou seja, os deputados, os conselheiros gerais e os delegados dos conselhos municipais das administrações das comunas (*mairies*).

Ao lado dos órgãos clássicos que compreendem o executivo e o legislativo, convém mencionar a existência de órgãos jurídicos e consultivos:

- Conselho Constitucional - é a suprema jurisdição. Ele garante a constitucionalidade das leis.
- Conselho de Estado - é a jurisdição suprema, em matéria administrativa.
- Tribunal de Contas (*Cour de Comptes*) - é a instância de verificação das contas públicas.
- Conselho Superior da magistratura - é o órgão consultivo, encarregado de garantir a independência da magistratura.
- Conselho econômico e social - tem papel consultivo e é composto por representantes das empresas, sindicatos, agricultores, moradores, etc.

Fonte: www.intérieur.gouv.fr/dgcl/

Quadro 3

Organização administrativa local da França

A organização administrativa local da França se caracteriza por uma superposição dos diferentes níveis administrativos e por um número elevado de coletividades locais. Após a descentralização restaram atualmente três níveis de coletividades locais em exercício: a comuna, o departamento (*département*) e a região (*région*), que reúnem as estruturas de cooperação intercomunal.

- Comuna (*la commune*) – é a menor subdivisão administrativa e, além disso, a mais antiga, pois ela sucede às antigas cidades e paróquias da Idade Média. Foi constituída em 1789, antes de conhecer um princípio de autonomia com a lei de 5 de abril de 1884. A comuna é gerida por um conselho municipal, eleito através de sufrágio universal direto, por um período de 6 anos. Após a eleição, os conselheiros elegem o administrador da comuna (*maire*). Este último pode ser considerado o executivo da comuna, cujo orçamento ele administra. Além disso ele é o empregador dos funcionários da comuna e gere as seguintes competências de proximidade: escolas²⁸, urbanização, ação social, sistema viário, transporte escolar, coleta de lixo, saneamento, etc. Por fim, também é o representante do Estado para as funções de ordem pública, organização das eleições, etc.
- Departamento (*le département*) – criado na Revolução de 1789, o departamento tornou-se coletividade local autônoma, com órgão deliberativo e executivo eleitos, sendo gerido por um conselho geral, eleito por 6 anos através de sufrágio universal, que por sua vez elege um presidente. Este último prepara e executa as deliberações do conselho geral, gere os orçamentos e dirige os funcionários. O departamento é encarregado de amplas competências: ação social, construção e manutenção dos colégios²⁹, *remembrement rural*³⁰. A França possui 100 departamentos, sendo 4 nas regiões ultramarinas.
- Região (*la région*) – é a estrutura mais recente da administração local francesa. A região tornou-se coletividade local com a lei de descentralização de 16 de março de 1986, data da primeira eleição dos conselhos regionais, que são eleitos por 6 anos através de sufrágio universal. Os conselheiros regionais elegem o presidente do conselho regional, que gere o orçamento, dirige os funcionários e conduz a política da região, ou seja: a ação econômica, o ordenamento do território e a formação profissional. A França possui hoje 26 regiões, sendo 4 delas ultramarinas.

Fonte: www.intérieur.gouv.fr/dgcl/

28 Equivaleria ao maternal, ensino básico e da 1ª à 4ª séries.

29 Equivaleria o ensino que se estende da 5ª à 8ª série.

A necessidade de criação de grupos de comunas que visam promover melhorias conjuntas ao território não é um fenômeno recente na França. A primeira notícia de intercomunalidade que se tem é da última década do séc. XIX, e tratava-se de uma organização jurídica chamada Sindicato de Comunas, criada pela lei de 22 de março de 1890. Essa estrutura, baseada na regra de unanimidade dos conselhos municipais participantes, permanecerá sua única forma de trabalho comum até 1959.

O atual sucesso intercomunal, assim como seu futuro promissor apontado pelos especialistas (GUIGOU, 2001 e KAYSER, 2001), todavia, não se deve exclusivamente à legislação francesa de 1999 que institui a criação dos *pays* (como foi visto anteriormente). Este arranjo territorial conta com o significativo apoio da cooperação intercomunal³¹.

As fórmulas atuais de intercomunalidade, organizadas em torno da transferência de competências importantes e de uma tributação própria, possuem grande amplitude e cobrem aproximadamente dois terços do território francês (PORTIER, 2001). Mais de 2.000 Estabelecimentos Públicos de Cooperação Intercomunal (EPCI) possuem tributação própria, sendo que cada um agrupa em média 12 comunas. Assim, estes EPCI dirigem as comunas que desejam exercer, em uma escala mais pertinente, as competências de ordenamento do espaço, do desenvolvimento econômico, etc.

Contudo, a parceria comunal nem sempre está cercada de êxitos e torna-se mais efetiva onde já existem antecedentes de ações de parceria:

“No oeste, as tradições mutualistas, as redes de cooperativas agrícolas, a densidade associativista e o forte (inter) conhecimento dos atores locais constituíram um terreno favorável ao desenvolvimento dessas políticas. Pode-se igualmente dizer de algumas regiões de montanha (Piemonte Pirineano, Vales Alpinos, Jurássicos ou Vosgianos), marcados, de longa data, pelas

30 Ordenamento fundiário que tem como objetivo estancar o parcelamento excessivo das propriedades menores e facilitar o acesso à terra.

31 Atualmente a França conta com 36.763 comunas.(GUIGOU, 2001)

manifestações de solidariedade local intercomunal, mas também socioeconômica”.(PORTIER, 2001: 24)

Este tipo de cooperação, como as coletividades/sociedades civis, as práticas participativas e mesmo a cooperação intercomunal, beneficiam-se mais e melhor quando existe um longo processo de enraizamento em relação aos dividendos proporcionados. Dessa forma, segundo Portier (2001), o desempenho dos arranjos territoriais resultantes da solidariedade entre as comunas é extremamente desigual na França.

Diferentemente do final do séc. XIX, nos dias atuais, a intercomunalidade apresenta uma nova e moderna fisionomia. Desde o seu surgimento, a mesma continua a responder às necessidades básicas do trabalho em comum de criação de serviços, de equipamentos e de infra-estrutura nas regiões urbanizadas e, principalmente, no grande número de comunas com pequena população rural. Ao contrário dos primeiros sindicatos, os atuais Estabelecimentos Públicos de Cooperação Intercomunal (EPCI) dividem-se em dois grupos: os que são financiados pelas contribuições dos seus membros e os que dispõem de tributação própria. A lei de 12 de julho de 1999 dá uma nova coerência à articulação dos EPCI com esta tributação própria. Segundo a importância da população reagrupada, podem-se criar: Comunidades Urbanas com mais de 500.000 habitantes; Comunidades de Aglomeração entre 50.000 e 500.000 habitantes; Comunidades de Comunas com menos de 50.000 habitantes (não compreendendo comunas com mais de 15.000 habitantes) e Novos Sindicatos de Aglomeração.

Os EPCI de tributação própria são dotados de competências obrigatórias, centradas no desenvolvimento econômico e destinadas a estruturar o território. Após 1992 esta forma de intercomunalidade traz novas esperanças de parcerias entre as administrações locais e os mais diversos estágios da hierarquia dos poderes públicos.

As Comunidades de Comunas são EPCI que agrupam várias comunas, por um só mantenedor e sem enclave. A noção de continuidade territorial, introduzida

pela lei de 1999, não é exigida para as Comunidades de Comunas que já existiam antes da publicação da mesma.

As comunidades de comunas

As Comunidades de Comunas (CC) são criadas sem a fixação de termos e sem uma duração determinada na decisão institucional. Elas podem estender-se por vários departamentos e têm por objetivo associar as comunas no interior de um espaço de solidariedade, tendo em vista a elaboração de um projeto comum de desenvolvimento e ordenamento do espaço.

Quanto aos objetivos, desde 1992, as CC destinam-se a estruturar, prioritariamente, o mundo rural e os pequenos núcleos urbanos. É, com efeito, uma estrutura flexível e com regras institucionais pouco exigentes, principalmente em relação às delegações de competências, já que seu conteúdo efetivo é determinado pelas comunas. Todavia, a ordenação do espaço e as ações de desenvolvimento econômico sempre são levadas em conta.

Em relação ao seu funcionamento, as CC são administradas por um conselho composto de delegados das comunas aderentes. Após um prazo de 3 meses, a contar da notificação de aceitação, o número e a repartição das cadeiras para o conselho comunitário são fixados seja por acordo amigável dos conselhos municipais das comunas interessadas, seja em função da população, pela decisão dos conselhos municipais das comunas interessadas nas condições de maioria qualificadas, requisitadas pela criação. Nos dois casos, de acordo com Bernard-Gélabert (2001), cada comuna dispõe de, no mínimo, uma cadeira, e nenhuma delas poderá dispor de mais da metade das cadeiras.

Uma vez que não possuem um leque de competências rígido, as CC também podem optar por seu regime tributário. Sendo assim, quando estas

comunidades optam pela *Taxe Professionnelle Unique* (TPU³²), o ordenamento, a gestão e a manutenção das zonas de atividade industrial, comercial, terciária, artesanal, turística, portuária ou aeroportuária de interesse comunitário são incluídos nesta gama de competências.

Bernard-Gélabert (2001) ainda aponta que as Comunidades de Comunas devem exercer, ao menos, um desses quatro grupos de competências relevantes:

1. proteção e valorização do meio ambiente, os casos vindos dos quadros de esquemas departamentais;
2. política de habitação e de melhoria do padrão de vida;
3. criação, ordenamento e manutenção das vias e estradas;
4. construção, manutenção e funcionamento dos equipamentos culturais e esportivos e dos equipamentos de ensino pré-primário e elementar.

Se necessário, a Comunidade de Comunas pode, como todos os outros tipos de agrupamentos, escolher livremente as competências facultativas determinadas.

Além das já mencionadas CC, criou-se em 1999, uma nova categoria das mesmas, fortemente integradas no plano institucional e tributário. Essas novas CC não devem reunir características que as possam transformar em Comunidades de Aglomeração. Assim, trata-se de Comunidades de Comunas,

32 Segundo Cornu (2001), a TPU é um imposto geral devido por qualquer pessoa física ou jurídica (com ênfase nas pequenas empresas prestadoras de serviços), que exerçam atividade profissional não-assalariada. Este imposto é revertido à comunidade onde o mesmo foi recolhido. A lei "Chevènement" previu que a TPU única entrasse em vigor com a criação de uma Comunidade de Aglomeração ou de uma Comunidade Urbana; constituindo-se em seu principal recurso. A unificação da TPU limita a concorrência fiscal entre comunas e permite a comunidade de aglomeração de fazer frente aos encargos que o são transferidos e o desenvolvimento de novas ações no domínio da sua competência. As comunidades de comunas que desejarem podem, igualmente, adotar o TPU. A lei Chevènement é a lei relativa ao reforço e à simplificação da cooperação intercomunal, de 12 de julho de 1999, que oferece um novo ambiente de cooperação intercomunal. Ela baseia-se na mais forte integração de competências dos níveis mais pertinentes que os limites comunais, principalmente os da aglomeração, freqüentemente identificados a áreas urbanas.

cujas população varia entre 3.500 e 50.000 habitantes. Elas devem, entre outras obrigações, serem providas de um regime tributário de *Taxe Professionnelle Unique* e exercer ao menos 4 dos 5 grupos das seguintes competências:

1. em matéria de desenvolvimento econômico, ordenamento, manutenção e gestão de zonas de atividade industrial, comercial, terciária, artesanal ou turística, que são do interesse comunitário; ações de desenvolvimento econômico;
2. em matéria de ordenamento do espaço comunitário, plano diretor e plano para os setores, ordenamento rural, zonas de ordenamento concertado de interesse comunitário;
3. criação ou ordenamento e manutenção de vias (rodovias, transportes, etc.) de interesse comunitário;
4. política de habitação social de interesse comunitário e ação em favor da habitação de pessoas desfavorecidas e
5. eliminação e valorização dos dejetos domésticos e dejetos assimilados.

Enquanto o conjunto das condições é reunido, estas "super-comunidades" de comunas são eleitas a uma dotação bonificada de DGF³³, que a lei de 1999 fixou em 175 francos em média por habitante no ano 2000. A elegibilidade desta dotação é constatada na data em que a comunidade de comunas completa o conjunto das condições requisitadas pelo poder das prefeituras³⁴.

Para melhor ilustrar este tipo de associação de comunas francesas, utilizou-se como exemplo as 10 Comunidades de Comunas constituídas no território do

33 LA DOTATION GLOBALE DE FONCTIONNEMENT (DGF) - após a década de 1970, o Estado francês decide fornecer uma base de recursos regulares às coletividades territoriais não mais através de subvenção específica mas de acordo com suas verbas (*dotations*) globais, as quais teriam livre utilização. Todavia, a DGF é específica, tendo como objetivo recolocar os recursos anteriormente obtidos pelas coletividades locais, graças ao ingresso das taxas sobre o salário. Hoje, o montante da DGF evolui em direção a um índice composto, formado pela inflação prevista para o ano da verba, a qual se junta a metade do crescimento do PIB do ano em curso.

34 Como foi visto anteriormente (quadro 2), as prefeituras, no caso francês, não representam o poder municipal, mas a titularidade do Estado sobre um território que administra. Assim, ela representa o Primeiro Ministro e cada um dos ministérios.

PNR do Luberon³⁵. Assim, as 10 comunidades de comunas daquele território são: de Haute Provence, du Pays d'Apt, de Luberon-Durance, du Luberon Oriental, du Pied Rousset en Luberon, de Coustellet, Durance Luberon Verdon, Porte du Luberon, Provence Luberon Durance, Sud 04 (carta nº 4).

Em relação à sua dissolução, a comunidade de comunas que não exerce nenhuma atividade durante um período de 2 anos, pode ser anulada por decisão do ou dos representantes do Estado, ou dos departamentos concernentes depois de aviso aos conselhos municipais das comunas filiadas.

Por fim, em relação às regras orçamentárias, um EPCI, como é o caso das Comunidades de Comunas, como pessoa jurídica, dispõe de um patrimônio e de um orçamento. Por outro lado, os EPCI de tributação própria têm a possibilidade de cobrar certos tributos, além das quatro taxas diretas locais mencionadas no código geral de impostos francês.

³⁵ Desenvolvido no capítulo 7.

O Contrato de Aglomeração

Assim como as Comunidades de Comunas, as Aglomerações constituem Estabelecimentos Públicos de Cooperação Intercomunal. Todavia, seus préstimos são mais direcionados aos núcleos urbanos. A definição para Aglomeração (também chamada de unidade urbana) é (...) "*um conjunto de habitações onde nenhuma das residências esteja separada por mais de 200 metros e que compreende ao menos 2000 habitantes.*" (AMPE, 2001: 87). Como foi visto anteriormente, a comunidade de aglomeração agrupa várias comunas. Este EPCI forma, na data de sua criação, um conjunto de mais de 50.000 habitantes, com um único mantenedor e sem enclave, entorno de uma ou de várias comunas-centro com mais de 15.000 habitantes. O princípio de 15.000 habitantes não se aplica quando a comunidade de aglomeração compreende a capital (*chef-lieu*) do departamento. Em 31 de dezembro de 2000 contabilizavam-se 90 Comunidades de Aglomeração na França, que agrupavam 1.435 comunas.

O contrato de aglomeração foi criado pelo artigo 26 da Lei de Diretrizes para o Ordenamento e o Desenvolvimento Durável do Território, de 25 de junho de 1999, e é regido pelo decreto de 21 de dezembro de 2000, que fixa seu procedimento. Trata-se de um contrato particular assinado, aplicado ao desdobramento territorial de um contrato de *plan État-région*. Ele é o resultado de um processo que passa pela elaboração de um projeto de aglomeração, submetido ao parecer de um conselho de desenvolvimento anterior à sua aprovação por um Estabelecimento Público de Cooperação Intercomunal com TPU.

O mesmo pode ser uma comunidade urbana, uma comunidade de aglomeração ou de uma comunidade de comunas com TPU. Na seqüência, o contrato é objeto de uma negociação que objetiva a sua assinatura pelo EPCI, pelo conselho regional, pelo Estado e em alguns casos pelo Departamento, com duração igual à do contrato de *plan*. Sua articulação com o contrato da

cidade é objeto de um cuidado particular. Finalmente, o contrato de cidade (*contrat de ville*) tem vocação para se fundir aos contratos de aglomeração.

6 – AS ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL OFERECIDAS PELO ESTADO FRANCÊS

Dentre o leque de estratégias territoriais para o desenvolvimento de regiões rurais na França, destacam-se 5: os Contratos de *Plan État-région*, os *Pays d'art et d'histoire*, os *Pôles d'économie du patrimoine*, os *Pays* e, por fim, a mais sólida e antiga delas, os Parques Naturais Regionais. Estas estratégias, apesar de se estabelecerem a partir da demanda das populações locais, são oferecidas pelo Estado francês, mas não são compulsórias. Ou seja, elas só se estabelecem após a requisição dos representantes locais e a aprovação do governo, dentro dos ministérios pertinentes ou responsáveis pela oferta das diferentes estratégias.

Os Contratos de Plan État-Région

Trata-se de um programa contratual, instituído pela lei de 29 de julho de 1982, estabelecido entre o Estado (representado pelo prefeito da região) e o presidente do conselho regional. Ele visa determinar os objetivos prioritários que o Estado e a região se comprometem a realizar conjuntamente e atualmente abrangem o período 2000-2006.

MOULIN *et alii* (2002) apontam os Contratos de *Plan État-région* (CPER) como o resultado da regionalização e da planificação, e do potente crescimento contemporâneo de práticas contratuais. Eles foram criados para acompanhar a descentralização e a desconcentração da ação pública. O Estado, representado pelo prefeito da região e pelo presidente do conselho regional, entra em acordo sobre um programa de 7 anos de duração de ações em relação ao ordenamento e ao desenvolvimento do território. Cada parceiro se

compromete a cumpri-lo no que diz respeito à natureza e ao financiamento de diferentes operações programadas.

Os Contratos de *Plan État-région* (CPER) surgiram da junção da evolução de três grandes ações públicas: a planificação, a regionalização e a territorialização de suas políticas. Estes contratos foram imaginados pelo então Ministro do Planejamento e do Ordenamento do Território, Michel Rocard, e ficaram, primeiramente, conhecidos como instrumentos de articulação entre o plano nacional e os planos regionais. Posteriormente, notou-se que eles vêm permitindo à França fazer frente aos desafios da modernização, facilitar e desenvolver o diálogo entre os atores públicos. Em relação à lei que, por definição, é homogênea e exigente sobre o conjunto do território, os contratos de *Plan* têm a vantagem de serem instrumentos flexíveis, adaptáveis e diferenciáveis de acordo com as regiões. MOULIN, *et alii* (2002) ainda apontam que o compromisso financeiro crescente do Estado, das regiões e de outros parceiros públicos, realça, de maneira entusiástica, o sucesso desta fórmula de planejamento concertado e de descentralização.

Como um de seus principais trunfos, os contratos firmados com o Estado, projetos co-financiados, garantem uma certa coerência entre as orientações do plano nacional e as regiões em questão. O projeto, de maneira geral, também tem a virtude de revelar os campos de competência do Estado, assim como da região. Além disso, a associação dos dois financiadores públicos permite alavancar os investimentos mais pesados.

Os CPER vivem hoje sua 4ª geração: o primeiro período estendeu-se de 1984 à 1988, o segundo de 1989 à 1993, o terceiro de 1994 à 1999 e, finalmente, o atual iniciou-se em 2000 e será concluído em 2006. Esta última geração caracteriza-se pelas novas orientações estratégicas em favor de um outro tipo de desenvolvimento. A elaboração mais do que nunca concertada; a afirmação de novas prioridades (emprego, solidariedade, desenvolvimento sustentável); a lógica do projeto; a extensão do campo da contratualização; o apoio nos territórios, a importância crescente acordada seguida e a avaliação são as inovações mais notáveis.

Resumidamente, as mais importantes inovações que marcam esta 4ª geração de CPER são: a exigência de desenvolvimento sustentável; o aumento dos investimentos imateriais, a sustentação do emprego e um esforço renovado de solidariedade. Assim, para esse período de 6 anos, os orçamentos da 4ª geração de CPER estão previstos em € 35.788.000.000, montante que será financiado por 3 parceiros: o Estado, as regiões e outras coletividades, divididos em 13 eixos de investimentos, a saber:

1. A pesquisa e melhoria do sistema viário (trens, infra-estrutura portuária e fluvial, transportes coletivos urbanos e periurbanos).

Contribuição dos diferentes parceiros, em milhões de euros:	
Estado	7.145
Região	8.627
Outras coletividades	3.176
Total CPER sistema de transportes	18.948

Fonte: MOULIN, *et alii*, 2002

2. Matrizes de energia e tratamento de dejetos, gestão da água, preservação dos ambientes naturais, prevenção de desastres naturais e promoção de meios de transporte menos impactantes ao meio ambiente.

Contribuição dos diferentes parceiros, em milhões de euros:	
Estado	490
Região	578
Outras coletividades	200
Total CPER meio ambiente	1.268

Fonte: MOULIN, *et alii*, 2002

3. Redirecionamento para uma agricultura menos impactante ao meio ambiente e de maior valor agregado; incentivo de estratégias para manter um número de empregados suficientes para sustentar a

exploração rural; aumento de vantagens e de promoção das explorações, além da promoção da pesca e da aquicultura.

Contribuição dos diferentes parceiros, em milhões de euros:	
Estado	1.474
Região	1.390
Outras coletividades	315
Total CPER agricultura e pesca	3.179

Fonte: MOULIN, *et alii*, 2002

4. Renovação do patrimônio universitário e melhoramento da vida estudantil; acompanhamento dos desdobramentos das pesquisas concluídas e sua organização em redes, transferência e inovação tecnológica para o benefício do desenvolvimento local.

Contribuição dos diferentes parceiros, em milhões de euros:	
Estado	3.014
Região	2.023
Outras coletividades	1.052
Total CPER ensino e pesquisa	6.089

Fonte: MOULIN, *et alii*, 2002

5. Ênfase para a diminuição das disparidades culturais entre os territórios; criação de bancos de dados sobre os *savoir-faires* específicos de alguns territórios; valorização do patrimônio e da identidade de populações de territórios desfavorecidos, como os das Ilhas da Reunião.

Contribuição dos diferentes parceiros, em milhões de euros:	
Estado	387
Região	407
Outras coletividades	200
Total CPER cultura	994

Fonte: MOULIN, *et alii*, 2002

6. Melhoria da capacidade de inserção profissional dos jovens; prevenção e luta contra as exclusões de adultos que demandam emprego e desenvolvimento da capacidade de adaptação das empresas e dos trabalhadores, para formação e requalificação.

Contribuição dos diferentes parceiros, em milhões de euros:	
Estado	822
Região	59
Outras coletividades	17
Total CPER emprego e formação profissional	1.698

Fonte: MOULIN, *et alii*, 2002

7. Promoção da capacidade das pequenas e médias indústrias se adaptarem ao crescimento da demanda de investimento na qualificação de trabalhadores e na assimilação mais rápida de tecnologias promissoras, e incentivo ao desenvolvimento e no estreitamento das relações inter-empresas.

Contribuição dos diferentes parceiros, em milhões de euros:	
Estado	780
Região	800
Outras coletividades	20
Total CPER indústria	1.580

Fonte: MOULIN, *et alii*, 2002

8. Favorecimento da criação ou da retomada das atividades de PME (pequenas e médias empresas) com ênfase no artesanato e no comércio.

Contribuição dos diferentes parceiros, em milhões de euros:	
Estado	90
Região	122
Outras coletividades	18
Total CPER comércio e artesanato	230

Fonte: MOULIN, *et alii*, 2002

9. Democratização do acesso à justiça, facilitando a sua melhoria nas relações de proximidade.

Contribuição dos diferentes parceiros, em milhões de euros:	
Estado	48
Região	36
Outras coletividades	4
Total CPER justiça	88

Fonte: MOULIN, *et alii*, 2002

10. Modernização dos equipamentos turísticos e reabilitação do imobiliário, com preocupação com a qualidade, com a funcionalidade e com uma melhor integração à paisagem.

Contribuição dos diferentes parceiros, em milhões de euros:	
Estado	116
Região	189
Outras coletividades	129
Total CPER turismo	434

Fonte: MOULIN, *et alii*, 2002

11. Auxílio à reestruturação tecnológica de algumas indústrias armamentícias, cuja defasagem ameaça o equilíbrio, o emprego e a atividade econômica de alguns territórios.

Contribuição dos diferentes parceiros, em milhões de euros:	
Estado	74
Região	53
Outras coletividades	13
Total CPER defesa	140

Fonte: MOULIN, *et alii*, 2002

12. Melhoria das condições de atendimento nos asilos para idosos e nos estabelecimentos médicos e de assistência social, principalmente, os direcionados aos idosos e inválidos; melhoria e aumento de oferta de moradias e de estruturas de abrigo para indivíduos em processo de exclusão social e luta pela igualdade dos sexos.

Contribuição dos diferentes parceiros, em milhões de euros:	
Estado	428
Região	219
Outras coletividades	219
Total CPER saúde e serviço social	866

Fonte: MOULIN, *et alii*, 2002

13. Favorecimento ao acesso de jovens em situação de exclusão social às atividades esportivas e educativas e promoção de atividades esportivas em meio à natureza, que também contribuam para a educação ambiental.

Contribuição dos diferentes parceiros, em milhões de euros:	
Estado	124
Região	132
Outras coletividades	18
Total CPER juventude e esportes	274

Fonte: MOULIN, *et alii*, 2002

Enfim, os contratos de *Plan État-région* hoje podem ser entendidos como um sucesso, já que, no transcorrer dos anos, conseguiram aglutinar os mais diversos atores públicos. Além disso, as coletividades se reúnem em torno de um enfoque: a realização de projetos contemplados nos contratos, que por sua vez, têm se revelado satisfatórias. Este exercício de reflexão estratégica para os próximos anos garante aos atores públicos, assim como aos privados, uma

imprescindível visibilidade das políticas públicas. Nesse sentido, os financiamentos garantem ações públicas de médio prazo para setores inteiros da economia.

Pôles d'Économie du Patrimoine

Apesar das dramáticas transformações provocadas pelo processo de modernização das últimas décadas, as regiões rurais francesas, que se viam diante de uma profunda crise de identidade, começam a se redescobrir ricas em um patrimônio original.

Esta riqueza, proporcionada pela herança cultural, histórica, artística ou mesmo técnica, distingue os territórios uns dos outros e, segundo Virassamy (2002), fortalece essas regiões contra os efeitos negativos da globalização. Os elementos que constituem este patrimônio cultural e natural representam seus recursos da mesma maneira que as matérias-primas, indústrias ou serviços. Eles são, assim, potencialidades de desenvolvimento econômico, histórico e cultural.

Os *Pôles d'économie du patrimoine* (PEP), criados e iniciados pela DATAR, no *Comité interministériel d'aménagement et de développement du territoire* (CIADT), na cidade de Troyes em 1994, tinham por objetivo utilização do patrimônio diversificado da França como alavanca para a dinamização da economia (VIRASSAMY, 2002). Os PEP não se assemelham a uma estrutura, nem a uma linha orçamentária particular, tampouco recebem uma certificação, mas se parecem com os processos que visam organizar uma rede de iniciativas locais, tendo em vista a criação do desenvolvimento econômico. Os PEP têm como objetivo ajudar a transformar suas potencialidades em atividades e empregos.

Desde o seu surgimento³⁶, os PEP receberam forte apoio do poder público tanto financeiramente, como logisticamente. Neste sentido, segundo Virassamy (2002), o apoio do poder público consistia em: encorajar sinergias; lutar contra os concorrentes; promover a criação de redes de diferentes pólos de atração ou de competências; favorecer a cooperação de atores locais originários do setor público ou do setor privado, inserindo-os no seio de um projeto global de território.

Os pólos de economia do patrimônio não foram imaginados como inseridos em um quadro normativo, mas dentro de um enfoque de movimentação dos atores sociais. Desde o princípio, objetivou-se encorajar a parceria de projetos em torno do patrimônio, e o Estado foi conduzido a atuar como “acompanhador”, em diferentes graus, de acordo com o nível de articulação dos atores locais (DATAR, 2001). Em certos casos, ele estará muito presente e, em outros, se restringirá a acompanhar a movimentação dos parceiros locais.

Quanto à seleção dos territórios, parte-se dos seguintes critérios:

- a) o território deve situar-se em uma zona rural onde a fraca densidade aparece de forma prioritária no plano nacional, em termos de ordenamento territorial;
- b) um primeiro diagnóstico deve apresentar as potencialidades patrimoniais sobre as quais se apoiará o pólo. O direcionamento (eixo) pode estender-se sobre o conjunto de um *pays* e prefigurar os contornos, ou situar-se em uma escala mais larga sobre múltiplos *pays*, sem que os recortes administrativos em vigor constituam uma limitação. O direcionamento a ser valorizado pode compreender recursos muito diversos: *habitat* ou urbanização tradicional, monumentos, sítios arqueológicos, *savoir-faire* e tradição, *métiers d'art*, mas também história, meio ambiente, paisagens, etc.;

36 Hoje a França conta com 36 *Pôles d'économie du patrimoine*

- c) um esboço do futuro PEP deve precisar: as idéias fundamentais, permitindo reunir os diferentes elementos constitutivos do direcionamento; as atividades e empregos esperados, principalmente em relação à cultura, mas também ao artesanato ou aos serviços; o conjunto de atores interessados na demanda (pública e privada) e, notadamente, as coletividades locais, as partes.

Apesar do sucesso que este tipo de arranjo territorial tem, diversos deles mostram que, na formulação de seus projetos, foram necessários tanto a “importação” de profissionais, segundo Virassamy portadores de alto “valor intelectual agregado”, como os versados nas questões culturais, de comunicação, além de administradores públicos e de empresas, contadores e economistas. De um lado, esta realidade explicita o quão deficitários em capital humano são estes territórios. De outro lado, a preparação desses arranjos e de suas Cartas de Território constitui-se em um primeiro passo na atração de populações e conseqüentes moradores, que anteriormente eram, necessariamente, vinculados aos meios estritamente urbanos. Esta primeira constatação se constitui, muitas vezes, em um movimento contínuo de repovoamento do território, que anteriormente se via diante do fantasma da desertificação demográfica.

Ao contrário do que anteriormente se entendia, os *pôles d'économie du patrimoine* demonstram, localmente, que o patrimônio constitui um eixo de desenvolvimento inovador para os territórios. Todavia, se, no princípio, este arranjo territorial tinha a ambição de construir projetos de território que utilizassem o patrimônio como vetor de desenvolvimento, hoje, outras constatações podem ser feitas.

Em um primeiro momento, demonstra-se que o patrimônio passou a ser um fator de coesão territorial, já que se pode observar que alguns PEP têm desempenhado papéis-chave na construção de “novos” territórios. Em um segundo momento, observa-se o renascimento das identidades regionais e locais, além de uma retomada do interesse pelo que as caracteriza. O terceiro momento vem confirmar o fato de que o desenvolvimento territorial passa pelos

mecanismos de solidariedade, de parceria de projetos para o proveito de desafios comuns entre os atores e pelo próprio território.

Por fim, os *pôles d'économie du patrimoine* em muito se assemelham às novas dinâmicas territoriais, como os *pays*, ou à imagem das empresas que cooperam para a obtenção de recursos, no desenvolvimento de novas tecnologias e na abertura de novos mercados, como é caso dos arranjos produtivos locais.

Pays d'art et d'histoire

Os antecedentes dos *pays d'art et d'histoire* são de 1965, ocasião em que a lei Malraux sobre os setores salvaguardados (DATAR, 2001) nasceu de um antigo desejo do Ministério da Cultura e da Comunicação, que por sua vez buscava se munir de dispositivos capazes de animar e de valorizar o patrimônio . Este desejo, que se transformou em convenção - "*villes d'art*" -, preconizava a visita de qualidade a bairros antigos, visitas guiadas, etc. Quase que instantaneamente criou-se a demanda por uma política de turismo de qualidade, emergida da necessidade de sensibilizar a população local e os jovens em relação ao seu patrimônio. A convenção "*villes d'art*" deu lugar, em 1985, à convenção "*villes d'art et d'histoire*". Esta última traz uma brochura de incumbências muito mais exigente e é acompanhada de um *selo* a ser confiado ao *Institut national de propriété industrielle*. Se, na primeira convenção, somente se considerava o patrimônio mais notável e antigo, posteriormente a essa idéia integrou-se à noção de patrimônio rural, industrial e paisagístico, ao *savoir-faire*, às tradições e à memória de seus habitantes. Sendo assim, a criação dos *pays d'art et d'histoire* permitiu a concretização desta nova abordagem de noção de patrimônio. Atualmente, a rede conta com 18 *pays d'art et d'histoire*.

Do processo de certificação (labellisation)

O território candidato ao selo deposita um dossiê de candidatura, junto à *Direction Régionale des Affaires Culturelles* (DRAC), que contém o levantamento da carta de identidade e o estado do patrimônio cultural. Esse dossiê deve explicitar a vontade política da coletividade do território de integrar a animação de seu patrimônio no centro de seu projeto cultural. O dossiê é, então, orientado pela DRAC e depois submetido à avaliação do *Conseil national*, que se pronuncia sobre o texto da convenção, redigido paralelamente. Esta instrução permite verificar, verificar ao mesmo tempo, se a candidatura se insere em um política de “rede” cultural regional e se, em nível local, os critérios de certificação e o caderno de responsabilidades exigidas, estabelecidos em nível nacional, são compatíveis. Por último, o *Conseil national des villes et pays d’art et d’histoire* emite um parecer aos cuidados do ministro da Cultura e da Comunicação, que decide ou não conceder o selo, que, por sua vez, deve ser renovado todos os anos.

A convenção

As convenções *pays d’art et d’histoire* combinam um quadro tipificado que define quatro objetivos:

- a) a sensibilização da população local;
- b) a promoção de uma iniciação dos jovens à arquitetura, ao patrimônio e ao urbanismo;
- c) a promoção de um turismo de qualidade, com visitas guiadas por pessoal autorizado, fundamentado no diálogo e no intercâmbio e
- d) a organização de uma política de comunicação em torno do patrimônio, expressa pela publicação de brochuras nos níveis nacional e regional, de folhetos sobre as cidades e os *pays* e pela edição de cartazes.

Enfim, a convenção prevê a criação de uma sala de arquitetura e de patrimônio, que funciona como centro de interpretação, apresentando, de maneira didática, o patrimônio do *pays* (DATAR, 2001). Este equipamento cultural é visto como um ponto de encontro e de compreensão da região para os habitantes e os turistas, além de suporte pedagógico para os jovens.

Pays

O *pays* é, sem dúvida, a realidade espacial mais antiga da França. De certa maneira, pode ser considerado como a estrutura mais inflexível e que jamais foi instituída pelo poder central, como foram os casos das comunas, dos cantões, dos departamentos e das regiões. Braudel (*apud* GOUTTEBEL, 2001) em seu livro *L'identité de la France*, publicado em 1982, atribui antigüidade e universalidade ao *pays*. Segundo ele, o *pays* é um "sistema planetário" que agrupa, em torno de uma cidade mais ou menos ativa, um território feito de cantões reunidos em vilas, arraiais, etc. O autor ainda cita que, já do século VI, datam, diversas notificações da existência dos *pays*.

Uma noção mais uniformizada de *pays* aparece pela primeira vez na França no quadro da política de ordenamento do território, em 1975, com os Contratos de *Pays*. Os precursores da idéia foram os bretões, mais precisamente com o CELIB (*Comité d'Études et de Liaison des Intérêts Bretons*), em 1970, e a criação de quinze *pays* econômicos na região bretã (GOUTTEBEL, 2001).

O *pays* foi definido de muitas maneiras, dentre as quais se destaca a do geógrafo, professor da universidade de Nantes, Jean Renard, pela consistência e abrangência:

(...) "geralmente se está de acordo em batizar pays como um território de dimensões intermediárias, entre o cantão e o departamento. O pays se reconhece igualmente e se justifica por uma certa identidade cultural, uma vontade de se viver em

comunidade, um projeto de desenvolvimento o mais global possível, às vezes econômico, social e cultural, pela convergência de iniciativas locais e então por uma dinâmica vinda da base ou das elites locais e não pela intervenção do Estado." (RENARD, 1995: 45)

A importância do território para o desenvolvimento de regiões rurais implica o reconhecimento de que atores e organizações são capazes de incorporar-lhe iniciativas, ambições e os potenciais de diferentes regiões, como foi visto em todos os exemplos mencionados anteriormente. Nesse sentido, a "não tão nova" entidade geográfica, denominada *pays*, tem como uma de suas principais características, ao igual dos demais arranjos territoriais relacionados, o caráter contratual das relações existentes entre o Estado e as regiões. "Sendo assim, os atores econômicos e sociais buscam se coordenar para levar adiante projetos de desenvolvimento comuns a uma área" (...). (ABRAMOVAY, 2002)

Os *pays* têm vocação de "territórios de projeto", organizados em torno da Carta do Território, de um conselho de desenvolvimento, de uma estrutura administrativa ágil e de um contrato. Têm como meta ratificar as novas relações entre o Estado, as coletividades e os atores socioeconômicos.

A lei de 4 de fevereiro de 1995 é a primeira a traçar um rascunho daquilo que, oficialmente, dali em diante, chamou-se de *pays*. Nela, os mesmos são definidos como um espaço caracterizado pela coesão geográfica, econômico-cultural ou social. Já a legislação aprovada em 1999, além de manter a noção anterior, incrementa-a, entendendo que não é o Estado quem define um *pays*, mas a própria articulação de suas forças locais. Ou seja, a criação de um desses arranjos é de iniciativa das comunas ou dos agrupamentos de comunas.

Como nos demais exemplos de arranjos territoriais, o que assegura o verdadeiro nascimento de um *pays* é a existência de um pacto territorial, ou seja, que resulte em uma Carta do Território³⁷. A originalidade do *pays* está em seu poder de reunir uma grande variedade de organismos e de pessoas

³⁷ A necessidade da mesma foi, segundo Portier (2001), inspirada na experiência de três décadas vividas pelos PNR.

interessadas pelo desenvolvimento e pelo ordenamento do território. “Representantes políticos locais, conselheiros gerais e regionais, parlamentares, empresários, diretores de escolas, representantes de corpos consulares, de organizações agrícolas, de sindicatos de trabalhadores, de agências de turismo, de associações culturais, educacionais, sociais são, ao mesmo tempo, instituições e atores convidados a se inscreverem nesta gestão participativa” (PORTIER, 2001).

7 - O PARQUE NATURAL REGIONAL DO LUBERON

Dentre a gama de estratégias de desenvolvimento de cunho territorial com características contratuais, apresentadas nesse trabalho, os Parques Naturais Regionais constituem a sua forma mais antiga e bem acabada. Neste contexto, o PNR do Luberon pode ser considerado um representante pleno deste tipo de proteção contratual, haja vista sua longa existência. Do ano em que se começaram a discutir os tópicos para a redação da carta do território até os dias atuais, aquele território tornou-se palco de uma série de conflitos, derrotas, mas também da melhoria considerável na qualidade de seu meio ambiente, da preservação das culturas ameaçadas e do dinamismo econômico.

O Parque Natural Regional do Luberon (PNRL) localiza-se no sudeste da França, a aproximadamente 80 km ao norte de Marselha. Segundo dados disponibilizados no *site* do PNRL (<http://www.parc-du-luberon.com.fr/>), este insere-se em dois Departamentos, o de Vaucluse e o dos Alpes-de-Haute-Provence, agregando um total de 69 comunas (mapa 1 e carta nº 5).

Mapa 1: Região do PNR do Luberon em relação ao restante do território francês

Fonte: www.parc-du-luberon.com

O Parque Natural Regional do Luberon e suas comunas

Apresentar a constituição física do Luberon torna-se relevante na medida em que se passa a compreendê-lo como um território, antes mesmo de Parque Natural Regional. Dessa forma, sua constituição física, somada a todos os processos narrados e analisados anteriormente, formam um conjunto apossado por um grupo social particular. Ou seja, a apropriação do espaço não se faz apenas pela tomada de consciência em relação às características sociais do grupo em questão, mas também pelo espaço físico em que se desenvolvem estas relações.

Quadro 4

Caracterização física do Luberon

A região do Luberon tem seus terrenos originados por processos sedimentares. Os montanhosos têm origem no Mesozóico (ocorrido entre 245 e 66 milhões de anos), as partes mais baixas datam do Cenozóico (ocorrido entre 65 e 2 milhões de anos) e os fundos de vales do Quaternário (de ocorrência muito recente, com menos de 2 milhões de anos).

Estes terrenos Mesozóicos são de marga (calcário argiloso) e de calcários comuns, que foram depositados no período Cretáceo inferior (há 66 milhões de anos). Segundo Strahler & Strahler (1997), este material depositou-se em um mar bastante profundo, conhecido como Fossa Vocontienne e ali se edificaram aos restos de organismos marinhos, formando outros tipos de calcários, ditos Urgonianos.

Um conjunto de areias marinhas e de grés³⁸, que marcaram durante a metade do Cretáceo, a elevação das partes norte (Maciço do Ventoux) e sul (istmo duraciano, ao sul de Apt) é a origem das estranhas areias e das minas de ocre da região, que constituem um dos maiores atrativos turísticos do Parque.

Os terrenos Cenozóicos variam muito, porque, após uma elevação geral do solo, com lagoas e lagos, um retorno do mar arrastou o depósito de materiais muito diversos proveniente das erosões da região dos Alpes.

³⁸ Rochas compostas de grãos de quartzo (STRAHLER & STRAHLER, 1997).

O relevo atual adquiriu sua configuração geral no final do Mioceno (há 23 milhões de anos), após um longo período de soerguimentos, de dobramentos e deslocamentos: o Ventoux, por exemplo, é uma vertente sul de uma dobra anticlinal, cujas bordas sofreram falhas e afundamentos. Outras importantes formações regionais, que possuem as mesmas origens e estruturas, são os maciços do Grand e do Petit Luberon.

O maciço do Luberon surgiu, portanto, na época miocena da era terciária. Hoje, ele se estende de leste a oeste por 60 km, está muito desgastado pelos agentes erosivos e tem como ponto culminante Le Mourre Nègre, com 1125 m. Ao sul, o maciço é bordejado pelo vale do rio Durance e ao norte pelo vale do rio Calavon, que por sua vez o separa de outro maciço, o dos montes Vaucluse. Esta estruturação geomorfológica, somada à influência do clima mediterrâneo³⁹, confere à região uma grande diversidade de paisagens.

Segundo o guia Gallimard⁴⁰, o Parque possui 6 paisagens biogeográficas. Entretanto, deve-se levar em conta que muitas dessas paisagens, devido à secular ação antrópica, se restringem a áreas muito limitadas ou, em sentido contrário, têm aumentado em extensão em decorrência do surgimento do Parque Natural Regional:

Campos de Altitude (*Pelouses Sommitales*) – São encontrados nas áreas mais elevadas do maciço do Luberon e constituem vegetação baixa e rasteira. Estes campos são o resultado da combinação da ação de rebanhos (caprinos, ovinos e bovinos) e de roedores, mas também de uma adaptação aos contrastes de um clima rude⁴¹ (BRUNET, 1993).

Garrigue – São formações compostas por arbustos e plantas herbáceas, localizadas em regiões mediterrâneas, em terrenos calcários e pedregosos. Na vertente sul do Luberon, a alternância de solos compactos e instáveis define duas de suas variantes. A primeira é dominada por carvalhos *kermès*, que são árvores anãs com pequenas agulhas nas extremidades de suas folhas. Seus galhos são tortuosos e é considerado o menor carvalho da Europa. Na idade média, as cochonilhas que sugavam suas folhas eram utilizadas na fabricação de tinturas vermelha e escarlate. Os garrigues de carvalhos *kermès* também são conhecidos por sua extrema capacidade de resistir aos incêndios. A segunda variedade é o *Garrigue à Romarin* onde, além de plantas ornamentais como a íris anã, são encontrados o alecrim e o tomilho, arbustos aromáticos que caracterizam fortemente a culinária provençal, por sua vez fonte de grande atrativo turístico para a região.

Floresta de Carvalhos Brancos (*Chênaie Blanche*) – É a espécie arbórea que domina a vertente norte do Luberon, preferem as regiões de temperaturas mais amenas e de solos

39 Seco e quente no verão e moderadamente úmido e de temperaturas amenas no inverno.

40 Apesar deste ser um guia direcionado aos turistas que visitam a região, suas informações são bastante detalhadas e minuciosamente revisadas pela equipe técnica e científica do Parque Natural Regional do Luberon (GALLIMARD e PNR du Luberon, 1998).

41 Vento quase permanente, grande déficit hídrico e baixas temperaturas no inverno.

mais profundos e perde sua folhagem no inverno. A luminosidade de seu sub-bosque explica a flora abundante que ali se desenvolve. Nela encontram morada o cabrito montês (*chevreuil*), a galinha da floresta (*bécasse des bois*) e outras aves. A intensa exploração deste carvalho nos últimos séculos (para a produção de carvão, aquecimento das residências e para a construção civil), assim como a erosão dos solos, provocou a sua substituição pelos carvalhos verdes.

Floresta de Carvalhos Verdes ou Azinheira (*Chênaie Vert*) – Esta formação vegetal é muito significativa nas regiões mediterrâneas, desenvolvendo-se principalmente nas vertentes sul dos montes Vaucluse e do Luberon. Suas folhas são perenes e estão perfeitamente adaptada à deficiência de água e aos solos pobres. Seu sub-bosque, muito sombreado e de aparência impenetrável, abriga pequenos arbustos, javalis e aproximadamente 7 variedades de aves bem adaptadas ao longo período de estiagem.

Gargantas e Falésias (*Gorges et Falaises*) – O relevo muito variado do Luberon revela uma história geológica rica e movimentada. Parte desta pode ser facilmente identificada nos numerosos afloramentos karsticos⁴² existentes no Parque. Esta característica rupestre é representada em formações espetaculares, do ponto de vista cênico: falésias abruptas, cânions muito inclinados, cavernas, etc., apresentando uma flora muito resistente à baixa luminosidade. Por outro lado, apesar do ambiente pouco favorável ao desenvolvimento da vida vegetal, pode-se encontrar uma grande profusão de aves, que nas fissuras das rochas encontram lugar perfeito para a nidificação. Entre as mais representativas estão: o grande corvo, o merlo azul, a andorinha de ventre branco, a águia de Bonelle e alguns tipos de abutres.

Ribeirões (Rivières) – O clima seco e a natureza calcária do solo não favorecem a presença de água no Luberon. Riachos, fontes e rios não estão totalmente ausentes mas se limitam às planícies e aos pés dos maciços. Nos fundos dos vales e das grandes gargantas, antigos leitos são, vez por outra, reavivados pelas grandes enxurradas, pelas chuvas de verão ou de outono. Segundo Gallimard (1996), esta regular remodelagem dos cursos d'água feita por estas torrentes proporciona uma grande diversidade biológica⁴³ nestas regiões. Estes meios úmidos abrigam uma fauna e uma flora com particular capacidade de adaptação, mas cujo equilíbrio ecológico está seriamente ameaçado.

42 Relevo karstico ou relevo calcário: relevo particular de regiões nas quais as rochas calcárias formam fendas verticais e horizontais. São resultado da ação, em grande parte subterrânea, da água que dissolve o carbonato de cálcio (BRUNET, 1993).

43 Todavia, aos olhos de observadores familiarizados com multiplicidade de vida de regiões tropicais úmidas, esta "variada" fauna e flora pode parecer um tanto quanto escassa.

A gênese do Parque

Como visto acima, o interesse popular pela região do Luberon não surgiu com a sua adesão à rede de parques naturais regionais da França. Antes mesmo do surgimento do Parque, a região já era muito procurada por aposentados desejosos de ali residirem em sua nova vida; moradores de grandes centros urbanos como Marselha, Aix-en-Provence ou mesmo da distante Paris, que ali construía suas segundas residências, caçadores e todos os tipos de veranistas. Considerando este forte fluxo populacional, uma importante oportunidade de desenvolvimento para a região, mas também uma ameaça ao seu padrão de vida e cultura local, a população da região entendeu que atitudes deveriam ser tomadas. Primeiramente, unidas pelos profundos vínculos à região, concluíram que o desenvolvimento deveria ser uma nova prioridade política, mas o mesmo não deveria alterar as particularidades culturais locais. Sendo assim, no ano de 1970, após uma série de reuniões entre os representantes das instituições locais, tomou-se ciência de quatro aspectos que ameaçavam e atrapalhavam o desenvolvimento e a integridade sócio-econômica do Luberon (PARC NATUREL RÉGIONAL DU LUBERON, 1981):

- 1) Um prodigioso desenvolvimento das migrações ligadas ao fenômeno do automóvel em conjunção com o do lazer;
- 2) Degradações, passados alguns anos, causadas no meio natural do Maciço do Luberon, devido à intervenção humana e de suas técnicas, que poderiam colocar em perigo a cobertura vegetal, sua fauna e o equilíbrio dos solos;
- 3) A pressão especulativa e o resultante aumento dos preços das terras agrícolas, provocados pela grande atração que o Luberon exerce sobre os que procuram ou sobre os que já possuem residências de veraneio, que implica na ausência de moradores durante 10 meses do ano;

- 4) Os riscos suplementares de super-freqüentação da região, de pessoas oriundas de Marselha.

A Carta do Território de 1977 (PARC NATUREL RÉGIONAL DU LUBERON, 1981), data oficial de nascimento do PNR do Luberon, também aponta que o germe das discussões que originaram o Parque foi o projeto que propunha a construção de uma grande auto-estrada, que cortaria todo o maciço do Luberon. A mesma cruzaria diversas reservas de caça e uma grande floresta de cedros. Por ter sido plantada no séc. XVIII, com mudas trazidas da Argélia, e ter se adaptado muito bem, além de ser um lugar muito fresco, sombreado e considerado de grande beleza, a Floresta de Cedros do Luberon é muito estimada pelos moradores da região.

Levando-se em conta todos estes aspectos, os habitantes do Luberon, através de seus representantes comunais e departamentais, convenceram-se que tais transformações poderiam trazer sérios problemas. A decisão de se criar um parque natural regional foi a principal medida tomada em conjunto, visando garantir a qualidade de vida da população e minimizar os efeitos das transformações apresentadas acima. Entretanto, o ano de 1970 ainda apresenta os PNR como territórios em formação, de resultados econômicos e sociais ainda muito incertos. Foram necessários mais 7 anos de discussões para se chegar a um consenso sobre o projeto e a redação da carta do território. Finalmente, em janeiro de 1977, o Parque Natural Regional do Luberon é criado, priorizando: a proteção e o desenvolvimento do potencial agrícola do Parque, que constitui a base de seu desenvolvimento e garante a conservação de seu território; a elaboração de planos de ocupação dos solos, que preservem as terras agrícolas e permitam o desenvolvimento dos vilarejos em respeito aos lugares e à qualidade das construções; o encorajamento da construção e da renovação das habitações, a manutenção e o desenvolvimento de serviços aos habitantes (serviços públicos, comércio, etc.) e o apoio à atividade econômica e ao emprego.

A estrutura e a administração do Parque

O PNR do Luberon representa um território de 165.000 ha., com 155.000 habitantes, e agrupa 69 comunas⁴⁴ (INSEE, 2000). A Carta do Parque Natural Regional do Luberon de 1977 informa que o perímetro do Parque⁴⁵ constitui uma região de características originais, e é considerada área de transição entre a *Provence* e a *Haute-Provence*.

Atualmente, o organismo encarregado da gestão, da aplicação da carta e da composição da equipe técnica do Parque é o Sindicato Misto do Parque Natural Regional do Luberon. Segundo o anexo da “Charte – Objectif 2007”, o mesmo é composto, a título consultivo, após a aprovação da carta e é formado pelo Presidente honorário do Parque; Conselho científico do Parque; Sindicato Misto de Ordenamento do Vale do Durance; Conselho das Associações, como descrito no artigo 15-3 da Carta do Parque⁴⁶; Câmaras Consulares dos Departamentos dos Alpes de Haute-Provence e de Vaucluse e Conselho Econômico e Social do Luberon, como descrito no artigo 20 da Carta do Parque⁴⁷.

Segundo depoimento do ex-presidente do Parque do Luberon, Jean-Louis Joseph, o comitê que forma o sindicato misto reúne os representantes comunais e departamentais, os conselheiros gerais, os representantes das

44 No departamento de Vaucluse as comunas são: Apt, Ansouis, La Bastide-des-Jourdans, La Bastidonne, Beaumettes, Beaumont-de-Pertuis, Bonnieux, Buoux, Cabrières-d'Aigues, Cadenet, Caseneuve, Cavaillon, Cheval-Blanc, Cucuron, Gargas, Gordes, Goult, Grambois, Jocas, Lacoste, Lagarde d'Apt, Lauris, Lourmarin, Maubec, Mènerbes, Mérindol, Mirabeau, Murs, Oppède, Pertuis, Peypin-d'Aigues, Puget, Puyvert, Robion, Roussillon, Rustrel, Saignon, Saint-Martin-de-Castillon, Saint-Martin-de-la-Brasque, Saint-Saturnin-lès-Apt, Sannes, Taillades, La Tour-d'Aigues, Vaucluse, Viens, Villars, Villelaure e Vitrolles-en-Luberon. No departamento dos Alpes-de-Haute-Provence as comunas são : Aubenas-les-Alpes, Céreste, Dauphin, Manosque, Montfuron, Montjustin, Oppedette, Pierrevert, Reillanne, Revest-des-Brousses, Saint-Maine, Saint-Martin-les-Eaux, Saint-Michel-l'Observatoire, Sainte-Tulle, Vachère, Villemus, Villeneuve e Volx.

45 Que engloba a própria região do Luberon, as várzeas do rio Durance (ao sul e a leste até os montes Vaucluse) e o córrego Larque ao norte.

46 Artigo nº 15-3 Relações do Parque com as associações – As associações que trabalham para a proteção do meio ambiente e da qualidade de vida são numerosas no território do Parque.

47 Artigo nº 20 O conselho econômico e social do Luberon – Para assegurar seu território, a coerência das ações de proteção, de valorização, de gestão, de animação e de desenvolvimento conduzidas pelos parceiros no âmbito da carta permite a expressão de um projeto global de desenvolvimento sobre o conjunto do território.

associações, somando ao todo 86 titulares e 86 suplentes. O Sindicato Misto tem como objetivo a animação, a gestão, o ordenamento e a infraestrutura⁴⁸ do Parque. Ele define, ainda, as orientações e a programação das ações, conforme as disposições da Carta, que se compromete a cumprir e a observar seu cumprimento.

A direção dos serviços do Sindicato Misto do Parque, a composição de uma equipe técnica, assim como a da gestão do próprio Parque são atribuições de seu diretor, que assegura sua administração dentro dos limites atribuídos pelos estatutos do Sindicato Misto e conforme os princípios da Carta.

A equipe técnica, composta pelo diretor do Parque, tem característica interdisciplinar e um perfil profissional qualificado. Ela deve permitir ao mesmo tempo: estabelecer pareceres em nome do Parque quando consultada; constituir um serviço técnico intercomunal que vai do conselho ao controle de obras; garantir a gestão dos meios naturais, dos lugares e do patrimônio cultural; levantar e propor iniciativas em matéria de desenvolvimento, acolher, informar e educar o público para a proteção do meio ambiente. Ainda, junto ao órgão de gestão do Parque, estão o conselho científico e o conselho econômico e social, que também possuem caráter interdisciplinar, sendo cada um deles composto por 15 membros.

Depois de criado, em 1977, o Parque do Luberon tem tido sua certificação renovada sucessivamente. A última delas ocorreu em 1997, com a assinatura e a aprovação da “Charte - *Objectif 2007*” (PARC NATUREL RÉGIONAL DU LUBERON, 1997), o que garantiu a certificação do território até o prazo proposto. Contudo, assim como cada um dos 40 parques naturais regionais da França, o do Luberon adaptou ao contexto local os objetivos gerais definidos pelos textos legislativos. Dessa forma, suas ações estão direcionadas, principalmente, para: os problemas de urbanismo e de ocupação dos solos, no intuito de melhor conter a pressão fundiária criada por sua notoriedade; o conselho arquitetônico; a restauração e manutenção da rede fluvial; a proteção

48 Entende-se por este termo, *équipement*, o conjunto de meios para a estruturação do parque, sejam eles físicos ou relativos ao capital humano.

das paisagens, da fauna e da flora; as medidas ditas “agro-ambientais”, que conciliam e mantêm a atividade agrícola, os métodos de cultura permanente, a manutenção e a conservação do meio natural; a proteção, a reabilitação e a valorização do patrimônio cultural; a ação pedagógica direcionada aos estudantes dos níveis mais fundamentais; a melhoria da qualidade de vida, em particular das moradias e dos serviços à população, e o turismo, a recepção e a informação dos visitantes.

Não obstante, em termos mais gerais, o Parque possui, segundo a acepção de Lanzara (1999), dois “pontos focais”⁴⁹, que, no *site* do Parque (www.parc-du-luberon.org), são chamados de “*idées-forces*” e que direcionam todas as outras ações, ou seja: a consciência global de um território em sua diversidade e um objetivo de desenvolvimento sustentável, visando preservar os recursos naturais e humanos em longo prazo e um enfoque multidisciplinar, apoiando-se na intercomunalidade, na parceria e na coordenação (*concertation*).

Projetos, ações e programas

Um parque há muito estabelecido e ativo como o do Luberon, com frequência apresenta um gama muito variada de projetos em execução. Neste caso, a publicação anual denominada “*Courrier annuel*”, editada pelo PNRL, descreve minuciosamente as ações e os projetos desenvolvidos no ano anterior. Ali se tem, com clareza, a multiplicidade das ações e sua abrangência, neste caso divididas em: educacionais, turísticas, voltadas para o desenvolvimento, científicas, patrimônio arquitetônico e para a agricultura. Seguem, como exemplos, alguns dos principais projetos conduzidos no ano de 2001 (PNRL, 2002):

49 (...) “estruturas mínimas perceptíveis que, em situações caóticas, podem constituir uma vontade de se definirem identidades, significados e reconhecimentos recíprocos, uma base sobre a qual podem-se construir a confiança e competências e um núcleo ao redor do qual podem ser ativados recursos permanentemente crescentes. Um ponto focal é, em suma, um pequeno ponto de partida, a partir do qual se pode desenvolver um ambiente dotado de sentido.” p. 943

Educacionais

- *Maison de la Biodiversité* – trata-se de um pomar-escola⁵⁰ em Manosque (no extremo leste do Parque), com aproximadamente 300 variedades de plantas frutíferas. Instalado em uma fazenda de paisagem provençal, recebe estudantes e turistas, onde além de conhecer as plantas frutíferas o visitante também recebe noções de ecologia das florestas mediterrâneas e do funcionamento de uma estação de captação de água.
- *Observatoire ornithologique* – no sudoeste do Parque, nas margens do rio Durance, em Mérindol, há um abrigo construído para se observarem as aves de vida fluvial. Ali estão expostos cartazes ilustrados que facilitam a identificação dos animais.
- *Réserve Naturelle Géologique* – foi criada em 1987 com a finalidade de se evitar a pilhagem de seu rico patrimônio fóssil. A Reserva cobre 28 áreas, que variam de 1 à 60 ha., espalhadas por 20 comunas. Ali, no ano de 2001, realizou-se parte de um projeto experimental: denominado “*La main à la pâte*”. A Reserva foi cenário de uma abordagem pedagógica na qual os estudantes verificavam suas próprias hipóteses, a partir de experiências científicas. Um geólogo da reserva guiou-os nos trabalhos de campo e em algumas atividades em sala de aula. O custo do projeto foi de € 12.800 (para os anos de 2000 e 2001) e teve o financiamento da *Direction régionale de l’environnement*, da região e do Parque, e acabou sendo laureado com o prêmio da Academia de Ciências da França.
- *Maison du Parc* – Além de ser a sede administrativa do Parque, este prédio do século XVII, localizado no centro antigo de Apt apresenta, em caráter permanente, uma exposição intitulada “*Genèse d’un territoire remarquable*”. Ali, por meio de cartazes, fósseis, vídeos, cartas topográficas e *slides* são apresentadas as principais características ambientais, culturais e econômicas da região. No ano de 2001 a *Maison* recebeu a exposição

⁵⁰ Tradução proposta pelo autor para *verger conservatoire*.

“Grains de beauté, des hommes et des graines”, criada para partilhar a descoberta de um universo botânico pelo viés de um olhar poético. A exposição foi concebida pelo PNRL, custou € 25.000 e foi financiada pela *Direction régionale de l’environnement*, pela região, pelo departamento de Vaucluse e pelo Parque.

- *Château de l’Environnement* – Atualmente de propriedade do Parque, é um monumento histórico com mais de seis séculos de existência. O local abriga um centro de documentação e em suas redondezas há uma série de trilhas temáticas. Para desenvolver as atividades pedagógicas de cunho científico, os estudantes se internam em suas dependências por alguns dias. O *château* registrou, no ano de 2001, 12.658 diárias, gerando uma receita de € 199.600. Estes números representam um aumento de 49,6% de arrecadação e de 13% de diárias em relação ao ano 2000.
- *Raconte-moi le paysage* – Segundo o *Courrier Annuel* de 2002 do PNRL, o estudo da paisagem permite uma abordagem global do meio ambiente e de suas interações. Em torno deste tema, 27 classes do território estudaram iniciativas nacionais, regionais e locais e propuseram melhoramentos que podem interessar os técnicos do Parque. O projeto custou € 28.000 e foi financiado pela *Direction régionale de l’environnement*, pela Região e pelo Parque.
- *Collecte des déchets toxiques des collèges* – 10 escolas do Parque participaram dessa iniciativa, que consistiu em uma jornada de informação sobre produtos perigosos para as pessoas encarregadas de estocá-las, recuperá-las e gestioná-las nas escolas e a coleta de dejetos por uma empresa especializada. No total, 266 kg de dejetos tóxicos foram coletados e depositados em local adequado.

Turísticos

- *Les sentiers de découverte de la nature et du patrimoine* – São painéis espalhados por diversas trilhas turísticas do Parque. O objetivo é informar

os turistas que fazem caminhadas sobre as particularidades, origem geológica, ciclos de vida, etc. dos locais que estão sendo visitados.

- *Le Luberon a bon goût* – Entre maio de 2001 e março de 2002, agricultores e donos de restaurantes do Luberon se associaram para compor, a partir de produtos orgânicos, um cardápio com características regionais, frescos e ecologicamente corretos, iniciativa que deverá incrementar a procura de turistas pela região. Nesse primeiro momento, 31 proprietários de restaurantes aderiram à idéia, estendendo a iniciativa de Cavaillon a Pertuis, passando por Apt e Manosque. Os cardápios são criados a partir de produtos certificados pela AB. Estudos do Ministério da Agricultura da França estimam que a iniciativa poderá propiciar um aumento de 30% de empregos ao longo da “cadeia produtiva”, principalmente na agricultura, que com o cultivo de orgânicos é obrigada a se utilizar de mão-de-obra mais intensiva.
- *Le Luberon en vélo* – Dois grandes itinerários foram demarcados para os cicloturistas. O primeiro deles corta o território do Parque de leste a oeste, cobrindo aproximadamente 100 km e o segundo, concluído em 2001 dá uma grande volta de 230 km entorno do Luberon.
- *Os gîtes Panda* – Os gîtes são hospedagens que, geralmente se encontram no meio rural. Neste caso, a WWF, os *Gîtes de France* e o PNRL, em parceria, criaram um guia dedicado exclusivamente a esse tipo de hospedagem no território do Luberon. Nele estão catalogados os *gîtes* que oferecem hospedagem de qualidade, em um meio ambiente preservado, e com possibilidades para turistas desenvolverem atividades culturais e, principalmente, esportivas no meio natural.

Desenvolvimento

- *Contrat de plan État-Région* – Quando, em 1998, o Primeiro Ministro da França anunciou a decisão de atribuir aos futuros contratos de *plan État-Région* um desdobramento territorial, os parques, da mesma forma que as

aglomerações e outras formas de arranjos territoriais, passaram a ser alvos desse programa. O PNRL assinou oficialmente seu documento em dezembro de 2001. Duas questões centrais balizam o contrato: como acompanhar o desenvolvimento de uma urbanidade rural, e como a qualidade do patrimônio, a qualidade de vida e do meio ambiente podem ser um fator de desenvolvimento econômico. O orçamento do programa é de € 8,4 milhões.

- *Marché Paysan* – É uma marca registrada do PNRL e visa beneficiar os produtores locais, estimulando-os a venderem seus produtos. Sendo assim, todo tipo de revenda é proibida. Nestas feiras podem ser encontrados legumes, verduras, frutas, flores, vinhos, confeitos, sucos de frutas, mel, queijos, embutidos, sabonetes, aves, etc. A qualidade, os preços e a origem dos produtos são controlados pela associação dos produtores, que dirige a feira. Os seis *Marchés Paysans du Luberon* estão localizados em: Apt⁵¹ (de maio a novembro), Cadenet (de maio a novembro), Pertuis (o ano todo), Coustellet (na comuna de Maubec, de maio a novembro), La Tour d'Aigues (de maio a novembro) e Saint-Martin-de-la-Brasque (de maio a novembro).
- *Le Pôle d'Économie du Patrimoine* – Com o nome de “*Ocres, argiles et pierres du Luberon, de la transformation à la valorisation des ressources minérales*”, o PNRL, em colaboração com a DATAR, começou a organizar, em 2001, seu pólo de economia do patrimônio (PEP). A área enfocada está localizada a noroeste do Parque, junto à comuna de Roussillon, antiga área de exploração de pigmentos originários de suas jazidas de ocre e que hoje, devido aos pigmentos sintéticos, vive forte decadência econômica. Como foi visto anteriormente, um PEP destina-se à promoção de projetos locais de desenvolvimento, a partir da valorização do patrimônio. No atual momento, realiza-se um diagnóstico geral, e para o ano de 2002 estão em curso as seguintes atividades: uma análise do patrimônio, dos projetos turísticos e

51 Notou-se no trabalho de campo que o *Marché Paysan* de Apt é muito pouco dinâmico, tendo somente pouco mais de uma dezena de barracas, alguns compradores e pequena variedade de produtos. Por outro lado, o localizado em Coustellet é muito grande, dispondo de uma grande variedade de produtos e é visitado semanalmente por centenas de turistas.

- culturais que já são desenvolvidos; um levantamento das pesquisas, das transmissões de *savoir* e do *savoir-faire* que vêm sendo feitas na região; localização dos atores econômicos e sinergias existentes; levantamento da vida social e manifestações populares e, finalmente, a elaboração de um programa de ação para os próximos anos. O Estado financia a criação do PEP com € 57.170.
- *Réserve de la Biosphère* – Entendendo que suas três cartas (1977, 1987, 1997) tinham o desenvolvimento sustentável como objetivo, mas desejoso de melhorar suas ações em relação à pesquisa científica, à educação e à informação e participação do público e da população local, o PNRL solicitou sua adesão à rede de Reservas da Biosfera, da UNESCO. Em 1996, o Parque tornou-se um associado da rede e o ano de 2001 marcou uma maior aproximação a outras reservas da biosfera, como as dos Oásis do Sul do Marrocos, objetivando a troca de experiências e o financiamento – por parte do PNRL - de um estudo relativo ao conhecimento e reabilitação de técnicas tradicionais de coleta de água em ambientes semi-áridos.

Científico

- *Courrier Scientifique* – Desde 1997, o PNRL publica, anualmente, uma revista científica com *papers* de pesquisas realizadas naquele território. O *Courrier* é dividido em áreas temáticas, como ciências do homem e ciências naturais. Em uma outra seção estão contidas as pesquisas em andamento.
- *Le centre de sauvegarde de la faune sauvage* – Como o próprio nome sugere, este local é destinado à proteção de animais ameaçados pelas atividades humanas ou que se encontram doentes. No ano de 2001 o hospital para animais doentes foi visitado por 35 classes de estudantes de nível fundamental da região do Parque. Ali, as crianças, além de conhecerem as dependências do hospital, visitaram uma exposição sobre as aves de rapina da região.

- *Programme vautour percnoptère* – O PNRL é responsável pelo projeto de reprodução em cativeiro do *Vautour percnoptère* na França, em colaboração com uma missão do *Fonds d'intervention pour les rapaces* e com a *Union nationale des centres de sauvegarde de la faune sauvage*. Em conjunto, lançaram um apelo a todos os jardins zoológicos e *centres de sauvegarde* da França, da Europa e do norte da África, requisitando o empréstimo a quem tivesse esses animais à disposição. O objetivo é criar um estoque de reprodutores na França e contribuir com o programa de restauração da espécie. O programa tem um custo de € 2.700, é financiado pelo Estado-região (no programa de gestão de ambientes sensíveis) e pelo programa Leader II, da União Européia.

Patrimônio arquitetônico

- *Murailleurs de la pierre sèche* – Este projeto tem como objetivo popularizar o antigo *savoir-faire* de restauração e construção de muros de pedra (na região são conhecidos como *pierre sèche*), que hoje se encontra quase esquecido. Os estudos conduzidos paralelamente ao programa de popularização desse conhecimento já possibilitaram uma normatização dessa técnica e das construções, permitindo otimizar o seu dimensionamento a fim de barateá-los.
- *Sauvegarde et mise en valeur du petit patrimoine rural* – O programa, em um primeiro estágio, visou recensear o patrimônio rural de pequenas dimensões. Em um segundo momento, o programa fará a valoração e a conservação deste patrimônio, de acordo com o mercado, com a propriedade rural onde o mesmo se encontra e com a possibilidade de sua restauração gerar empregos na região. Na primeira parte do programa, todas as comunas do Parque foram recenseadas, somando um total de 2.350 edifícios avaliados.
- *Opérations communales* – Trata-se de um vultoso programa de recuperação do patrimônio arquitetônico de cinco conjuntos existentes no

Parque, teve início em 2000 e tinha previsão de entrega no primeiro semestre de 2002. O montante de tal operação é de € 3.056.900.

Agricultura

- *Les contrats territoriaux d'exploitation* (CTE) – Em 2000, dois contratos foram firmados no território do Parque. O primeiro era sobre a criação consorciada de pequenos animais e o segundo enfocava a viticultura e as cerejas destinadas à indústria. Desde então, os produtores passaram a firmar individualmente seus contratos. Em 2001, o Parque passou a contribuir e a ajudar na propagação dos contratos individuais; a participar das formações e organização das câmaras de agricultura no *comité départemental d'orientation agricole* e nos *comités techniques départementaux*; a fornecer apoio ao pastoreio com o auxílio do *Centre d'études et de réalisations pastorales Alpes-Méditerranée* (CERPAM). Desde então, 50 contratos individuais foram firmados, com uma forte coerência territorial do ponto de vista pastoral, a partir dos quais os pecuaristas passaram a explorar parcelas de terra de seus vizinhos. No início de 2002, aproximadamente 100 produtores manifestaram o desejo de realizar um CTE.
- *Association de promotion du raisin de table du Luberon* – No começo do ano de 2001, a cooperativa Vitifruits, a *Société d'intérêts collectifs agricole des fruits du Luberon* (SICA) e o *Syndicat des Coteaux du Luberon* uniram suas forças para criar uma associação de promoção do *terroir* do Luberon, cujo primeiro objetivo é a promoção da uva de mesa do Luberon. Ainda em 2001, com a ajuda do PNRL e da Região da Provence-Alpes-Côte d'Azur, a associação registrou três marcas no *Institut national de la propriété industrielle*, promoveu seus produtos por meios publicitários de revistas especializadas e participou do salão “*Fruits Logistica*” em Berlim.

Caracterização demográfica

A dinâmica demográfica desse território não é estável, como parecem sugerir os números, e sofreu profundas transformações nas últimas três décadas. Segundo o professor do instituto de geografia da Universidade de Provence, Jean-Michel Spill (2001), a variação populacional entre os anos de 1975 e 1999 aponta que a população das comunas do perímetro do PNRL aumentou quase 40% (tabelas 1 e 2), isto significou passar de uma densidade de 61 para 85 hab/km².

Tabela 1: População do departamento de Vaucluse nos últimos recenseamentos

Ano do recenseamento	População
1936	245 508
1946	249 838
1954	268 318
1962	303 536
1968	353 966
1975	390 446
1982	427 343
1990	467 075
1999	499 685

Fonte : INSEE, 2000

Tabela 2: População do departamento dos Alpes-de-Haute-Provence nos últimos recenseamentos

Ano do recenseamento	População
1936	85090
1946	83354
1954	84335
1962	91843
1968	104813
1975	112178
1982	119068
1990	130883
1999	139561

Fonte: INSEE, 2000

Este fenômeno, cuja fase pioneira e mais pontual remonta aos anos 1960, constitui uma ruptura radical com a letargia rural na qual estava mergulhado o

Luberon, principalmente em sua região sul. Esta nova fisionomia inscreve-se, por sua vez, na renovação geral das regiões mediterrâneas e na lógica periurbana, sendo sucedida pela lógica metropolitana, impulsionada por Marselha e Aix-en-Provence (conjunto de figuras 1).

Hoje, nota-se que comunas como Lauris, Dauphin, Villelaure, Saint-Martin-les-Eaux, Villeneuve e La Bastidonne registram uma dinâmica demográfica explosiva (tabelas 3 e 4). Por outro lado, pequenos vilarejos como Vaugines ou La-Motte-d'Aigues, que estavam declinando (demograficamente) entre 1968-1975, hoje estão em pleno renascimento. Este crescimento, segundo Spill (2001), deve-se, exclusivamente, aos vigorosos fluxos migratórios, uma vez que o crescimento natural da grande maioria destas comunas é quase sempre negativo.

Conjunto de figuras 1

O território do Parque no contexto do movimento demográfico francês

Fonte: <http://www.parcduluberon.fr/atlas/atlas/index.htm>

Tabela 3: População das comunas dos Alpes-de-Haute-Provence

Comunas	1982	1990	1999	Crescimento.		
				Entre 82 e 1990	Entre 90 e 1999	Entre 82 e 1990
Aubenas-les-Alpes	59	51	62	-13%	+21%	+10%
Céreste	862	950	1047	+10%	+10%	+21%
Dauphin	469	685	796	+46%	+16%	+70%
Manosque	18717	19105	19607	+2%	+2,6%	+4,7%
Montfuron	156	151	168	-3%	+11%	+7,6%
Montjustin	47	54	60	+15%	+11%	+27%
Oppedette	62	40	56	-35%	+40%	-9,6%
Pierrevet	2575	2913	3284	+13%	+13%	+27%
Reillanne	888	1197	1339	+35%	+12%	+51%
Revest-des-Brousses	151	151	203	0	+34%	+34%
Saint-Maine	416	528	668	+27%	+26%	+60%
Saint-Martin-les-Eaux	33	68	104	+106%	+53%	+215%
Saint-Michel-l'Observatoire	715	844	905	+18%	+7%	+26%
Sainte-Tulle	2760	2855	3059	+3%	+7%	+11%
Vachère	172	212	257	+23%	+21%	+49%
Villemus	83	99	112	+19%	+13%	+35%
Villeneuve	1733	2516	2978	+45%	+18%	+72%
Volx	2189	2534	2701	+16%	+6,5%	+23%

Fonte: INSEE, 2000

Tabela 4: População das comunas de Vaucluse

Comunas	1982	1990	1999	Crescimento		
				Entre 82 e 1990	Entre 90 e 1999	Entre 82 e 1999
Apt	11499	11534	11160	+0,3%	-3,2%	-0,29%
Ansouis	613	892	1036	+45%	+16%	+69%
La Bastide-des-Jourdans	599	808	964	+35%	+19%	+61%
La Bastidonne	382	504	675	+32%	+33%	+77%
Beaumettes	206	220	192	+6,7%	-13%	-6,8%
Beaumont-de-Pertuis	660	787	934	+19%	+19%	41%
Bonnieux	1387	1423	1428	+3%	+0,3%	+3%
Buoux	103	118	112	+14%	-0,5%	+9%
Cabrières-d'Aigues	427	532	650	+24%	+22%	+52%
Cadenet	2641	3226	3878	+22%	+20%	+47%
Caseneuve	242	313	356	+29%	+14%	+47%
Cavaillon	20619	23103	24572	+12%	+6%	+19%
Cheval-Blanc	3377	3030	3524	-10%	+16%	+4%
Cucuron	1411	1625	1792	+15%	+10%	+27%
Gargas	1871	2880	2924	+58%	+44%	+56%
Gordes	1605	2028	2089	+26%	+3%	+30%
Goult	1110	1281	1279	+15%	-0,1%	+15,2%
Grambois	709	905	1111	+27%	+23%	+57%
Joucas	210	258	317	+23%	+23%	+51%
Lacoste	309	401	404	+29,7%	+0,7%	+30,7%
Lagarde d'Apt	40	32	26	-20%	-19%	-18%
Lauris	1813	2573	3106	+42%	+21%	+71%
Lourmarin	857	1111	1116	+30%	+0,4%	+30%
Maubec	973	1201	1581	+23%	+31%	+62%
Ménerbes	1027	1118	1011	+8,8%	-9,5%	-1,5%
Mérindol	1221	1524	1795	+25%	+18%	+47%
Mirabeau	458	766	907	+67%	+18%	+98%

Murs	334	391	415	+17%	+0,6%	+24%
Oppède	1015	1121	1224	+10%	+0,9%	+20%
Pertuis	12483	15793	17823	+26%	+13%	+43%
Peypin-d'Aigues	307	384	473	+25%	+23%	+54%
Puget	332	475	590	+43%	+24%	+78%
Puyvert	296	434	541	+46%	+24%	+83%
Robion	3199	3419	3845	+0,7%	+12%	+20%
Roussillon	1315	1166	1162	-11%	-0,3%	-11,6%
Rustrel	541	633	609	+17%	-0,4%	+12,5%
Saignon	920	1019	998	+10,7%	-2%	+8,4%
Saint-Martin-de-Castillon	527	526	559	-0,02%	+6%	+6%
St-Martin-de-la-Brasque	378	517	656	+37%	+27%	+73%
Saint-Saturnin-lès-Apt	1744	2148	2341	+23%	+9%	+34%
Sannes	103	131	168	+27%	+28%	+63%
Taillades	1501	1644	1793	+9%	+9%	+19%
La Tour-d'Aigues	2448	3332	3861	+36%	+16%	+58%
Vaugines	255	325	466	27%	43%	+83%
Viens	402	458	491	+14%	+7%	+22%
Villars	559	626	686	+12%	+9%	+23%
Villelaure	1479	2133	2921	+44%	+37%	+97%
Vitrolles-em-Luberon	82	90	99	+10%	+10%	+21%

Fonte: INSEE, 2000.

Uma das causas desse grande crescimento remonta aos anos 1970, época em que o Luberon passou a ser conhecido por toda a França como uma região composta, principalmente, por suntuosas residências de fim de semana. Segundo Marty (2002), desde então, (...) “todo mundo pôde sonhar com as fotos de residências secundárias ostentosas, ocupadas por personalidades do *show business*, da política ou das finanças”. Afirma, ainda, que este processo de evidência em todas as mídias fez com que houvesse um aumento da especulação imobiliária na região. Como se observou no item “A gênese do Parque”, essa grande pressão imobiliária foi um ponto focal para o processo de criação do PNRL.

Quais seriam as causas desse impressionante dinamismo populacional vivido, até os dias atuais, no Parque? Segundo depoimento de seu antigo diretor, Jean-Louis Joseph, 60% dos habitantes do Luberon de hoje não se encontravam lá há 20 anos. Todavia, apesar do intenso deslocamento de população adulta, profissionalmente estabelecida, parece existir uma grande preocupação, por parte da população em geral e dos funcionários do Parque, em relação ao êxodo de jovens. Estes dirigem-se, principalmente, para os grandes centros regionais, como Marselha e Aix-en-Provence, apesar da não

disponibilidade de dados secundários que confirmem estas afirmações. Atualmente, faz-se um grande esforço para se encontrarem meios de manter esta parte da população na região.

O incremento populacional vivido pelo Luberon é resultado de uma mescla entre o processo clássico de periurbanização (vivido até meados 1982) e o processo de metropolização turística, vivido mais recentemente (SPILL, 2001). Segundo este professor do instituto de geografia da Universidade da Provença, o crescimento também acelerado da PEA exprime toda a força de uma metropolização que repousa nos deslocamentos cotidianos, estes cada vez mais intensos, que eram essencialmente centrípetos nos primeiros tempos, em direção a Aix/Marselha, mas que são mais complexos hoje em dia⁵². Ou seja, se, no princípio do processo, o Luberon abrigava basicamente um vasto contingente de residências de fim de semana, pode-se dizer que hoje uma grande parte desses imóveis se transformou em primeiras residências.

Este processo torna-se ainda mais intenso se a região sul do Parque for isolada (tabela 5). Esta parte do Luberon, segundo Spill, era tradicionalmente ligada ao repouso e ao lazer das populações do aglomerado Marselha/Aix. Entretanto, hoje em dia, as segundas residências não mais representam os 16% do total computado em 1990. Seu número reduziu-se para 13%, em 1999, e a causa apontada por ele é a transformação dessas segundas residências em primeiras, uma vez que na medida em que a população proprietária desses imóveis foi envelhecendo, foi também se mudando para esta região (conjunto de figuras 2).

52 BAUDRY *et alii* (1999) em pesquisa realizada em 1998, notaram que o movimento para as segundas residências começava a tomar novos contornos em algumas comunas do Luberon. Ou seja, esse segundo ponto de fixação, devido ao avanço tecnológico dos meios de comunicação, tornava-se também um segundo local de trabalho. Diante da presença ou não do teletrabalho, de maneira geral, estes exercem profissões liberais e usam suas segundas residências como local de descanso mas também como um retiro tranquilo e silencioso onde podem ser desenvolvidas e aprofundadas algumas de suas obrigações profissionais, como relatórios e pesquisas. Essa tranquilidade mencionada é mais fácil de se encontrar nos períodos de baixa temporada turística.

Conjunto de figuras 2

A estrutura etária da população do Parque e sua evolução

Fonte: <http://www.parcduluberon.fr/atlas/atlas/index.htm>

Baudry *et alii* (1999) notaram que no universo das segundas residências são ativos, a maioria de seus proprietários nas comunas de Bonnieux (75%), Lacoste (60%) e Ménerbes (75%), tendo em média 56 anos de idade. Este mesmo *paper* ainda revela que os elementos atrativos que levam os “residentes secundários” a se instalarem no Luberon são: qualidade de vida; beleza cênica; clima agradável e o “oásis” de silêncio, pela ordem de resposta.

Ainda é possível identificar que a maioria dos residentes das segundas residências têm origem nas metrópoles do norte da França e da Europa. Estes consideram que os elementos que conferem a boa qualidade de vida “*Luberonnaise*” são bastante frágeis e, dessa forma, devem ser objeto de políticas de proteção. Por esta razão, os mesmos têm consciência e freqüentemente participam da vida política do Parque e de associações ambientalistas (BAUDRY *et alii*, 1999).

Tabela 5: **Evolução demográfica do perímetro do Parque**

	Nº de comunas	Nº de habitantes				Variação do conjunto		Variação por sub-período					
		1999	1990	1982	1975	1975-1999	%	1990-1999	%	1982-1990	%	1975-1982	%
Sul do Luberon	23	46627	39666	30450	25488	21139	82,9	6961	17,5	9216	30,3	4962	19,5
Outras áreas do Vaucluse	33	66176	63874	57076	53226	12950	24,3	2302	3,6	6798	11,9	3850	7,2
Alpes Haute-Provence	20	38460	35781	32882	30429	8031	26,4	2679	7,5	2899	8,8	2453	8,1
Total	76	151263	139321	120408	109143	42120	38,4	11942	8,6	18913	15,7	11265	10,3

Fonte: Baudry *et alii*, 1999

As preferências em relação às segundas residências (e prováveis futuras primeiras residências) expressam-se por meio do gosto pelo antigo⁵³. Mais da metade delas foram compradas e renovadas, respeitando-se o aspecto original (BAUDRY *et alii*, 1999). Se há alguns anos os compradores interessavam-se unicamente por velhas sedes de propriedades rurais em ruínas, para em seguida restaurá-las, estas são raras hoje em dia, e os novos pretendentes devem contentar-se com as já renovadas. Assim, a procura por residências em bom estado constitui um fator de elevação dos preços residenciais na região, uma vez que a maioria das antigas residências já foi restaurada.

A dinâmica apresentada, contudo, oculta a estagnação da oferta de residências secundárias e mesmo de primeiras residências nos últimos 13 anos. Por outro lado, a demanda por estas parece não se estabilizar. Baudry *et alii* (1999) notaram que, em razão dessa pressão de demanda, os preços dos imóveis no Luberon vêm se inflacionando e operando uma transformação radical no perfil de seus proprietários nos últimos anos⁵⁴. Segundo as autoras, a tendência é o desaparecimento gradual de proprietários franceses originários da região da Provence-Alpes-Côte-d'Azur, em detrimento de novos residentes de maior renda, provenientes de Paris ou de outros países (tabela 6).

53 Em observações feitas no trabalho de campo, notou-se que alguns pequenos vilarejos, muito deteriorados e na iminência do abandono, foram completamente restaurados por seu novos proprietários e ganharam um novo "fôlego".

54 Essa tendência foi confirmada pelos informantes, no trabalho de campo, também para as outras comunas não abarcadas na pesquisa de Baudry *et alii* (1999).

Tabela 6: Origem geográfica dos proprietários de residências secundárias nas comunas de Lacoste, Ménerbes e Bonnieux (em 1998)

Local de residência	Lacoste		Ménerbes		Bonnieux	
Paris e região	26	24,1%	74	37,4%	101	42,8%
Province (exceto PACA ⁵⁵)	21	19,4%	31	15,7%	24	10,2
PACA (exceto Vaucluse)	30	27,8%	21	10,6%	46	19,5%
Sub – total França	77	71,3%	126	63,7%	171	72,5%
Grã-Bretanha	5	4,6%	21	10,6	15	6,3%
Alemanha	8	7,4%	8	4,0%	13	5,5%
Suíça	8	7,4%	12	6,1%	11	4,7%
Bélgica	4	3,7%	10	5,0%	11	4,7%
Outros países da EU	4	3,7%	7	3,6%	6	2,5%
Estados Unidos	2	1,9%	8	4,0%	6	2,5%
Restante do Mundo	0	0,0%	6	3,0%	3	1,3%
Sub-total estrangeiro	31	28,7%	72	36,3	65	27,5%
TOTAL	108	100%	198	100%	236	100%

Fonte: Baudry *et alii*, 1999

Informações colhidas em campo reforçam a conclusão de que o inflacionamento dos preços das residências do território do PNR do Luberon é um dos fatores de emigração dos jovens da região. O pequeno grupo de jovens, em comparação aos outros grupos, é claramente observável na pirâmide etária organizada pela equipe técnica do PNRL, exposta no conjunto de figuras 2.

O ano de 2002 foi fortemente marcado por reuniões e tentativas de se estabelecer uma política para amenizar a falta de imóveis para locação e moradia, dispostos no mercado. Marty (2002) aponta várias iniciativas e projetos, que poderiam ser desenvolvidos, na tentativa de se aumentar esta oferta. Entretanto, os mesmos ainda precisam de maiores estudos e esforços concentrados, uma vez que os projetos feitos até hoje proporcionaram um aumento muito pequeno e insatisfatório da oferta de imóveis para aluguel.

Enfim, de acordo com o depoimento do antigo diretor PNR do Luberon, Jean-Louis Joseph, a grande preocupação hoje é o mercado imobiliário. Sendo

assim, o Parque possui uma política de preservação das terras agrícolas e de aumento da oferta de imóveis nos núcleos urbanos das comunas. Esta também ajuda na melhoria das condições de habitabilidade dos imóveis residenciais nos vilarejos, com o objetivo de contribuir para a fixação de seus jovens. A mesma consiste na renovação das construções, na disponibilização de imóveis para locação, etc.

Agricultura, serviços e indústria.

O número total de empresas do PNRL é, antes de qualquer coisa, caracterizado pela importância do setor terciário, que por sua vez é reflexo de uma tendência geral nacional e regional. Segundo Chiffolleau e Bertrand (2000), em 1999, 40,9% das empresas eram do setor de serviços e 24,7 % eram ligadas ao setor do comércio. A outra característica é que a maioria delas são pequenas: 80 % delas têm menos de 5 empregados (estes números aumentam para 90 % nas empresas do setor da construção civil, hotéis, bares e restaurantes).

De acordo com estes autores, em Apt empresas de confeitos representavam ainda 46 % dos empregos em 1996 (mesmo tendo perdido grande parte de sua importância em nível nacional). Ao mesmo tempo em que as empresas de confeitos perdiam sua importância no emprego da mão-de-obra local, o setor terciário solidificou sua predominância e criou mais postos de trabalho.

Entre 1990 e 1996 o setor terciário incrementou-se consideravelmente, com destaque para o comércio, os serviços privados e o turismo, que por exemplo, constitui uma atividade maior sobre o território do Parque. Em 1998 a sua capacidade de acolhida estava estimada em 55.000 leitos (segundo o

recenseamento comunal de 1998), cujos 70% eram fornecidos pelas residências de fim de semana. O restante, ou seja 16.600 leitos, estava ligado à recepção coletiva (4.346 leitos) em hotéis e residências turísticas, à recepção no campo (*à la ferme*) e campings (8.200 leitos).

Ainda Chiffolleau e Bertrand (2000) conseguiram precisar a natureza dos laços que vinculavam o empreendedor ao Parque e o grau de escolaridade que os mesmos possuíam (tabelas 7 e 8). Estes números podem revelar a importância da universalização da educação e, principalmente, dos cursos técnicos, além de confirmarem que os laços sentimentais e de afinidades são fundamentais nos processos de territorialização, como é o caso do Parque Natural Regional do Luberon.

Tabela 7: Nível de formação dos empreendedores do PNRL.

Formação⁵⁶	Número	%
Niveau brevet	4	5,9
Formation "sur le tas"	11	14,4
Enseignement secondaire	5	6,5
Apprentissage, formation technique	30	39,0
Enseignement supérieur court	12	15,7
Enseignement supérieur long	13	16,9
Sem resposta	2	2,6
Total	77	100,0

Fonte: pesquisas EMASE, 2000

56 Equivalência aproximada proposta pelo autor, respectivamente: Niveau brevet/Ensino fundamental; Formation "sur le tas"/Formação técnica informal; Enseignement secondaire/Ensino Médio concluído ou não; Apprentissage, formation technique/Nível técnico; Enseignement supérieur court/Formação universitária curta; Enseignement supérieur long/Formação universitária longa.

Tabela 8: Vínculos locais anteriores do empreendedor com o território do PNRL

Vínculo com o Luberon	Número	%
Nasceu no local	14	12,1
Cresceu ali	29	25,1
Foi o local de sua escolaridade	2	1,7
Foi seu local de férias	4	3,5
Trabalhou na região	10	8,6
Foi o local de sua aposentadoria	1	0,9
Possuía vínculos familiares	35	8,9
Outros	10	8,6
Sem qualquer vínculo	11	9,4
Total	116	100,0

Fonte: Chiffolleau e Bertrand (2000) *apud*, EMASE, 2000

O Luberon, como destino turístico muito procurado, é fortemente influenciado pelas características rurais da região: imagem do Parque, riqueza natural e arquitetônica⁵⁷. Entretanto, outras atividades econômicas, tais como a indústria agroalimentar e as de atividades terciárias, têm igualmente uma estreita ligação com o intenso dinamismo turístico.

A pesquisa qualitativa desenvolvida em campo e corroborada por Chiffolleau e Bertrand (2000), permite inferir que as famílias têm um papel importante na organização das empresas e no dinamismo das mesmas. Em 69 empresas pesquisadas, 87% de seus empreendedores declararam que possuem somente um estabelecimento (CHIFFOLLEAU e BERTRAND, 2000) e somente 9% das empresas correspondem a estabelecimentos secundários. Observou-se, em campo, que esta predominância de empresas independentes e familiares é verificada no conjunto dos diversos setores da economia. Ainda, deve-se levar em conta que estes empreendedores familiares são formados, em sua maioria (85%) por homens.

⁵⁷ Citadas como as principais razões de atração de turistas para a região do Parque, de acordo com o *Recensement communal* de 1998 (CHIFFOLLEAU e BERTRAND, 2000)

Pode-se dizer que há dois tipos básicos de empresas familiares no perímetro do Parque: as permanentes e as temporárias, que somente funcionam nos períodos de alta temporada turística. Nos dois grupos elas representam principalmente as menores empresas da região e no das temporárias seu vínculo se estabelece, quase que exclusivamente, com o turismo (nos pequenos hotéis, bodegas de vinhos, armazéns de azeite de oliva, pequenas lojas de lembranças, etc). Observa-se também que a maior parte delas foi criada para gerar auto-salários ou auto-empregos. Por outro lado, as maiores empresas estão concentradas nos setores agroalimentar, de serviços coletivos (de saúde e administração) e do comércio (hipermercados). Ainda chama a atenção o número considerável de empresas que têm sido criadas fora dos muros dos núcleos urbanos *Luberonnais* (tabela 9).

Tabela 9: Criações de empresas permanentes, por setores, no Parque do Luberon (totais de 1996, 97 e 98)

Localização e setores	Dentro dos núcleos urbanos	Fora dos núcleos urbanos	Número total
Indústrias	65,1 %	34,9 %	189
Construção civil	63,2 %	36,8 %	356
Setor Terciário	68,6 %	31,4 %	1838
Totais absolutos	1608	775	2383

Fonte: Chiffolleau e Bertrand (2000) *apud*, Insee Sirene 1996, 1997 e 1998.

A metade dos empreendedores não recebe qualquer ajuda no momento da criação de suas empresas, contraindo seus financiamentos de forma pessoal e sob a forma de empréstimos bancários não subvencionados. Os fundos ligados aos programas europeus, nacionais ou regionais são muito pouco mobilizados. Segundo Chiffolleau e Bertrand (2000) nenhuma empresa declarou ter sido beneficiada pelo programa LEADER. Assim, 40% das empresas representadas na pesquisa foram criadas com aportes de 50% ou mais de financiamentos pessoais e 28% dos empreendedores financiaram ao menos a metade dos fundos necessários pelos empréstimos bancários não subvencionados. Os

programas europeus ou nacionais, quando mobilizados, representam menos de 50% do financiamento à criação de empresas.

Todavia, apesar de certa independência na contratação de empréstimos, muitos empreendedores declararam que a intervenção de alguns programas nacionais de crédito é essencial no impulso inicial e na sobrevivência das empresas.

As vendas das empresas pesquisadas por Chiffolleau e Bertrand (2000) caracterizam-se pela debilidade em suas exportações: 91% das empresas destinam menos de 25% de suas vendas à exportação, números mais balanceados em nível nacional. Para 44% do total das empresas, o fundamental das vendas (mais de 75% delas) se faz no interior do PNRL e um pouco mais de um quarto das empresas têm mais de 75% de suas vendas direcionadas para fora do território. Um terço dos efetivos têm o essencial de suas vendas exportado em nível nacional. Uma forte proporção das vendas das empresas representadas na amostra é suprida, então, no interior do Parque.

Já quando se observa exclusivamente a agricultura, seu perfil não se delinea de forma tão dinâmica como a indústria ou os serviços. Depoimentos colhidos no trabalho de campo atestam uma certa nostalgia em relação ao tempo em que a atividade predominante da região era a agricultura e o pastoreio de caprinos e ovinos. Estes saudosos afirmam que “o Parque prestigia muito mais as atividades turísticas e a construção de residências de fim-de-semana, do que a agricultura”. Porém, estas mesmas pessoas não hesitam em admitir que hoje a situação sócioeconômica do território do Luberon é muito mais “saudável”, tendo-o tornado em um local melhor para se viver e criar os filhos.

Ainda com relação à agricultura, Jean-Louis Joseph informou que a equipe técnica do PNRL atualmente elabora uma política de preservação das terras agrícolas. Isso porque as residências de fim de semana são muitas vezes estruturadas na forma de chácaras de veraneio, fenômeno este que não é

desconsiderável e passa a pressionar e a reduzir muitas áreas voltadas à agricultura e ao pastoreio.

Por outro lado, outros informantes percebem que a agricultura no Luberon, principalmente na região de Apt, em muito se beneficiou da renovação dos pomares, principalmente os de cerejas, em virtude do renascimento das indústrias de confeitos e das novas indústrias de xarope de frutas. As vinhas, a mais importante atividade agrícola do Departamento do Vaucluse, também passam por um bom período, com a grande valorização dos vinhos *Côtes du Luberon* e, ao extremo norte, *Côtes du Ventoux*. Ambos os vinhos são produzidos em aproximadamente 50 vinícolas particulares e cooperativas, sendo grande parte delas certificadas pela *Appellation d'origine Contrôlée* (AOC). A produção anual é estimada em 160.000 hectolitros.

Além das vinhas e das frutas, o território do Parque é um grande produtor de lavanda, oliveira, plantas aromáticas como o timo, o alecrim, o manjerição e o orégano. Na pecuária, a criação de cordeiros, agora certificados, começa a renascer e a se incrementar.

O trabalho de campo ainda revelou que a animação em torno do fortalecimento do associativismo, proposta pela direção do Parque, é vista de maneira muito favorável pelos produtores. Eles entendem que o estreitamento das relações entre os agricultores da região estimula a reflexão sobre seus problemas e ajuda a buscar soluções para o que é considerado pior dos males, a saber: a diminuição sensível do número de agricultores nos últimos 10 anos. Dessa forma, os mesmos sentem-se confortados com a atuação política do Parque, estimulando a criação de cooperativas, sindicatos, associações, etc.

A imagem do Luberon rural e mediterrâneo evoca um turismo direcionado às atividades que os franceses costumam chamar de *à la ferme* [rurais]. Entretanto, a diversificação é uma das características mais importantes do turismo, principal atividade econômica do PNRL. Essa atividade é estruturada no Parque, sobretudo, para as caminhadas de aventura (*randonnée pedestre*),

cicloturismo, jornadas eqüestres (*randonnée equestre*), camping, *caravaning*⁵⁸, turismo geológico, turismo gastronômico, mas também o de massa, o artístico e o escolar.

Pluriatividade

A pluriatividade não parece ser recente no território do Parque, apesar da criação do mesmo ter propiciado um grande aumento e variedade de atividades, impulsionadas, sem dúvida alguma, pelo turismo e presença de residências e chácaras de fim de semana. Não é incomum que agricultores, paralelamente, exerçam atividades como as do funcionalismo público ou do magistério, proprietários de campings ou mesmo de pequenas pousadas. Todavia, o que mais chama a atenção é a profusão de pequenas camionetas e furgões que circulam pela região. Estes “transportam” pequenas empresas (geralmente de uma ou duas pessoas somente) de construção civil, pintura residencial, restauração especializada em patrimônio histórico, aquecimento residencial, colocação de gesso e de azulejos, etc.

Em um camping visitado na comuna de Robion, seu proprietário também possuía uma pequena pousada, era professor de tênis e cultivava comercialmente, em sua chácara, culturas de cereja, ameixa, pêssego e maçã verde. Já em outro camping da comuna de Mérindol, o casal de proprietários também administrava uma pousada rural e cultivava um vinhedo. Além disso, ela era enfermeira no hospital para idosos da região, enquanto ele tinha um furgão para carregar os materiais de sua atividade de pintura.

⁵⁸ *Caravaning* consiste no turismo feito com *motorhomes* ou *trailers*.

Os deslocamentos dos jovens

Como foi visto anteriormente, enquanto o território do Parque do Luberon, ano a ano, vem sendo incrementado com população idosa, há um processo concomitante de perda de jovens, principalmente daqueles que estão com idade de iniciar a vida do trabalho. Os depoimentos colhidos apontam que as comunas preferidas como destino são principalmente: Avignon, Cavaillon, Manosque e Apt.

Entretanto, o processo de deslocamento não parece ser tão simples como o tradicional esquema “rural $\Rightarrow$ urbano”. Observou-se que, desde o início da adolescência, esses meninos se dirigem a esses núcleos para cursar o ensino médio ou mesmo os níveis técnicos, que em pouquíssimas ocasiões estão disponíveis nas comunas menores. Para tanto, diariamente, uma linha privada de ônibus é disponibilizada pelo Estado para fazer o percurso das menores comunas para os centros urbanos locais. Assim, o que se notou é que os deslocamentos que teriam uma característica permanente e sem retorno, acabam não se configurando. Quando estes jovens concluem seus estudos nesses núcleos urbanos, ali mesmo encontram trabalho e continuam a fazer o mesmo deslocamento diário de outrora.

Os pais, por sua vez, não demonstraram ver esse processo como algo traumático. Muitos entendem que o deslocamento diário para núcleos urbanos próximos e mais estruturados é natural e um “mal menor”, diante da possibilidade de seus filhos emigrarem para a metrópole regional de Marselha ou mesmo Lyon ou para o centro regional de Aix-en-Provence. Sendo assim, reconhecerem que os laços não são quebrados, além de entenderem que o trabalho fora da comuna implica um aumento considerável da renda familiar. Finalmente, há que se dizer que uma não desprezível porção desses jovens,

ao final do ciclo escolar e com diplomas de nível técnico⁵⁹ em mãos, se empregam nas empresas de suas famílias.

O território Parque Natural Regional do Luberon

A missão de ordenamento do espaço da lei de 6 de fevereiro de 1992 (lei relativa à administração territorial da República), reconhece que os estabelecimentos públicos de cooperação intercomunal de comunas constituem um objeto novo de ordenamento, cuja competência é ainda pouco explorada pelas estruturas intercomunais. Naquele momento (1992), isso significou que, após uma década de políticas locais totalmente orientadas para uma abordagem econômica do desenvolvimento, foi necessário voltar-se às preocupações que eram de domínio dos *Schémas d'aménagement urbain* (SDAU), ou seja: a procura de uma maior coesão em matéria de ordenamento e de ocupação do espaço em escalas mais apropriadas (*bassins de vie*, *massifs*, *pays*, etc.) (POULLE, 1992).

Essa nova postura significou a consideração de questões como identidade, desenvolvimento de infra-estrutura, comunicação, futuro das atividades agrícolas, papel do meio ambiente, transformação de alguns espaços e, especialmente, preparação destes elementos para atividades de lazer e de turismo. Ou ainda, considerar as múltiplas escalas de intercomunalidade, de abordagem espacial e as dinâmicas que elas explicam como uma ferramenta fundamental para um grande número de regiões rurais.

Estas ferramentas serão ainda mais preciosas, na medida em que a problemática espacial obriga a se recorrer a técnicas intelectuais, instrumentos regulamentares e organização da autoridade – delegação de poder – que não poderiam se satisfazer de uma intercomunalidade de superfície. É, pelo menos,

59 Notou-se na pesquisa de campo que as profissões mais prestigiadas atualmente na região são: padeiro, ferreiro, pedreiro, marceneiro/carpinteiro e enfermeiro.

o que mostra a experiência desses poucos territórios que se comprometeram nessa via. A experiência do Parque Natural Regional do Luberon é um desses casos.

Segundo Poulle (1992) há 30 anos a cidadania *Luberonnaise*, de cujo vigor alguns hoje se queixam, não existia. Para os habitantes daquela região, assim como para os turistas de passagem, o nome Luberon nada mais era do que um maciço florestal que figurava nas cartas Michelin. Já hoje, este território tem um nome nacionalmente reconhecido, tendo recrutado “cabeças pensantes” e adquirido uma soberania, cuja legitimidade não mais se discute.

No momento de sua constituição, este parque foi acusado por muitos de ser o resultado de um projeto de sociólogos ou uma campanha inventada pelas populações urbanas para enganar os *paysans*. Além disso, os conhecedores do processo de sua criação alegavam que o Luberon foi algo inventado. Para Poulle (1992), esses críticos tinham razão, uma vez que o território é uma “obra” e não um dom caído do céu. Afinal, (...) “graças à vontade de alguns, uma designação geográfica tornou-se uma entidade antropológica”. Entretanto, a pesquisa desse autor mostra que estes “inventores” não vinham de fora do futuro território *Luberonnais* mas pertenciam ao meio local e eram alimentados pela experiência da Resistência, durante a II Guerra Mundial⁶⁰. As decisões fundadoras foram tomadas pelos habitantes rurais, na maior parte agricultores, que tinham concepções modernas e antecipadoras da agricultura, da propriedade da terra, do patrimônio, da ruralidade e do meio-ambiente.

A primeira idéia fundamental, sendo que a certificação do Luberon como um PNR não foi mais que a sua concretização, foi a de considerar a região como um conjunto territorial coerente, forjado pela natureza e pelos homens da microrregião do Maciço do Luberon e de suas planícies. Este perímetro não era rígido e, hoje em dia, nota-se que há uma discrepância entre sua circunscrição física e a administrativa. A área do Parque Natural Regional do Luberon é aquela envolvida em seu território de projeto, que vê o espaço natural como

60 O Vaucluse foi um importante foco da resistência durante a ocupação alemã da França.

patrimônio, um bem herdado a ser retransmitido após ter sido ampliado, melhorado e valorizado. Ou seja, este tipo de gestão intercomunal do espaço baseia-se, antes de tudo, na concepção teórica de espaço, na qual os valores econômicos não se reduzem a valores financeiros. Assim, as diferentes construções jurídicas ou administrativas adotadas desde a criação do Parque do Luberon representam um ponto de vista fundamental: a concepção de patrimônio.

Esta concepção é uma das principais razões que justificam tomar como exemplo de gestão intercomunal do espaço um território que se organiza sob a forma de PNR. Foi provavelmente esta certificação que permitiu que algumas comunas do território, sobretudo em seu período de implementação, conseguissem crédito do Estado ou créditos regionais específicos, linhas de financiamento que, por sua vez, constituíram um trunfo que tornou excepcional a iniciativa seguida pelo Luberon. Da mesma forma, há quem possa considerar que os fatores como o grau de insolação ou a cobertura da mídia em torno da presença no local, durante os meses de verão, das elites nacionais têm o papel, no caso do Luberon, de coringas que, paradoxalmente, invalidariam o caráter múltiplo de sua experiência. Esta conclusão não passa de um equívoco, já que cada um dos fatores que aparentam ser um trunfo também podem se tornar um defeito.

"Há vinte anos, sob o sol do que é o hoje o Luberon, a agricultura estava próxima da ruína. As parcas florestas mediterrâneas não constituíam mais que um recurso financeiro em vias de desaparecimento. O sol causava desconforto às idéias." (POULLE, 1992 :12)

A elite intelectual, entretanto, teve um papel positivo na gênese inicial desta imagem, já que não teria deixado de emigrar se a paisagem mudasse. Os meios financeiros específicos da certificação PNR tinham pouco peso em comparação ao clima hostil no qual crescia este projeto de invenção de um território.

Mesmo antes do nascimento do PNR do Luberon, seus *élus* já tinham uma visão de conjunto do território, delimitando, assim, os espaços a serem preservados ou as zonas de desenvolvimento agrícola ou mesmo urbano. Dessa forma, mesmo concordando com a afirmação de que o Luberon de hoje é uma invenção, não se pode deixar de considerar que ele também é o resultado de uma vontade e da luta específica contra a auto-estrada projetada para o maciço (cf. *A gênese do Parque*, in cap. 7).

Retoma-se a proposta dos *élus* que, naquele momento, já estavam se reunindo com a finalidade de discutirem a criação do PNR do Luberon. Segundo Poulle (1992), esta resposta foi, ao mesmo tempo, espacial e antropológica. Espacialmente, recusaram a livre circulação de automóveis sobre as pistas das florestas, assim como em suas cristas. Daí, pensou-se em um esquema de ordenamento implícito, ou seja, uma setorização rodoviária e a criação de áreas de preservação no entorno das comunas. Antropologicamente, buscou-se a manutenção de uma população demograficamente diversificada, que crescesse não só quantitativamente mas também qualitativamente, (pela elevação do nível de qualificação profissional) e variando suas atividades.

Acreditava-se que este novo pensamento poderia contribuir significativamente para a perenização da agricultura, amenizando as más conseqüências trazidas pelo turismo em massa. Neste sentido, o turismo no Luberon foi primeiramente concebido e focado para a recepção e atração de novas modalidades, que se firmavam naquele momento, como *randonnées* pedestres, eqüestres e outras formas de freqüência pouco impactantes aos espaços naturais, já muito combalidos.

A redação da Carta do Território do Parque Natural Regional do Luberon é, portanto, resultado da formalização dessas idéias discutidas pelos *élus* e, sendo assim, pode-se antever que o perímetro do Parque, particularmente, não foi traçado inopinadamente. Na história de vida das populações, o Luberon é um território que a geografia retalhou, o que quer dizer que muitos grupos de comunas estavam isolados do restante do mesmo, devido aos recortes do relevo e a sua rede hidrográfica. Assim, nos primeiros tempos de negociação,

as comunas situadas ao norte do rio Calavon (Viens, Rustrel, Gordes, etc.), não participaram das reuniões de preparação, mas esta demanda e a conseqüente adesão ocorreram da mesma forma quando notaram que algumas de suas comunas vizinhas já estavam em pleno processo de adesão. Percebe-se, daí, que este escalão de intercomunalidade, ou de *pays*, é levado a desempenhar um papel importante no futuro do Luberon.

Hoje, grande parte das idéias contidas nas primeiras discussões para formação do PNRL ainda está presente e vai além das determinações e dos objetivos específicos contidos na Carta. Todos os proprietários de residências de fim de semana entrevistados por Poulle, por exemplo, afirmaram participar da conservação das paisagens para a integração harmoniosa de suas residências. O mesmo autor aponta, em contrapartida, que a integração social desses moradores veranistas à vida local não parece ser muito intentada.

Ainda com relação à integração de seus moradores, nota-se a existência de diferentes níveis de participação entre a população local e os imigrantes nas tomadas de decisão. O significativo contingente de imigrantes espanhóis e suas famílias, alocados na construção civil e na colheita de frutas em algumas poucas explorações, assim como os peões do Parque do Pantanal, estão alheios às discussões em torno do PNR do Luberon. Estes, por motivos desconhecidos, não participam das discussões relativas ao Luberon, alienação que também pôde ser observada nos trabalhadores magrebinos. Wisner-Bourgeois (2002) já havia notado distintos níveis de participação entre aqueles que são de origem local, os imigrantes que se instalaram definitivamente na região e os imigrantes que buscam trabalho temporário.

Assim, não ouvir e não dar voz às idéias e aos anseios dos imigrantes, temporários ou não no universo das tomadas de decisões do arranjo territorial, levanta questões como a representatividade, legitimidade e mesmo consolidação da estrutura social ou a perpetuação das desigualdades ali existentes.

Os diferentes interesses dos grupos locais organizados também fazem parte do universo de conflitos presentes no Luberon. Dentre estes, destaca-se o existente entre as associações de *randonneurs* (andarilhos) e as associações de caçadores. O segundo grupo alega que os praticantes das caminhadas produzem muito ruído, afugentando os animais. Esta divergência de interesses, muitas vezes provoca atos de vandalismo, observados em trabalho de campo no Luberon, como placas indicativas de itinerários pedestres arrancadas ou destruídas. Diversos conflitos também se dão entre os interesses do setor do turismo, dos proprietários de residências de veraneio e alguns grupos de populações locais. Wisner-Bourgeois (2002) aponta que, enquanto estes territórios buscam soluções para alcançar o desenvolvimento, os turistas procuram exatamente o contrário. Ou seja, muitas vezes os turistas querem ver exatamente aquilo que as populações destes territórios almejam deixar para trás: modos tradicionais, atrasados e por isso muito penosos de se cultivar a terra, utilização de máquinas antigas, perigosas e com baixa produtividade, etc. Todavia, também é notável como o turismo nestes arranjos territoriais tem a capacidade de manter e incentivar antigas tradições quase mortas, alavancar a agricultura e estancar o êxodo rural.

Malgrado os problemas de participação nas tomadas de decisão e os conflitos de interesses, os PNR, *Pays D'Art et D'Histoire*, *Pôles D'Économie du Patrimoine*, *Pays*, dentre outras estratégias voltadas ao desenvolvimento de espaços rurais, são formas promissoras de se buscar o desenvolvimento através de ações que privilegiam a abordagem de cunho territorial. Os PNR, neste universo, têm como particularidade a busca por uma comunhão entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento.

Diante dos diversos exemplos citados no decorrer deste trabalho, e da compreensão do território relacionado aos espaços rurais, também se pode questionar sua inerência ou não em relação ao desenvolvimento. Em outras palavras, os processos de territorialização trazem, necessariamente, consigo a busca pelo desenvolvimento? Ou ainda: o território em si mesmo, e seus processos de construção, pode ser compreendido como uma estratégia de

desenvolvimento para os espaços rurais? Este não chega a ser de todo um questionamento novo: Benko (2001b) afirma que, na encruzilhada entre a reflexão feita sobre os distritos industriais e a abordagem evolucionista sobre a difusão de trocas técnicas, surge uma outra abordagem que considera o território como o próprio meio inovador. Esta possibilidade vem, recentemente, sendo desenvolvida pela equipe europeia GREMI (*Groupe de recherche européen sur les milieux innovateurs – Association Philippe Aydalot*). Inicialmente, eles se perguntaram quais seriam as condições exteriores necessárias para o nascimento das empresas e para a adoção de inovação. Os pesquisadores consideraram que as empresas não pré-existem ao meio local, mas são “secretadas” por ele. Assim, o passo seguinte seria procurar teorizar as diferentes formas de interdependência que se tecem no território e intervêm no desenvolvimento tecnológico, incorporando elementos muito variados. Observa-se, contudo, que esta abordagem não se direciona à grande parte dos arranjos rurais, principalmente prestadores de serviços, que serviram de exemplo para ilustrar este trabalho.

CONCLUSÕES

A nova abordagem territorial, como estratégia de desenvolvimento de regiões rurais, desenvolvida na França e também amplamente estimulada pela UE através dos desdobramentos de sua Política Agrícola Comum (PAC), vem abrindo novas perspectivas em relação ao desenvolvimento de regiões rurais deprimidas. No Brasil, para que esta abordagem tenha maior alcance, há que se vencer algumas barreiras, principalmente em relação às velhas resistências aos enfoques territoriais, em favor dos enfoques setoriais. Além disso, o território deve, desde já, ser visto como caminho para se pensarem novos arranjos institucionais que visem promover o desenvolvimento de regiões rurais. Neste sentido, apesar das dificuldades, criação recente e ainda poucos resultados alcançados, o Parque Natural Regional do Pantanal se constitui em uma experiência diferenciada de desenvolvimento, voltada a esses espaços. Esta peculiaridade se dá pela forma como seus problemas são abordados, uma vez que, em vez de se direcionarem as energias, exclusivamente, à decadente pecuária extensiva, preferiu-se repensar o Pantanal como um todo, incluindo-se as possibilidades de dinamizá-lo.

Para o futuro, dentre as diversas contrariedades a serem enfrentadas para a consolidação deste Parque, destaca-se, particularmente, o problema da não contigüidade. Ou seja, observa-se que o PNR do Pantanal é formado por um mosaico de fazendas que muitas vezes não se avizinham em relação aos seus limites. Poderia ser este um empecilho ao estímulo e às vantagens colhidas nas relações de proximidade? Santos (2002) chama a atenção para os limites e restrições da compreensão que, nos dias atuais, se faz das relações de proximidade em relação às distâncias. Segundo o geógrafo, a proximidade se relaciona à contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Neste ambientes, nota-se que o cotidiano é compartilhado entre as

mais diversas pessoas, firmas e instituições. Mesmo diante dos notáveis avanços dos sistemas de comunicação, o contato direto, “frente a frente”, continua a ter um apelo insubstituível. Dessa forma, somente o passar dos anos trará alguma possibilidade de se analisarem os efeitos que esta descontinuidade pode produzir no Mato Grosso do Sul, ou se neste período ter-se-ão estabelecido outras maneiras de lidar com esta característica particular.

Ainda em relação ao incerto futuro do PNR do Pantanal, nota-se que seu orçamento depende imensamente de verbas de diferentes origens, mas com insignificante participação interna. Em outras palavras, a construção e manutenção do Parque se estruturam por meio do repasse de polpudas verbas oriundas do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e, principalmente, da Federação de Parques Naturais Regionais da França. Na Europa, hoje, entende-se que a saúde de um PNR depende do quão independente ele é do auxílio estatal. Ora, se no caso brasileiro a evolução do “arrebanhamento” dos fazendeiros em torno da idéia de um parque natural regional ainda se mostra muito frágil, a autonomia econômica do mesmo só pode ser considerada meta de longo prazo, já que há, primeiramente, a necessidade de se criarem meios próprios de auto-financiamento.

Chama também a atenção o fato do Brasil apresentar uma estruturação de sua administração pública muito distinta da francesa. Os PNR, assim como outros exemplos de estratégias de dinamização rural com características territoriais, se desenvolvem a partir de um universo de descentralização crescente. A história destes arranjos nos remete à evolução que o ordenamento do território feito na França viveu desde o pós-guerra. De um planejamento centralizado, passou-se gradativamente à delegação de poderes e decisões feitas nos mais diversos níveis da administração pública, o que, na base da hierarquia administrativa, foi efetivando uma nova maneira de pensar. Esta, por vezes, solidifica um caráter isolacionista, amalgamador do *status quo* e das desigualdades que já imperavam em algumas regiões. Entretanto, em muitas ocasiões, observa-se um animador processo de mobilização dos atores sociais em torno da construção de um projeto que abarque um território em questão.

Ali, além das ferramentas disponibilizadas pelo Estado para a construção de projetos, como os contratos, as certificações, as leis, as cartas, etc., estão presentes sentimentos de pertencimento, de solidariedade, de afeição à natureza. Portanto, há que se levar em conta as dificuldades encontradas no velho continente, assim como a capacidade de se reconhecerem as peculiaridades existentes nos dois países. Se estas características forem desprezadas e o modelo francês for simplesmente importado, corre-se o grande risco de se verem malogrados estes enormes esforços de dinamização. Além disso, a longa tradição de debate e discussão em nível comunal, prática fundamental na constituição desses arranjos, somente agora começa a ser observada com maior efetividade no Brasil, principalmente através dos conselhos municipais de saúde, educação, algumas associações de municípios, etc. Assim, convém questionar quais seriam os instrumentos, governamentais ou não, presentes no Brasil, que desde já favoreceriam ou auxiliariam o surgimento ou a consolidação de estratégias territoriais de desenvolvimento rural. Enfim, entende-se que, para que a abordagem territorial se consolide, é necessário incrementar as estruturas, meios de análise, de concepção e colocar em andamento um projeto de desenvolvimento adaptado aos problemas do Brasil rural.

Ainda em relação às implicações causadas pela “importação” pura e simples do modelo europeu, atenta-se às particularidades brasileiras e como estas poderiam ajudar a encontrar novos caminhos e a corrigir alguns “erros de percurso”, como o que foi observado junto aos trabalhadores espanhóis e magrebinos, alienados das discussões em torno do Parque do Luberon. O mesmo tipo de problema começa, curiosamente, a se repetir no PNR do Pantanal, com a não participação dos peões e outros funcionários das fazendas. Esperar que no futuro este grupo se convença das vantagens e abrace a causa do Parque, sem discutir ou consultar quais seriam seus anseios, aparenta uma certa indiferença ou uma quimera de extrema ingenuidade. Por outro lado, as relações de confiança, estabelecidas há gerações entre os proprietários e peões, poderiam ser melhor compreendidas e até mesmo utilizadas como trunfo na construção do território.

Na medida em que se deu a consolidação do enfoque territorial, o desenvolvimento desta pesquisa propõe novos questionamentos. Estratégias territoriais de desenvolvimento rural poderiam suscitar vias mais indiretas para a solução de problemas? Ou seja, a crítica que se faz a esta abordagem, também conhecida como democracia direta, é que, apesar de permitir uma participação aberta dos diferentes interesses da comunidade, seria uma utopia perigosa, porque impediria a busca por vias mais indiretas, porém mais realistas, para a solução de problemas, privilegiando-se a opinião majoritária, em proveito de um poder de influência oposto a toda regulação institucional, por exemplo.

Se, por um lado, este trabalho foi incapaz de auxiliar, ou mesmo dar maiores pistas, para o questionamento a respeito da inerência do desenvolvimento nos processos de territorialização, por outro, acabou por auxiliar a compreender que se faz necessário um maior aprofundamento sobre os arranjos territoriais não diretamente vinculados à indústria. Ainda não se tem com clareza qual seria o papel de empresas prestadoras de serviço no universo dos arranjos territoriais também de serviços, uma vez que a incorporação de inovações não deve ser o centro das atenções nesse caso. Por outro lado, esse binômio cooperação/concorrência, presente nos arranjos produtivos locais, *clusters*, distritos marshallianos, etc., também podem ser observados nos arranjos territoriais de serviços, merecendo uma análise mais aprofundada.

Quanto à compreensão do próprio conceito central deste trabalho, e de sua universalidade, seja no velho continente, no Brasil ou mesmo no estado do Mato Grosso do Sul, o território se associa ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte das instituições ou dos grupos, sobre um dado segmento do espaço. Já, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos, definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. É a partir desta compreensão que o conceito de território se vincula a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares. Assim, a apropriação passa a ser associada à identidade de grupos e à afetividade espacial.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.(Texto para discussão n. 702).
- _____. "Obstáculos ao desenvolvimento territorial brasileiro" in **Gazeta Mercantil**, 13 de março de 2002, p. A2.
- d'AQUINO, P. *"Le développement local – Le territoire entre espace et pouvoir: pour une planification territoriale ascendante"* in **L'Espace Géographique**, Montpellier, n° 1, pp. 3-23, 2002.
- BAUDRY, L. *et alii*, *"Pour une étude des résidences secondaires et résultats obtenus sur les communes de Ménerbes, Lacoste et Bonnieux"* in **Courrier Scientifique du Parc Naturel Régional du Luberon**, Apt, n° 3, pp. 46–55, 1999.
- BENKO, G. **Lexique de géographie économique**, Paris, Armand Colin, 2001a.
- _____. *"Développement durable et systèmes productifs locaux"*, in **Réseaux d'Entreprises et Territoires, regards sur les systèmes productifs locaux**, Paris, Datar, 2001b.
- BERNARD-GÉLABERT, M. C., **L'Intercommunalité**, Paris, Dexia/Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 2001.
- BRAUDEL, F., **L'identité de la France**, Paris, Flammarion, 1990, *apud*: GOUTTEBEL, J. Y. **Stratégies de développement territorial**, Paris, Éd. Economica, 2001.
- BRUNET, R. **Les mots de la géographie, dictionnaire critique**, Paris, Reclus/La documentation Française, 1993.
- CARA, R. Bustos, "Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires" in in SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. e SILVEIRA, M. L. (orgs.), **Território, globalização e fragmentação**, São Paulo, Hucitec/Anpur, 1996, pp 261-279.
- CES (Conseil Économique et Social), **Développement local et politique d'aménagement du territoire**, rapport du Conseil Économique et Social, Les Éditions des Jounaux Officiels, 1998, p. II-7, *apud*:. p. 96.
- CHIAPPERO, D. et POURCHER, Y. **Parc Naturel Regional De La Brenne, Nouvelle Territorialité et Patrimoine**, Rapport final, PNR de la Brenne, photocopie, novembre 1999.

- CHIFFOLLEAU, P. et BERTRAND, N. "*La Dynamique entrepreneuriale dans le PNR du Luberon ou la relation de l'entrepreneur et de l'entreprise au territoire*" in **Courrier scientifique du Parc naturel régional du Luberon**, Apt, n° 4, p. 58–73, 2000.
- CMED, (Commission Mondiale sur l'Environnement et le Développement), **Notre avenir à tous**, Montréal, Fleuve, 1987.
- CORNU, G., **Vocabulaire Juridique**, Paris, PUF, 2001.
- COROLLEUR, F., "*Le district industriel chez A. Marshall: une réponse à l'incertitude et pour un environnement technologique et marchand particulier*" in BENKO, G. (org), **Géographie, Économie, Société**, vol. 3, n° 2, Paris, Alternatives Économiques, 2001, pp. 313-319.
- CORRÊA, R. L. "Territorialidade e corporação: um exemplo" in SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. e SILVEIRA, M. L. (orgs.), **Território, globalização e fragmentação**, São Paulo, Hucitec/Anpur, 1996, pp 251-260.
- COURLET, C. "*Les systèmes productifs locaux: de la définition au modèle*" in **Réseaux d'entreprises et territoires – regards sur les systèmes productifs locaux**, Paris, La documentation Française, 2001a, pp. 17-61.
- "*Les systèmes productifs localisés – un bilan de la littérature*" in **Cahiers d'Économie et Sociologie rurales**, Ivry, Institut National de la Recherche Agronomique, n°58-59, 2001b.
- DATAR, "Les pôles d'économie du patrimoine", in **Pays d'art et d'histoire et pôles d'économie du patrimoine**, Paris, La documentation Française/DATAR, 2001.
- "Les pays d'art et d'histoire", in **Pays d'art et d'histoire et pôles d'économie du patrimoine**, Paris, La documentation Française/DATAR, 2001.
- DGCL, (Direction Générale des Collectivités Locales), **EPCI à fiscalité propre au 01.01.2002**, <http://www.dgcl.interieur.gouv.fr/>.
- DI MÉO, G. **Géographie sociale et territoires**, Paris, Nathan, 2000.
- FPNRF - Fédération des Parcs Naturels Régionaux de France, www.parcs-naturels-regionaux.tm.fr.
- **Les Parcs Naturels Régionaux de France en 18 questions – réponses**, photocopie, Paris, mai 1998.
- **Revue Parcs Naturels Régionaux de France**, Paris, n° 32, février 1998 et n° 40 octobre 2000.

- ____ **Les Parcs Naturels Regionaux : 30 ans d'Histoire...**, photocopie, Paris, juin 1997.
- FPNRF e FEMAP (FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE PANTANAL), **Projet d'appui a la création du Parc naturel régional du Pantanal : état d'avancement du projet**, Campo Grande, fotocópia, 2002.
- FUÀ, G., "*Les voies diverses du développement en Europe*", in **Annales: Économies, Sociétés et Civilisations**, n° 3, 1985 *apud* COURLET, C. "*Les systèmes productifs locaux: de la définition au modèle*" in **Réseux d'entreprises et territoires – regards sur les systèmes productifs locaux**, Paris, La documentation Française, 2001.
- GALSTON, William & BAEHLER, Karen, **Rural Development in the United States**, Washington D.C., Island Press, 1995.
- GORGEU, Y. et JENKINS, C. **La charte de territoire, une démarche pour un projet de développement durable**, Paris, La documentation Française, 1997.
- GOUTTEBEL, J. Y. **Stratégies de développement territorial**, Paris, Éd. Economica, 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, J., "O Novo Rural Brasileiro" *in*: Shigeo Shiki, José Graziano da Silva e Antonio César Ortega (orgs.) **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**, Uberlândia: CNPq – FAPemig, 1997, pp. 75 – 100
- GREFFE, X., **Territoires de France, les enjeux économiques de la décentralisation**, Paris, Economica, 1984.
- GRAVIER, J. F., **Paris et le désert français**, Paris, ed. Flammarion, 1947.
- GUIDES GALLIMARD & PNR LUBERON, **Parc Naturel Régional du Luberon**, Gallimard avec la collaboration du PNR du Luberon, Paris, 1998.
- GUIGOU, J. L. et PARTHENAY, D. "*De la France éclatée à la France maillée: la nécessaire modernisation de nos cadres territoriaux d'action publique*". *in* **Aménagement du territoire**, Paris, Conseil d'Analyse économique/La documentation Française, 2001.
- GUIGOU, J. L. "*Un espace de solidarité*" *in* **Les pays**, Paris, La documentation Française/DATAR, 2001.
- ____ "*Le développement local: espoirs et freins*", *in* **Colloque de Poitiers sur le thème du développement local**, Poitiers, 1983, pp. 3.

- GUIMARÃES, J. R. S., "*A Insustentável Leveza da Urbanização e do Êxodo Rural da Bahia*" in **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 3, dez. 2002, p. 179-189.
- GUMUCHIAN, H. "Vers la fin de l'espace rural ? L'affirmation des territoires ruraux", in **Geocarrefour**, vol 75 1/2000, Lyon, pp. 11/12.
- IGLIORI, D. C., **Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento**, São Paulo, Dissertação de mestrado, USP, Faculdade de Economia e Administração, (fotocópia), 2000.
- INSEE, INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ETUDES ECONOMIQUES, **Recensement de la population de 1999**, Paris, Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie, 2000.
- IPP, (INSTITUTO PARQUE DO PANTANAL), <http://www.pnpr.uniderp.br/pnpr>
- JACOBS, J., **Cities and the Wealth of Nations**, New York, Vintage, 1985.
- _____, **A natureza das economias**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.
- KAYSER, B. "La ruralité en question", in **Pays d'art et d'histoire et pôles d'économie du patrimoine**, Paris, La documentation Française/DATAR, 2001.
- LAJARGE, R. "Environnement et processus de territorialisation : Le cas du Parc régional de la Chartreuse (France)" in **Revue de géographie alpine**, Grenoble, tome 85, n° 2, pp. 131–144, 1997.
- LANG, C. **Valoriser le patrimoine agricole, art et culture, paysage et biodiversité**, Dijon, educagri/Trame, 2000.
- LANZARA, G. F. "Por qué es tan difícil construir las instituciones" in **Desarrollo Económico – Revista de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, n° 152, vol. 38, pp. 925 – 951, 1999.
- LIPIETZ, A. "Aménagement du territoire et développement endogène" in **Aménagement du territoire**, Paris, Conseil d'Analyse économique, La documentation Française, 2001.
- MARKUSEN, A., "*Des lieux-aimant dans un espace mouvant: une typologie des districts industriels*" in BENKO, G., e LIPIETZ, A., **La Richesse des Régions – la nouvelle géographie-économique**, Paris, PUF, 2000.
- MARTY, S., **Une Politique de l'habitat au service d'un territoire, PNR du Luberon – Service Habitat et Maîtrise d'ouvrage publique**, Fotocópia, Apt, abril de 2002.
- LE MONDE, **Dix nouveaux candidats au statut de parc naturel régional**, jeudi, 12 juin 1997 pp. 11.

- MORAES, A. C. R., **Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no longo século XVI**, São Paulo, Hucitec, 2000.
- MOULIN, O., *et alii.*, **Les contrats de plan État-Région**, Paris, La Documentation Française/DATAR, 2002.
- OCDE, **Niche markets as a rural development**, Paris, 1995, *apud*: VEIGA "A face territorial do desenvolvimento", **Anais do Encontro Nacional de Economia de 1999 (Anpec)**, Belém: Dezembro de 1999.
- PNRL, PARC NATUREL RÉGIONAL DU LUBERON, www.parc-du-luberon.org (dados recolhidos entre maio e setembro de 2002).
- ____ **Charte Constitutive du PNR du Luberon - 1977**, Apt, fotocópia, 1981.
- ____ **Charte, Objectif 2007**, Apt, fotocópia, 1997.
- ____ **Courrier annuel 2002**, Cadenet, Rimbaud, 2001.
- PORTIER, N., **Les pays**, Paris, La documentation Française/DATAR, 2001.
- POULLE, F., **L'aménagement intercommunal de l'espace - l'expérience du Parc naturel régional du Luberon**, Paris, Éd. Syros / Alternatives, 1992.
- RAFFESTIN, C. "*Écogenèse Territoriale et Territorialité*" in BRUNET, R. e AURIAC, F. (orgs) **Espaces, jeux et enjeux**, Paris, Fayard/Fondation Diderot, 1986.
- ____ **Pour une géographie du pouvoir**, Paris, Litec, 1980.
- RALLET, A., "*Le patrimoine et l'économie*", in **Pays d'art et d'histoire et pôles d'économie du patrimoine, la valorisation du patrimoine dans le développement local**, Paris, La documentation Française/DATAR, 2001.
- RENARD, J., "*Le retour des pays*", in **Sciences Humaines**, hors série n° 8, Paris, février/mars 1995, pp. 44-63.
- ROSS, J. L. S. (org) "*Os Fundamentos da Geografia da Natureza*", in **Geografia do Brasil**, São Paulo, Edusp, 1996.
- SACHS, I., "Brasil rural: da redescoberta à invenção", in **Estudos Avançados, Dossiê Desenvolvimento rural**, n° 43, vol. 15, São Paulo, setembro/dezembro, 2001, pp. 75-82.
- ____ **Petits producteurs, témoins du passé ou architectes de l'avenir?**, seminários proferidos na *École de Hautes Etudes en Sciences Sociales* (MSH), Paris, de fevereiro à abril de 2002.

- ____ "Les Parcs naturels régionaux, des laboratoires pour l'écodéveloppement" *in* **Parcs Naturels Régionaux de France**, nº 30, Paris, juin 1997.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**, São Paulo, Edusp, 2002.
- SPILL, J-M., "*Aspects Démographiques de la Dynamique Métropolitaine en Sud Luberon*", *in* **Courrier scientifique du Parc naturel régional du Luberon**, Apt, nº 5, p. 48 – 59, 2001.
- STRAHLER, Alan & STRAHLER, Arthur **Physical Geography – science and systems of the human environment**, New York, John Wiley & Sons, 1997.
- VECCHIATTI, K, **Regiões Rurais Têm Futuro? O diálogo entre economia, sociedade e natureza segundo Jane Jacobs**, Dissertação de mestrado, USP, Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, (fotocópia), 2003.
- VEIGA, J. E., "*Desvendando os sistemas produtivos locais*", *in* **O Estado de São Paulo**, Caderno de Economia, 25 de fevereiro de 2002.
- ____ **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**, Série Textos para Discussão, nº 1, NEAD, colaboração: Arilson Favareto, Cristina M. A Azevedo, Gerson Bittencourt, Karin Vecchiatti, Reginaldo Magalhães e Rogério Jorge, 2001.
- ____ "Estratégia Para o Meio Rural", **projeto de pesquisa apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário**, São Paulo, (fotocópia), 2000.
- ____ "A Face Territorial do Desenvolvimento", *in* **Anais do 27º Encontro Nacional de Economia**, Belém, 8-10 de dezembro de 1999, pp. 1301-1318.
- VINAVER, K. & PASSARIS, S. **L'écodéveloppement à l'épreuve de la réalité: France 1970 – 1994**, Paris, Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement (CIRED), EHESS, 1994.
- VIRASSAMY, C. et MOSBAH, K. (collab.) **Les pôles d'économie du patrimoine**, Paris , La documentation Française/DATAR, 2002.
- WISNER-BOURGEOIS, C., **Développement local: acteurs et territoires**, seminário proferido no *Institut National Agronomique* (INAPG), Paris, 14 de fevereiro de 2002.
- YRUELA, M. P. *et alii.*, **La Nueva Concepción del Desarrollo Rural: estudios de casos**, Instituto de Estudios Sociales Avanzados de Andalucía, Córdoba, 2000.